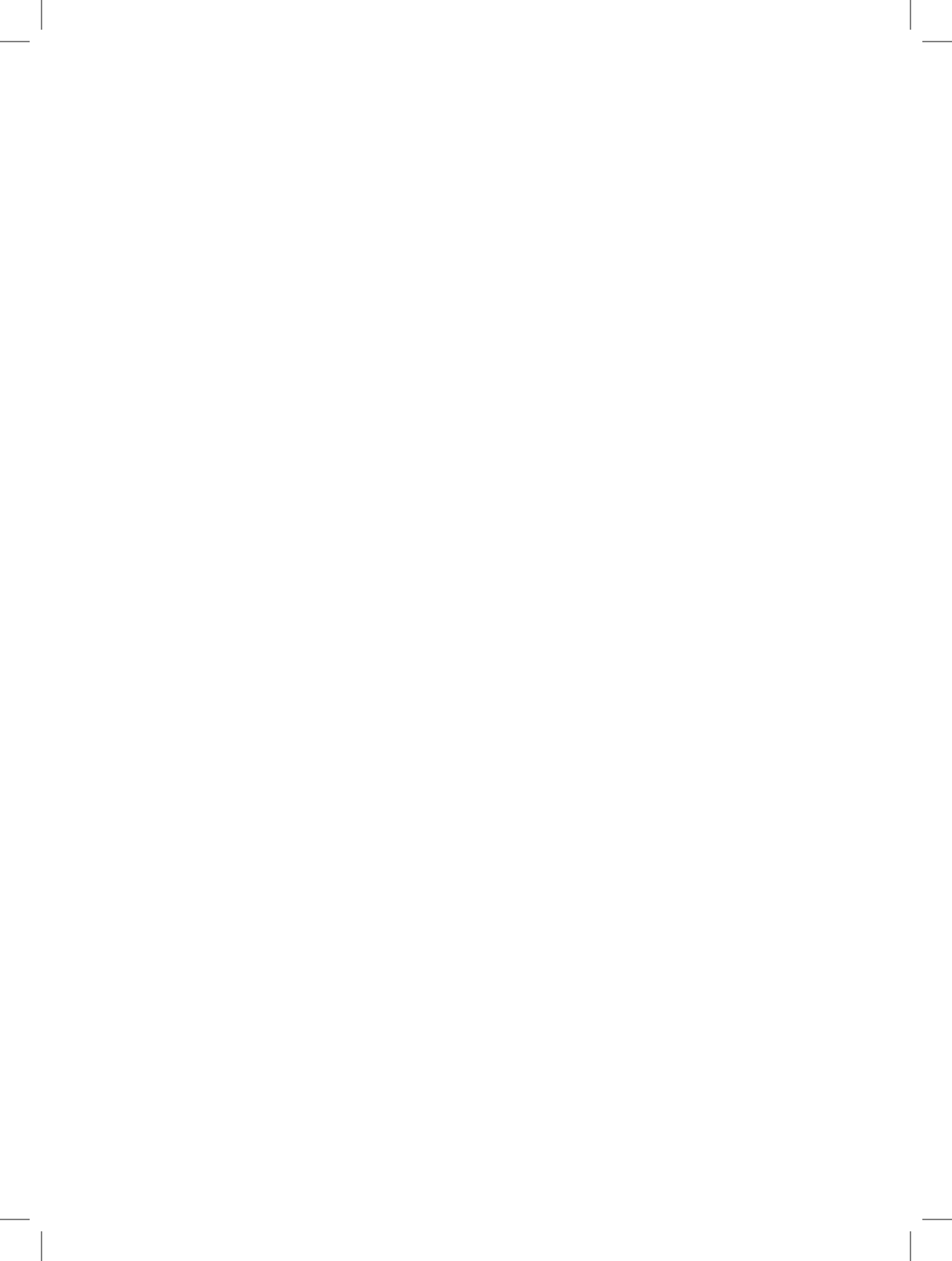


O Legislativo em Goiás

História e Legislaturas

Volume 1



F. Itami Campos
Arédio Teixeira Duarte

O Legislativo em Goiás

História e Legislaturas

Volume 1

2ª Edição
Revista e Ampliada



Goiânia, 2011

Diretor-Geral

Milton Rodrigues Campos

Diretor Administrativo

Gilnei Alberto Ribeiro

Diretor Legislativo

Fernando Netto Lorenzi

Diretor de Comunicação Social

Paulo Tadeu Bittencourt

Diretor Financeiro

Antônio Carlos Calife Silva

Diretor Parlamentar

Rubens Bueno Sardinha

Diretor de Recursos Humanos

Jacqueline Nasiazene Lima

Secretário de Assuntos Institucionais

Carlos Henrique Santillo

Colaboradora

Procuradora

Sandra Maria de Azevedo Simon Camelo

Fotos

Yocihar Maeda

Revisão

Geórgia Ferreira Nunes

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UGF**

	Campos, Francisco Itami.
C198l	O Legislativo em Goiás / F. Itami Campos, Arédio Teixeira Duarte. - Goiânia: Ed. Assembleia, 2011- . nv. : fots. Conteúdo: v.1 – História e Legislaturas. v.2 – Perfil Parlamentar (1891-1937). Bibliografia ISBN: v.1- 978-85-64274-03-7, v.2- 978-85-64274-04-4 1. Poder Legislativo – História – Goiás 2. Poder Legislativo – Biografia – Goiás 3. Ciência Política I. Duarte, Arédio Teixeira. II. Título. CDU: 342.52(817.3)(091)

Assembleia Legislativa do Estado de Goiás
Alameda dos Buritis, 231 - Setor Oeste
CEP: 74.019-900 - Goiânia - GO
Internet: www.assembleia.go.gov.br
Telefone: (62) 3221.3000

MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA
Biênio 2011-2012

Presidente
JARDEL SEBBA - PSDB

1º Vice-Presidente
FÁBIO SOUSA - PSDB

2º Vice-Presidente:
BRUNO PEIXOTO - PMDB

1º Secretário
VALCENÔR BRAZ - PTB

2º Secretário
ÁLVARO GUIMARÃES - PR

3º Secretário
HUMBERTO AIDAR - PT

4º Secretário
NÉLIO FORTUNATO - PMDB

DEPUTADOS DA 17ª LEGISLATURA

Ademir Menezes
Álvaro Guimarães
Bruno Peixoto
Carlos Antônio
Cláudio Meirelles
Cristóvão Tormin
Daniel Messac
Daniel Vilela
Doutor Joaquim
Elias Junior
Evandro Magal
Fábio Sousa
Francisco Gedda
Francisco Júnior
Frederico Nascimento
Helder Valin
Helio de Sousa
Henrique Arantes
Hildo do Candango
Humberto Aidar
Isaura Lemos
Iso Moreira
Jânio Darrot
Jardel Sebba
José de Lima
José Vitti
Karlos Cabral
Lincoln Tejota
Luis Cesar Bueno
Luiz Carlos do Carmo
Major Araújo
Mauro Rubem
Misael Oliveira
Nélio Fortunato
Nilo Resende
Paulo Cezar Martins
Samuel Belchior
Sônia Chaves
Tulio Isac
Valcenôr Braz
Wagner Siqueira

SUPLENTE

Itamar Barreto
Lívio Luciano
Nélio Leite
Talles Barreto

APRESENTAÇÃO

Rumo ao futuro

O senador romano Cícero, grande filósofo e jurista, descreveu a história como “testemunha dos séculos, luz da verdade, vida da memória, mestre da vida”. Beber na fonte do passado é, portanto, preparar um caminho mais seguro e iluminado para o futuro.

Em um tempo marcado pela instantaneidade, em que as novas tecnologias de informação e comunicação aboliram as distâncias e as barreiras hierárquicas, torna-se imperioso olhar para o passado – sem saudosismo, sem preconceitos e com o firme propósito de aprender com erros e acertos.

A poetisa Cecília Meireles sabiamente nos ensinou que a vida precisa ser constantemente reinventada. A história é a mais perfeita matéria-prima para qualquer reinvenção.

O Legislativo em Goiás – História e Legislaturas é fruto do trabalho minucioso, marcado pelo apuro técnico, dos pesquisadores Francisco Itami Campos e Arédio Teixeira Duarte. Nosso querido professor Itami, mestre de várias gerações de goianos, é, hoje, sem sombra de dúvidas, referência para qualquer pessoa que deseje entender de onde veio e para onde vai Goiás.

De forma didática e estruturada por períodos, a obra não se limita a citar nomes, datas e fatos, mas apresenta o contexto político regional e nacional em que se pautou o Poder Legislativo em cada legislatura.

A Assembleia Legislativa reforça seu compromisso com Goiás e com os goianos, e, conseqüentemente, com nossa cultura e história. Que a leitura de *O Legislativo em Goiás – História e Legislaturas* ajude as gerações futuras a compreender a importância do Legislativo, o Poder mais próximo do cidadão, o Poder que é porta-voz da sociedade.

Deputado Jardel Sebba
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás
(Biênio 2011-2012)



SUMÁRIO

SIGLAS PARTIDÁRIAS	13
INTRODUÇÃO	15

PRIMEIRA PARTE

O LEGISLATIVO NA POLÍTICA BRASILEIRA

1. Origem: Império	21
2. Primeira República, 1889-1930	22
3. Segunda República, 1930-1937	24
4. Estado Novo, 1937-1945	26
5. Terceira República, 1945-1964	27
6. Quarta República (Regime Militar), 1964-1985	29
7. Quinta República, 1985-(...)	31

SEGUNDA PARTE

O LEGISLATIVO EM GOIÁS: CARACTERIZAÇÃO POR LEGISLATURA

Introdução	39
1. Congresso Legislativo, 1891-1930 (1932)	41
1.1. Da 1ª à 3ª Legislatura, 1891-1900	43
1.2. 4ª e 5ª Legislaturas, 1901-1908	45
1.3. 6ª e 7ª Legislaturas, 1909-1916	47
1.4. Da 8ª à 11ª Legislatura, 1917-1930 (1932)	49
2. Assembleia Legislativa, 1935-1937	52
2.1. Introdução	52
2.2. Constituinte e 1ª Legislatura	55
3. Assembleia Legislativa, 1947-1983	58
3.1. Introdução	58
3.2. Da 1ª à 5ª Legislatura, 1947-1967	60
3.3. Da 6ª à 9ª Legislatura, 1967-1983	65
4. Nova República e redemocratização, 1983-2011	69
4.1. Da 10ª à 13ª Legislatura, 1983-1999	71
4.2. Da 14ª à 17ª Legislatura, 1999-2015	74

TERCEIRA PARTE

COMPOSIÇÃO DAS LEGISLATURAS E MESAS DIRETORAS

1. Constituinte Goiana, 1891	79
2. Período Unicameral - Câmara dos Deputados	81
2.1. 1ª Legislatura, 1892-1894	81
2.2. 2ª Legislatura, 1895-1897	84
2.3. 3ª Legislatura, 1898-1900	87
3. Período Bicameral - Congresso Legislativo do Estado de Goiás - (Senado Estadual e Câmara dos Deputados)	89
3.1. 4ª Legislatura, 1901-1904	90
3.2. 5ª Legislatura, 1905-1908	94
3.3. 6ª Legislatura, 1909-1912	101
3.4. 7ª Legislatura, 1913-1916	109
3.5. 8ª Legislatura, 1917-1920	112
3.6. 9ª Legislatura, 1921-1924	117
3.7. 10ª Legislatura, 1925-1928	123
3.8. 11ª Legislatura, 1929-1930 (1932)	129
4. Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, 1935-1937	
4.1. Constituinte e 1ª Legislatura, 1935-1937	133
5. Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, 1947-2011	
5.1. Constituinte e 1ª Legislatura, 1947-1951	137
5.2. 2ª Legislatura, 1951-1955	142
5.3. 3ª Legislatura, 1955-1959	146
5.4. 4ª Legislatura, 1959-1963	151
5.5. 5ª Legislatura, 1963-1967	156
5.6. 6ª Legislatura, 1967-1971	162
5.7. 7ª Legislatura, 1971-1975	167
5.8. 8ª Legislatura, 1975-1979	170
5.9. 9ª Legislatura, 1979-1983	174
5.10. 10ª Legislatura, 1983-1987	178
5.11. 11ª Legislatura, 1987-1991	182
5.12. 12ª Legislatura, 1991-1995	187

5.13. 13ª Legislatura, 1995-1999	193
5.14. 14ª Legislatura, 1999-2003	200
5.15. 15ª Legislatura, 2003-2007	209
5.16. 16ª Legislatura, 2007-2011	216
5.17. 17ª Legislatura, 2011-2015	220

QUARTA PARTE

SEDES E INSTALAÇÕES DO PODER LEGISLATIVO

DO ESTADO DE GOIÁS.....	225
--------------------------------	------------

CONCLUSÃO	231
------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	237
---	------------



SIGLAS PARTIDÁRIAS

PRIMEIRA REPÚBLICA

PRG – Partido Republicano de Goiás – “Centro Republicano”

PRF – Partido Republicano Federal

PD – Partido Democrata

SEGUNDA REPÚBLICA

PSR – Partido Social Republicano

PD – Partido Democrata

PLG – Partido Libertador de Goiás

Coligação – Partido Libertador de Goiás / Partido Democrata

TERCEIRA REPÚBLICA

PSD – Partido Social Democrático

PCB – Partido Comunista do Brasil

ED – Esquerda Democrática

UDN – União Democrática Nacional

PR – Partido Republicano

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PSP – Partido Social Progressista

PDC – Partido Democrata Cristão

PSB – Partido Socialista Brasileiro

MTR – Movimento Trabalhista Renovador

QUARTA REPÚBLICA (REGIME MILITAR)

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PDS – Partido Democrático Social

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

QUINTA REPÚBLICA

- PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- PDS – Partido Democrático Social
- PFL/DEM – Partido da Frente Liberal / Democratas
- PDT – Partido Democrático Trabalhista
- PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
- PDC – Partido Democrata Cristão
- PT – Partido dos Trabalhadores
- PC do B – Partido Comunista do Brasil
- PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
- PL/PR– Partido Liberal / Partido Republicano
- PRN – Partido da Reconstrução Nacional
- PPB/PP – Partido Progressista Brasileiro / Partido Progressista
- PPS – Partido Popular Socialista
- PMN – Partido Mobilização Nacional
- PST – Partido Social Trabalhista
- PSC – Partido Social Cristão
- PSL – Partido Social Liberal
- PHS – Partido Humanista da Solidariedade
- PT do B – Partido Trabalhista do Brasil
- PPR – Partido Progressista Reformador
- PSB – Partido Socialista Brasileiro
- PTN – Partido Trabalhista Nacional
- PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
- PRB – Partido Republicano Brasileiro
- PSD – Partido Social Democrático

INTRODUÇÃO

O Legislativo moderno tem origem na Inglaterra, quando ao Rei João Sem-Terra foi obrigado a outorgar a Carta Magna, em 1215. A exigência ao rei de ter que consultar os senhores feudais na determinação de impostos termina dando origem a uma divisão de funções entre o Executivo e o Legislativo, na medida em que declinava o mundo feudal.

No processo de institucionalização do Estado Moderno e no desenvolvimento das ideias e práticas políticas, generaliza-se a divisão de Poderes, cabendo destacado papel ao Legislativo no processo de democratização, porquanto no aprimoramento de sua função de elaboração de leis, o Parlamento torna-se o representante da população, do povo. Como Poder, o Legislativo apresenta-se com composição mais complexa, dada a diversidade de sua representação. Além disso, no regime Presidencialista, tende a ser o que menos recursos de poder manipula e, por isso, torna-se mais frágil diante de outros Poderes que dispõem da força e de recursos financeiros.

Torna-se importante ressaltar uma estreita relação entre o pleno funcionamento do Legislativo e o processo de democratização. No Brasil, alguns momentos de nossa história reforçam esta correlação: logo após a Revolução de 1930, durante o Estado Novo, um regime ditatorial teve início com o golpe de novembro de 1937, quando o Congresso e todas as Casas Legislativas estiveram fechados; também, no Regime Militar (1964-1985), o Congresso, mesmo funcionando, teve suas atividades esvaziadas e, em momentos de crise, foi até fechado.

É de se lamentar que a temática do Legislativo, em seus diferentes aspectos, não tenha merecido muita atenção dos estudiosos brasileiros - cientistas políticos, sociólogos e nem historiadores. Em parte, a questão levantada anteriormente explica o descaso dos estudiosos.

Tentar resgatar a história do Legislativo em Goiás, em sua composição, inserindo-o no processo político nacional e estadual, é uma tarefa árdua, mas importante. A dificuldade maior reside na inexistência de arquivos do Legislativo, especialmente durante a Primeira República. Não

havia um diário do Legislativo e mesmo as atas tinham uma publicação irregular. Aliás, houve momentos em que inexistiu diário oficial, sendo os atos oficiais publicados em órgãos da imprensa da Capital. Assim, para a recomposição das legislaturas, procedeu-se a uma teimosa busca de atas em jornais oficiais e em outros periódicos editados no período, em livros de atas no Arquivo Histórico, em Goiânia, e no Gabinete Literário, na Cidade de Goiás. Além disso, no período, não havia sido criada a Justiça Eleitoral. Também houve dificuldade de registro de informações para o período posterior a 1930. Para os dados mais recentes, posteriores a 1945, tivemos a importante colaboração da servidora Sandra Maria de Azevedo Simon Camelo.

Esta não é a primeira tentativa de resgatar a história do Legislativo em Goiás. Há um trabalho importante, feito durante a 9ª Legislatura, elaborado pelos senhores Rivadávia Xavier Nunes, consultor jurídico da Assembleia, e Juvenal de Barros, assessor de relações públicas da Assembleia goiana. Também, na 13ª Legislatura, o gabinete de imprensa editou o “Perfil do Parlamentar da Legislatura”. Além desses, merece destaque o trabalho pioneiro dos professores Servito de Menezes Filho e Maria Alice Lima Gomes de Menezes, ambos da Universidade Federal de Goiás, pelo esforço para a análise de algumas legislaturas.

O presente trabalho se insere no processo de renovação que vem ocorrendo no Legislativo brasileiro, processo este que fez da Assembleia Legislativa de Goiás uma das pioneiras. Ele faz parte do trabalho de recuperação do papel do Legislativo no processo de democratização. Além disso, oferece aos estudiosos das questões goianas um novo campo de pesquisa. A insistência e o estímulo da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa (1994-1996) tornaram possível a concretização deste trabalho em sua 1ª edição.

Agora, apresenta-se o trabalho em uma 2ª edição – revista e melhorada. Além da atualização das Legislaturas – 14ª, 15ª e 16ª, fez-se uma revisão das Legislaturas da Primeira República (1889-1930) – com a finalização da relação das Mesas Diretoras e reconsideração das composições de algumas Legislaturas. Também, houve alterações nos contextos históricos em que se desenvolveram os trabalhos legislativos no Brasil e em Goiás.

Este trabalho se constitui como suporte para uma visão da história de Goiás, tendo como enfoque o Poder Legislativo, e, nesse sentido, procura ser inovador.

Itami Campos

PRIMEIRA PARTE

O LEGISLATIVO NA POLÍTICA BRASILEIRA

1. ORIGEM: IMPÉRIO

A primeira Constituição Brasileira, de 1824, instituiu nas Províncias do Império os chamados Conselhos Gerais, que se destinavam a reconhecer e a garantir a todo cidadão o direito de intervir nos negócios de sua Província.

Como objetivo genérico, estabelece, em seu artigo 81: “Propor, discutir e deliberar sobre os negócios mais interessantes das suas Províncias”. Esses Conselhos Gerais não assumiam, ao que parece, a feição de um Poder autônomo e independente. Essa convicção se fortalece ao se atentar para o fato de que a Constituição de 1824, preocupada com a preservação da unidade territorial brasileira, muito importante para uma Nação que acabava de se tornar independente, teve um caráter acentuadamente centralizador.

Consolidada, porém, a independência, o pensamento político brasileiro não pode resistir às tentações emanadas do Federalismo da América do Norte, que acabaríamos por adotar mais tarde, com a proclamação da República.

Forte movimento descentralizador, sem a pretensão, entretanto, de se chegar, desde logo, à Federação, surge no País, advogando para as Províncias maior grau de autonomia política e administrativa. A marcha desses ideais, de inspiração nitidamente federalista, deságua na primeira reforma constitucional brasileira, que está consubstanciada na Lei nº 12, de agosto de 1834, mais conhecida por Ato Adicional.

Com esse diploma legal nascem as Assembleias Legislativas Provinciais, com feição própria de Poder autônomo e independente, capazes, portanto, de influir política e administrativamente na vida das Províncias Brasileiras. Aí está, portanto, o marco inicial do nascimento das atuais Assembleias Legislativas.

2. PRIMEIRA REPÚBLICA, 1889-1930

Proclamada a República, dois projetos disputam o poder no País. De um lado, os militares com propostas de manutenção da centralização administrativa e de não priorizar a economia agropecuária. Os cafeicultores/fazendeiros, por seu turno, contrapondo-se aos militares, defendem um sistema federalizado, dando autonomia aos Estados-membros e prioridade à economia agrícola. Os principais problemas políticos vividos pelo País naquele momento decorrem do entrelaço desses dois projetos de poder.

No centro do debate está a questão da existência do Parlamento. Os militares e aliados são propensos à adoção de um governo forte e centralizado, sem muito espaço para eleições e para o debate parlamentar. Os civis, com base nos Estados, especialmente por políticos de São Paulo e Minas Gerais, advogam a convocação de uma Constituinte. A conjuntura favorece o último grupo, fazendo que, em julho de 1890, fosse convocada a Constituinte para 15 de novembro. Em 24 de fevereiro, é promulgada a Constituição de 1891, que estabelece a República Federativa, sob o regime presidencialista, com o Chefe da Nação eleito em votação direta para um mandato de quatro anos. As Províncias transformam-se em Estados com autonomia financeira e administrativa. O Congresso, constituído pelo Senado e Câmara dos Deputados, passa a ser eleito por sufrágio universal, tendo os deputados mandato de três anos e os senadores de nove anos.

Nos momentos iniciais da República, o Congresso tem um destacado papel no embate com o chefe do Executivo, marechal Deodoro da Fonseca, que dá o golpe e fecha o Congresso. A dissolução do Congresso não intimida os seus integrantes a se articularem. O marechal Floriano Peixoto, ao assumir a Presidência, suspende o estado de sítio e reabre o Congresso.

A partir de 1894, com a eleição e posse de Prudente de Moraes, os civis consolidam seu controle político. Caracteriza-se um novo momento da República, as oligarquias estabelecem seus domínios nos Estados. A *Política dos Governadores*, a legislação eleitoral, as oligarquias e a

“reciprocidade” da política coronelística colocam as bancadas estaduais, no Congresso, subordinadas à política oficial e, no arranjo que se estabelece, depuram-se os parlamentares opositoristas.

Em Goiás, apesar de um acordo nos primeiros momentos republicanos, as divergências políticas preexistentes fazem com que os grupos políticos alinhem-se divergentemente, uns em torno dos militares que estão no poder; outros apoiando os cafeicultores que se lhes opõem. Leopoldo de Bulhões, goiano que se destaca em nível nacional, é a principal expressão política dos defensores da autonomia estadual e, por isso, seu grupo se opõe aos governadores nomeados e ao marechal Deodoro. Em torno dele, organiza-se o núcleo oligárquico que controla a política regional na primeira década republicana.

O sistema eleitoral na Primeira República tem na mesa receptora seu ponto chave. Ela emite uma ata que atesta a votação recebida pelo candidato, cabendo ao Poder Legislativo a verificação de poder, ou seja, a validade da ata e a confirmação da eleição do candidato. O controle da comissão permite a sistemática eliminação da oposição e a continuidade das oligarquias. Esse sistema torna-se conhecido como *Bico de Pena* e também pelas denúncias de corrupção. Em cada início de Legislatura, uma comissão de parlamentares é designada para proceder à verificação de poderes, ou seja, para verificar a veracidade/ falsidade das atas emitidas pelas diversas mesas eleitorais, que as validavam, confirmando a eleição do candidato, ou não as validavam, sendo o candidato depurado.

Até 1930, o controle político estabelecido faz com que seja mantido o domínio do *Café com Leite*, dos paulistas e mineiros, e dos coronéis, seus aliados nos Estados. Nos anos 20, cresce a insatisfação contra o situacionismo. O movimento social que se expressa pelo sindicalismo e suas greves, pelos militares e suas revoltas – o Tenentismo e a Coluna Prestes, pela movimentação de setores urbanos, todos, enfim, colocam-se contra o regime e exigem a democratização do País. A Aliança Liberal unifica o movimento de oposição ao regime e, com a adesão de Minas Gerais, fortalece a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência em março de 1930.

Os problemas da economia mundial (1929) e seus reflexos no Brasil propiciam maior articulação dos que se opõem ao Governo e provocam

dissidência no grupo dominante, abrindo caminho para o colapso do regime. A derrota da Aliança Liberal, em 1º de março de 1930, não é aceita pela oposição, que passa a articular a revolução. O assassinato de João Pessoa, candidato a vice pela oposição, em julho de 1930, além do clima de insatisfação que vai sendo gerado pela crise econômica, faz com que a revolta seja articulada. Em 3 de outubro de 1930, tem início o movimento armado que leva ao colapso a República Velha (1889-1930).

3. SEGUNDA REPÚBLICA, 1930-1937

Em 24 de outubro de 1930, é vitorioso o movimento contrário ao regime iniciado em 3 de outubro. O presidente Washington Luís é deposto e o gaúcho Getúlio Dornelles Vargas, candidato à Presidência derrotado em 1º de março e chefe da revolução, assume no dia 3 de novembro, um governo provisório. Logo em seguida, muitas mudanças são procedidas. Em decreto publicado em 12 de novembro de 1930, o chefe do Governo Provisório dissolve o Congresso Nacional, as Assembleias Estaduais e as Câmaras Municipais de todo o País. Interrompe-se, assim, a Legislatura eleita em março daquele ano e que terminaria em 1932.

É heterogênea a composição política que dá suporte ao movimento de 30. No entanto, o grupo nacionalista semiautoritário, contrário às eleições, é mais influente no início do Governo Provisório; outro grupo, dos constitucionalistas, pede eleições e o retorno do processo legislativo.

Os problemas das interventorias em São Paulo e a demora na reconstitucionalização levam à Revolução Constitucionalista de julho de 1932, na qual as tropas federais impõem uma derrota às tropas paulistas, pondo fim ao movimento sedicioso. Apesar de vitorioso, o Governo Federal se vê obrigado a convocar eleições.

Em razão disso, em fevereiro de 1932, através de decreto, é aprovado o Código Eleitoral, que traz profundas modificações no sistema eleitoral. O novo Código cria a Justiça Eleitoral, estabelece o direito do voto feminino, introduz a representação proporcional e, com a Justiça Eleitoral, torna-

se possível o voto secreto. O Código é considerado um avanço e uma conquista dos opositores ao antigo regime.

Em 3 de maio de 1933, realizam-se as eleições para a Assembleia Constituinte, que elabora uma nova Carta Constitucional para o País. A Constituição, promulgada em 16 de julho de 1934, incorpora uma série de inovações. Na economia, altera o liberalismo até então dominante, estabelecendo as condições de intervenção do Estado na economia. No social, assegura as vantagens da legislação trabalhista, tais como: o salário mínimo, a jornada de trabalho de oito horas semanais, além de repouso semanal e férias anuais remunerados. Além de criar a Justiça do Trabalho, incorpora também as normas do Código Eleitoral de 1932: Justiça Eleitoral, voto feminino e o direito de voto aos maiores de 18 anos. Cumprida a tarefa de elaboração da Constituição, o Congresso se dissolve.

Em outubro de 1934, é eleita a representação federal e estadual, sendo que esta última terá como primeira missão elaborar a Carta Constitucional dos respectivos Estados.

Depois de instalado, em abril de 1935, o Congresso Nacional elege Getúlio Vargas para presidente constitucional do Brasil. Por determinação constitucional, também os Legislativos estaduais deverão eleger, indiretamente, seus governadores.

Os anos de legalidade são marcados por radicalizações e agitações políticas. Os comunistas, vinculados ao PCB, e os integralistas, articulados no AIB, movimentam-se e confrontam-se não somente na Capital da República, mas em muitos Estados brasileiros. O clima de agitação e de debate envolve o Congresso Nacional.

Em 1935, o Governo consegue aprovar no Congresso uma nova Lei de Segurança Nacional, que lhe permite intensificar a repressão. A Aliança Nacional Libertadora e a Intentona Comunista permitem que Getúlio Vargas, aproveitando-se do clima de tensão e da ameaça comunista, obtenha o apoio militar para articular e dar o golpe de 10 de novembro de 1937.

4. ESTADO NOVO, 1937-1945

O golpe de novembro de 1937 faz Getúlio Vargas novamente calar o Parlamento. A Constituição, outorgada logo após o golpe, incorpora o discurso autoritário que fundamenta os regimes ditatoriais da época, bem como a crítica à democracia. A Constituição, conhecida por *Polaca*, concentra o poder nas mãos do presidente da República e reduz a autonomia do Judiciário e do Legislativo, liquidando a Federação ao estabelecer que o presidente pode intervir nos Estados.

O Congresso é fechado e, pela Constituição, o Poder Legislativo será exercido pelo Parlamento Nacional, cabendo ao Governo a iniciativa dos projetos. Esse Parlamento, contudo, nunca foi instituído. O Decreto-Lei nº 1.202, de 8 de abril de 1939, por outro lado, determina que ao Conselho Consultivo compete exercer as funções legislativas, aprovar os projetos dos decretos-lei baixados pelos interventores, aprovar as propostas orçamentárias, fiscalizar a execução do orçamento, fiscalizar os atos do Executivo, além de outras atribuições. Em Goiás, o Conselho Consultivo, composto por quatro membros, foi sempre formado por aliados do interventor federal Pedro Ludovico Teixeira. O Conselho continuou em funcionamento mesmo após a queda do Estado Novo, até que o Legislativo fosse constituído.

A ditadura do Estado Novo, além do fechamento do Legislativo, restringe o funcionamento das organizações partidárias e cancela as eleições presidenciais que estavam previstas para 1938. O regime reprimia os comunistas e os que eram considerados seus inimigos.

No campo da economia, o Estado consolida-se como agente do desenvolvimento, assumindo a defesa dos interesses tanto das oligarquias rurais quanto da burguesia industrial, que se desenvolve sob a sua proteção.

5. TERCEIRA REPÚBLICA, 1945-1964

No início de 1945, quando na Europa se vislumbra o final da Segunda Guerra, com a derrota da ditadura nazifascista e a vitória dos Aliados, defensores da democracia, o panorama interno brasileiro tende a mudar. Torna-se clara a perda de controle do regime ditatorial sobre os meios de comunicação, com a divulgação da entrevista de José Américo, em fevereiro. Esta entrevista abre espaço para a divulgação de ideias contrárias ao Estado Novo. O Governo tenta se adiantar ao processo de abertura política e, por decreto, estabelece o Código Eleitoral, em que estão previstas eleições, além da questão partidária. A partir de então, organizam-se os partidos políticos e as candidaturas ganham as ruas. Em outubro de 1945, Getúlio Vargas é deposto pelos militares, diante do receio de manobras continuistas do Governo, cabendo ao Presidente do Supremo a Chefia do Governo.

Em 2 de dezembro de 1945, o eleitorado brasileiro elege o general Eurico Gaspar Dutra presidente da República, elegendo também o Congresso Constituinte, que é instalado em 2 de fevereiro de 1946. A partir de março, a comissão encarregada de elaborar o projeto da Constituição inicia seus trabalhos. A Constituição Federal de 1946 é solenemente promulgada em 18 de setembro. Ela estabelece a independência dos Poderes, a autonomia dos Estados, além da garantia dos direitos individuais.

A existência de partidos nacionais, pela primeira vez na política brasileira, vai ser uma das marcas deste período. Até o Movimento de 1964, 16 legendas disputam os votos dos eleitores brasileiros. Apesar da existência de tantas siglas partidárias, poucos partidos têm expressão nacional. O Partido Social Democrático, PSD, e a União Democrática Nacional, UDN, isolados ou coligados, vão ser os polos da política, sendo que o Partido Trabalhista Brasileiro, PTB, ao longo do período, tende a ampliar o seu campo ideológico e, pelo seu crescimento e aliança com outros partidos de esquerda, a ameaçar a hegemonia conservadora. O Partido Comunista do Brasil, PCB, torna-se legal em 1945, disputa eleições e elege senadores, deputados federais e estaduais. O anticomunismo,

que vai fundamentar, de um lado, a Guerra Fria, alicerça a decisão de pôr na ilegalidade o PCB e de cassar seus representantes no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas em 1947/1948.

O Congresso Nacional, composto pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, tem um destacado papel no período 1945/1964. Considerado conservador, pois tem como maioria políticos ligados às bases rurais, é, mesmo assim, o principal fórum de debate das questões nacionais. No período, foram eleitos, diretamente, em pleitos cada vez mais disputados, cinco presidentes da República.

No *Governo do Mal*, de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), o Congresso participa da política de conciliação pregada pelo Presidente. Durante o governo de Getúlio Dornelles Vargas (1951-1954), estavam presentes, no Congresso, os políticos que se opunham radicalmente ao Presidente e que, articulando-se com os militares, mantiveram a pressão política contra Vargas, levando-o ao suicídio. Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961), embora pertencente ao Partido Social Democrático, que detinha maioria, teve contra seu Governo uma oposição muito presente no Congresso e que denunciava qualquer possível irregularidade. A sua habilidade em articular apoio político faz com que seja o único presidente, no período, além de Dutra, que recebe e passa a faixa presidencial. JK, em um governo planejado, elabora o Plano de Metas e constrói Brasília, inaugurada em 21 de abril de 1960, no último ano de seu Governo.

Jânio da Silva Quadros é eleito presidente pela UDN em oposição à JK, e obteve nas urnas a mais expressiva votação do período. Toma posse em janeiro de 1961. Apesar da sua expressiva votação e do apoio popular, a relação de Jânio Quadros com o Congresso não era tranquila. Seu Governo também é considerado politicamente incoerente – reprime os estudantes no Brasil e condecora Ernesto Che Guevara, líder da Revolução Cubana. Em 25 de agosto de 1961, renuncia ao cargo de Presidente da República. Há denúncia de que tentaria uma saída autoritária, talvez com o fechamento do Congresso, e que o seu pedido de renúncia fazia parte da articulação. Após a sua renúncia, processa-se, no Congresso, a saída para o impasse criado pelo impedimento dos militares à posse de João (Jango) Marques Goulart (1961-1964). A experiência parlamentarista – 7 de setembro de 1961 a janeiro de 1963 - coloca o Poder Legislativo com responsabilidade de governo. O *Janguismo* e prováveis candidatos

à Presidência da República sabotaram o Parlamentarismo, provocando o retorno, no plebiscito de janeiro de 1963, ao Presidencialismo. O radicalismo, da direita e da esquerda, provoca a quase destruição dos partidos políticos. O País aprofunda-se em crise política, tendo o Governo contribuído para tal situação.

O nacionalismo foi um dos temas centrais do debate político brasileiro. Esse debate, aliás, não se restringiu ao Congresso Nacional. Aos poucos se estende envolvendo outros agentes do movimento social - militares, camponeses, estudantes, empresários nacionais, sindicalistas, religiosos, empresas estrangeiras, entre outros.

A questão agrária, tratada inicialmente no plano técnico da necessidade de recuperar a dinâmica do desenvolvimento, ganha espaço na política, na questão da reforma agrária. O reformismo será o eixo da radicalização política dos anos 60 e pretexto para o Golpe de 1964.

6. QUARTA REPÚBLICA (REGIME MILITAR), 1964-1985

Em 31 de março de 1964, os militares, com apoio de políticos conservadores, dão um golpe de Estado, depondo o presidente João Goulart, que assumira em 1961, após a renúncia de Jânio da Silva Quadros. Em abril, o Congresso Nacional elege o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco presidente da República para completar o mandato iniciado em janeiro de 1961.

Uma das primeiras decisões do comando da revolução foi a edição do Ato Institucional nº 1, que suspende as garantias constitucionais e permite a punição e cassação de mandatos e de direitos políticos de muitos parlamentares, sindicalistas e políticos. Em outubro de 1965, novamente os poderes revolucionários são utilizados, agora na edição do Ato Institucional nº 2, diante da vitória eleitoral de candidatos ao governo de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, considerados opositores do regime. Por este Ato, os partidos políticos são extintos. Logo em seguida, em legislação especial, são estabelecidas as condições para o funcionamento do bipartidarismo.

O sistema bipartidário, pela sua natureza, tende a limitar a representação de alguns segmentos sociais no Congresso. Para acomodar interesses dominantes, dissidentes entre si, no âmbito do situacionismo, um recurso foi utilizado, a sublegenda. Também o MDB, partido de oposição, se utiliza do recurso da sublegenda.

Em dezembro de 1968, a agitação estudantil e a mobilização de setores populares motivam a radicalização de setores militares e a edição do Ato Institucional nº 5, que suspende as garantias constitucionais ainda existentes e dá poderes ditatoriais ao presidente da República. O Congresso é fechado, sendo reaberto às vésperas da eleição indireta do general Garrastazu Médici, indicado pelos militares para presidente da República. Para alguns analistas o AI-5 é considerado “o golpe dentro do golpe”. Setores da esquerda brasileira envolvem-se na luta armada como forma de opor-se ao regime e de buscar a revolução socialista.

Durante o Regime Militar, foram eleitos presidentes, além do marechal Castelo Branco: Arthur da Costa e Silva (1967-69), Emílio Garrastazu Médici (1969-74), Ernesto Geisel (1974-79) e João Batista Figueiredo (1979-85), todos eleitos indiretamente pelo Congresso.

A centralização política e o fortalecimento do Poder Executivo provocam o esvaziamento do Congresso em seu poder de decisão. Dele, são retiradas as iniciativas de gastos orçamentários, cabendo-lhe quase sempre referendar as propostas oriundas do Executivo. Nos momentos em que o Congresso se mostra independente, é punido com o fechamento ou com cassação de mandato do parlamentar “radical”.

Na eleição parlamentar de 1974, a oposição obtém significativo avanço e, a partir de então, o MDB cresce eleitoralmente. O regime utiliza-se de mecanismos institucionais para obstar o crescimento do movimento social e da oposição ao Governo - *Lei Falcão*, *Pacote de Abril*, além de outros mecanismos eleitorais.

Em 1978, o Congresso aprova o projeto de reformas políticas proposto pelo presidente Geisel, pelo qual haveria uma abertura do regime, com a previsão do fim do AI-5.

Em fins de 1979 e início de 1980, é aprovada a reforma partidária que, além de pôr fim ao bipartidarismo, estabelece as condições para

formação de novos partidos. Uma emenda constitucional em 1980 marca, para novembro de 1982, a data das eleições diretas para governador.

O processo de transição do regime militar para a democracia não foi tranquilo. A pressão do movimento social e da oposição política respondida pelo Governo com a abertura lenta e gradual tem resistência de setores das Forças Armadas. São exemplos os atentados a jornais oposicionistas, o incidente em maio de 1980, no Riocentro, além de outros que evidenciam a reação à descompressão do regime.

7. QUINTA REPÚBLICA, 1985-(...)

O início da década de 80 pode ser caracterizado como fim de uma época - término da Guerra Fria, queda do muro de Berlim, colapso do mundo comunista. As crises da economia mundial interferem no País, provocando recessão econômica e acentuando o desgaste do Regime Militar. A vitória da oposição nas eleições para os governos estaduais em 1982 anima o movimento social e a oposição a avançar no processo de transição para a democracia. O movimento das *Diretas Já* mobiliza o País, pressionando por eleições diretas para a Presidência da República.

A eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral, em janeiro de 1985, marca o final do Regime Militar. Na Nova República, aumenta a pressão pela democratização do Brasil. A legislação discricionária do antigo regime - o entulho autoritário - tende a ser revogada, e, nesse sentido, ganha força a ideia da Constituinte.

O Congresso, eleito em 15 de novembro de 1986, ganha poderes constituintes. Em 1º de fevereiro de 1987, têm início os trabalhos parlamentares e a discussão da Constituição, que é promulgada em 5 de outubro de 1988. A *Constituição Cidadã*, como foi denominada, restabelece a independência entre os Poderes, fixa em cinco anos o mandato presidencial, com eleição direta em dois turnos, medida esta extensiva à eleição de governadores estaduais e prefeitos de municípios

com população superior a 200 mil eleitores. A Constituição, além de fixar os direitos individuais, amplia os direitos do trabalhador.

O Poder Legislativo, de um modo geral, paulatinamente recupera seu papel de legislador e de fiscal dos atos do Executivo, superando o esvaziamento a que foi submetido durante o Regime Militar.

Em 15 de novembro de 1989, após 29 anos, o eleitorado brasileiro vai às urnas para eleger o presidente da República. O eleito é Fernando Collor de Mello, que toma posse em 15 de março de 1990. Em um Governo que busca a modernização, a redução do papel do Estado e a ampliação da economia de mercado, o Presidente se vê envolvido por denúncias de corrupção. O Congresso desempenha um importante papel em todo o processo de apuração das denúncias contra o presidente e seus auxiliares. Em 29 de setembro de 1992, a Câmara dos Deputados vota o *impeachment* do Presidente. O governo é assumido pelo vice Itamar Franco, que cumpre o restante do mandato de Collor de Mello. Em janeiro de 1995, um novo presidente toma posse, Fernando Henrique Cardoso, eleito no ano anterior.

A inflação alta e a recessão da economia são responsáveis por um quadro de instabilidade política. Os diversos Governos do período tentaram, com sucessivos planos, conter o quadro de crise econômica. O Plano Cruzado, em março de 1986, no Governo Sarney, é a primeira tentativa. Outras vão ocorrer no período do mesmo Governo - Plano Cruzado II, Plano Bresser, Cruzado Novo, que fracassam, e, ao final do Governo, a inflação bate um novo recorde. Ao assumir, o presidente Collor de Mello anuncia o Plano Brasil Novo, batizado de Plano Collor. O insucesso do plano leva a nova tentativa - Collor 2, também sem sucesso. No Governo Itamar Franco, tendo por base as experiências anteriores, mais uma tentativa de estabilização é posta em prática - o Plano Real. O sucesso do plano foi um dos trunfos do ministro da Fazenda do Governo Itamar, Fernando Henrique Cardoso, para eleger-se presidente em 1994.

Em janeiro de 1995, um novo presidente toma posse, Fernando Henrique Cardoso, eleito no ano anterior para um mandato de quatro anos, conforme estabelecido na reforma constitucional ocorrida no ano de 1993. Tendo como principal destaque da campanha a estabilidade econômica e o fim do ciclo inflacionário, obtidos pelo Plano Real, Fernando Henrique

Cardoso candidata-se a presidente da República pelo PSDB, coligado com o PFL, que indica para vice-presidente o senador pernambucano Marco Maciel, sendo eleitos em primeiro turno.

Governando de 1995 a 1998, FHC tem na estabilidade econômica e na reforma do Estado seus principais fundamentos de Governo. Para atrair capital externo, estabelece uma política de privatização de grandes empresas estatais – Embraer, Telebrás, Vale do Rio Doce, derrubando o monopólio estatal do petróleo e das comunicações. Em 1997, trabalha o Congresso Nacional para que seja aprovada a possibilidade de reeleição. Apesar de denúncias, a emenda constitucional que estabelece a reeleição nos diversos níveis de governo é aprovada.

Candidatando-se em 1998, é reeleito para um segundo mandato (1999-2002). Logo no início desta administração, a crise econômica mundial faz com que o Governo adote políticas de restrição ao crédito, bem como mudanças na política cambial. Apesar disso, o País entrou numa crise financeira que marcou o segundo mandato de Fernando Henrique.

Seu Governo apresenta preocupação com políticas sociais, sendo implementados os programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Vale Gás. Merece destaque o esforço do Governo para que seja aprovada a Lei de Responsabilidade Fiscal, que tem como objetivo instituir controle nos diferentes níveis da administração pública brasileira, estabelecendo limites para o endividamento. As duas gestões governamentais de FHC foram consideradas pelos seus críticos como alinhadas à política econômica neoliberal, com um formato econômico mais conservador e menos social-democrata, plataforma do seu partido.

Candidatando-se pela quarta vez à Presidência da República, o ex-dirigente sindical e principal líder do Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio Lula da Silva, foi eleito em outubro de 2002 para governar o Brasil. Embora tenha tido apoio popular, enfrentou, inicialmente, problemas no Congresso Nacional, dado o fato de a base de apoio, formada pelas legendas do PT, PSB, PCdoB e PL, ser minoritária.

Seu Governo, embora marcado pela continuidade da estabilidade econômica, vinda do Governo de Fernando Henrique Cardoso, passa a ter maior preocupação com programas sociais: Fome Zero, Bolsa Família,

Luz para Todos, entre outros. Mesmo de origem progressista, o Governo Lula tem-se apresentado como conservador em suas políticas fiscal e monetária, caracterizadas pela autonomia do Banco Central, que tem a manutenção da taxa de inflação como um dos seus eixos norteadores.

Em 2005, parlamentares da base governista e até ministros de Estado foram acusados de envolvimento em corrupção. Comissões Parlamentares de Inquérito instaladas pelo Congresso Nacional confirmaram as denúncias de esquema de pagamento para apoio político ao Governo, que passou a ser conhecido por “mensalão”, como também a existência de desvios de recursos de órgãos públicos. Mesmo com aliados do Governo envolvidos, o presidente Lula da Silva mantém-se prestigiado pela opinião pública, com seu Governo reconhecido como bom/muito bom. Candidatando-se à reeleição em 2006, foi eleito para mais um mandato: 2007-2011.

Com pequenas alterações ministeriais, o formato do novo Governo se altera, mantendo a continuidade da política econômica. O crescimento e a estabilidade econômica refletem na melhoria da distribuição de renda e de consumo perante as classes mais pobres da sociedade brasileira. Também, neste novo Governo, sua base de apoio no Congresso Nacional se amplia com o apoio do PMDB, que passa a ocupar Ministérios e importantes diretorias da administração federal.

Com o reforço de políticas sociais, o Governo Lula passa a ter melhor avaliação da opinião pública, considerando-se as últimas administrações federais. Com superávit de receita, o Governo elabora um programa de aplicação de recursos em diferentes setores, especialmente em infraestrutura, situação que amplia a sua base de apoio, reduzindo o campo de atuação da oposição, circunscrita às legendas do PSDB e PFL/DEM, que formavam a base do Governo FHC. Nesse contexto, formulando apoio e tentando transferir a credibilidade do Governo a candidatos de partidos aliados – PT, PMDB, PSB, PC do B, PR, PTB, entre outros – nas eleições municipais de 2008, o presidente Lula procura articular uma ampla base de apoio para a sucessão presidencial nas eleições gerais de 2010.

A eleição de 2010, embora tenha mantido a rivalidade federal entre PT e aliados x PSDB e aliados, apresentou como novidade a eleição da primeira mulher à Presidência da República. Dilma Rousseff foi eleita pela Coligação PT/PMDB, vencendo o candidato José Serra no 2º turno. Em

Goiás, a eleição foi marcada pela rivalidade entre PSDB e PMDB, tendo as candidaturas de Marconi Perillo (PSDB) e Iris Resende (PMDB) reeditado o confronto ocorrido em 1998. A coligação base do Governo Dilma Rousseff elegeu a maior bancada no Congresso Nacional.

SEGUNDA PARTE

O LEGISLATIVO EM GOIÁS: CARACTERIZAÇÃO POR LEGISLATURA

INTRODUÇÃO

O Poder Legislativo no Brasil teve origem no Império, quando a Constituição Brasileira de 1824 instituiu nas Províncias os Conselhos Gerais. Eles destinavam-se a reconhecer e a garantir a todo cidadão o direito de intervir nos negócios de sua Província, estabelecendo, em seu artigo 81, o que seria seu mister: “Propor, discutir e deliberar sobre os negócios mais interessantes das suas Províncias”. Esses Conselhos Gerais, contudo, não assumiram a feição de um Poder autônomo e independente. Uma das possíveis razões para tal pode decorrer de a Constituição de 1824 ter um caráter acentuadamente centralizador, dada a preocupação com a preservação da unidade territorial brasileira, temática importante para uma Nação que acabava de se tornar independente. Na época, surge um movimento descentralizador, advogando para as Províncias maior grau de autonomia política e administrativa. Esse movimento, de natureza federalista, deságua na primeira reforma constitucional brasileira, consubstanciada na Lei nº 12, de agosto de 1834, mais conhecida por Ato Adicional. Com base nesse dispositivo legal, nascem as Assembleias Legislativas Provinciais, com características de Poder autônomo e independente, capazes de influir política e administrativamente na vida das Províncias Brasileiras.

Em Goiás, a Assembleia Legislativa Provincial foi instalada em 1º de junho de 1835, com 12 deputados, eleitos por dois distritos e a cada três anos. Em 1º de agosto de 1835, no encerramento do primeiro ano da 1ª Legislatura, fez-se presente o presidente da Província, José Rodrigues Jardim. Por exigência constitucional (1824), na abertura de cada sessão legislativa anual, era lida a mensagem do presidente da Província. Posteriormente, o número de deputados do Legislativo goiano passou para 24, sempre eleitos por dois distritos e trienalmente. Como dependia de convocação do presidente da Província, a data de início dos trabalhos legislativos era irregular, embora o normal fosse funcionar de maio a início de agosto. A Assembleia Legislativa Provincial funcionou por 19 Legislaturas, de 1835 até o final do Império (1889), no prédio da

antiga Casa de Fundição, próximo ao Palácio Conde dos Arcos, em Goiás, Capital da Província.

Proclamada a República, em 15 de novembro de 1889, o funcionamento do Poder Legislativo nos Estados vai ser estabelecido pela Constituição de 1891, com seus membros eleitos por círculos eleitorais, definidos pelos respectivos Estados. O sistema eleitoral que vigorou durante toda a Primeira República (1889-1930) caracteriza-se pela eleição a *Bico de Pena*, com votação aberta - o voto não era secreto, sendo que a mesa receptora, além da coleta dos votos, emitia uma ata com o resultado obtido pelo candidato; essa ata deveria ser submetida à apreciação da Comissão de Verificação de Poderes. Muitas foram as questões envolvendo atas falsas e não validadas pelas Comissões de Verificação de Poderes.

O Poder Legislativo, tanto federal quanto estadual, tinha sua Comissão de Verificação de Poderes. Ela recebia as atas e as consideravam válidas ou não – os indesejáveis ou de oposição, contrários aos coronéis e oligarcas, sofriam a degola: seus mandatos eram invalidados. A Comissão de Verificação de Poderes, regra geral, fazia parte do grupo dominante da política estadual/nacional, daí a depuração de candidatos indesejáveis ao situacionismo.

Assim, o sistema eleitoral, vigente em toda a República Velha, vai permitir aos mandantes da política tolher qualquer indício de oposição. Se ela existisse, não lhe seria permitido espaço na política, nem mesmo como minoria no Senado ou na Câmara. A sua existência circunscrevia-se, quase somente, às páginas dos jornais. Daí a imprensa ter tido, na época, um papel importante na divulgação das ideias contrárias aos donos do poder.

A maioria dos historiadores apresenta a Primeira República (1889-1930) sob o prisma das oligarquias estaduais. Nesse sentido, Goiás pouco difere do quadro nacional, em que um grupo restrito de políticos, com vínculos familiares, domina a administração pública como se dono fosse, sendo, por isso, o período caracterizado pelas oligarquias. Tendo por base essa visão, estabeleceu-se que o corte para se trabalhar as Legislaturas no período procura uma correspondência entre elas e as dominações instaladas:

(a) de 1891 até 1900, houve três legislaturas: 1ª, 2ª e 3ª, cabendo a Leopoldo de Bulhões e seus familiares controlar a política estadual em todos os níveis;

(b) de 1901 até 1909, foram duas legislaturas: 4ª e 5ª; no período, José Xavier de Almeida, utilizando-se dos mecanismos de Bulhões, de quem fora aliado, impõe seu controle à política e à administração goianas;

(c) de 1909 até 1917, foram duas legislaturas: 6ª e 7ª; define-se como um período de transição: tem início em maio de 1909, com uma articulação política em que Xavier de Almeida e seus aliados são depostos pelas armas; a partir de 1912, os Caiado-Castro-Jardim começam a estabelecer seu controle no Estado, afirmando-se após o Acordo de 1916;

(d) de 1917 até 1930, com quatro legislaturas: 8ª, 9ª, 10ª e 11ª; período em que, sob a forte liderança de Antônio Ramos (Totó) Caiado, a política goiana é submetida ao domínio do grupo Caiado-Castro-Jardim.

1

CONGRESSO LEGISLATIVO, 1891-1930 (1932)

Concluídos os trabalhos da Constituinte Federal, caberia agora a elaboração das Constituições Estaduais. Os políticos goianos, nos primeiros momentos do novo regime, numa tentativa de superação das disputas do antigo regime, organizam-se em torno do Partido Republicano, denominado de Centro Republicano. Logo os desentendimentos se afluam e o rompimento da aliança faz com que outros partidos sejam formados - o Partido Católico, liderado pelo cônego Ignácio Xavier da Silva, e o Partido Republicano Federal, liderado por Sebastião Fleury Curado.

Na eleição para a Constituinte Estadual, em 1891, o Centro Republicano elege a maioria dos deputados constituintes. Os trabalhos dessa Constituição não se processam em ambiente tranquilo. O governador Rodolfo da Paixão, nomeado pelo presidente Deodoro da Fonseca, vincula-se ao grupo que se opõe a Leopoldo de Bulhões e aliados que controlam o Legislativo, criando um clima de aberta luta política. Um dos recursos

utilizados pelo Governador, diante da hostilidade dos congressistas, foi adiar sucessivamente o início dos trabalhos constituintes.

Em razão disso, Leopoldo de Bulhões e seus aliados acionam a maioria de que dispunham no Legislativo e preparam o texto da Constituição Estadual, que é promulgada em 1º de junho de 1891. A atitude da Constituinte apresentou-se como contrária à Chefia do Governo.

Em represália à insubordinação do Legislativo, o governador Rodolfo Gustavo da Paixão, em decreto de 10 de julho de 1891, cassa o mandato dos 24 parlamentares que haviam assinado a ata de abertura da Constituinte, processa-os pelos crimes de desobediência, sedição e usurpação de funções. No mesmo ato, convoca eleição para 15 de setembro, a fim de que sejam eleitos nove deputados pelo 1º Distrito Eleitoral e 15 deputados pelo 2º Distrito Eleitoral. O aludido decreto mantém a data de 15 de novembro para início dos trabalhos constituintes, mas o Governador recusa-se a dar cumprimento à Carta Constitucional votada. Não há registro de outra Constituição elaborada. Posteriormente, estabelecido o domínio dos Bulhões, a Constituição de 1º de junho é reconhecida e oficializada.

A Câmara dos Deputados do Estado de Goiás, de acordo com a Constituição Estadual de 1891, era composta de 30 deputados, eleitos em dois círculos eleitorais. A duração da Legislatura era de três anos, acompanhando à do Congresso Nacional. Pela legislação, a eleição era distrital e os deputados estaduais eram eleitos em dois distritos, cada um elegendo 15 parlamentares.

O funcionamento anual do Legislativo do Estado de Goiás era de apenas 60 dias, a partir de 13 de maio, e por isso tinha pouca condição de legislar. Constitucionalmente, cabia ao Congresso legislar sobre o orçamento estadual, a fixação do número de oficiais e praças da força pública, a criação de municípios, o estabelecimento de subsídios para a Presidência do Estado e para os congressistas. A iniciativa da legislação era do Executivo. O presidente do Estado, em suas mensagens no início dos trabalhos legislativos, pedia a atenção dos parlamentares para assuntos que necessitavam de legislação, e, às vezes, durante anos seguidos, a mesma questão era levantada sem que nenhuma providência fosse tomada.

No período da Primeira República, houve 11 legislaturas, sendo que a partir da 4ª Legislatura (1901), com a denominação de Congresso Legislativo do Estado de Goiás, o Parlamento torna-se bicameral, composto pelo Senado Estadual e pela Câmara dos Deputados. Esse formato bicameral mantém-se até a Revolução de Trinta. Não foi somente o Estado de Goiás que teve Senado Estadual, outros Estados também tiveram. Quando reaberto o Parlamento, em 1934, o Poder Legislativo estadual, em todo o Brasil, passou a ter um formato unicameral.

1.1. DA 1ª À 3ª LEGISLATURA, 1891-1900

Em 1892, tem início, de fato, a 1ª Legislatura (1891-1893), sob o controle do Centro Republicano – Partido Republicano de Goiás, chefiado por Leopoldo de Bulhões. A composição desta Legislatura reflete o conjunto de apoios do Bulhonismo, com maioria de deputados da Capital (56,7%), de cidades do Sul (23,3) e do Norte/Nordeste do Estado (21%). Na sua composição, predominam fazendeiros/comerciantes (50%), embora houvesse também funcionários públicos, militares e médicos.

Merece ser destacado o esforço do Poder Legislativo estadual, em 1892, em dotar a administração estadual da legislação necessária ao seu pleno funcionamento. Além da legislação anualmente estabelecida, orçamento e fixação da força pública, o Congresso aprova a Lei de Terras, a Lei Eleitoral, a Lei de Locação de Serviços, entre outras.

Em razão dos problemas políticos que retardam o início dos trabalhos da Constituinte de 1891, prejudicando o funcionamento do Congresso naquele ano, a Câmara de Deputados, em 1893, decide prorrogar a legislatura para 1894, ao invés de 1893. A oposição contesta na imprensa. Em 1894, contudo, a Câmara não se reúne por falta de quórum legal, embora muitos deputados desloquem-se para a Capital.

Em 1892, registra-se a primeira eleição para governo estadual: José Leopoldo de Bulhões Jardim foi eleito Presidente do Estado para o triênio 1892-1895, contudo, ele não assume. O 1º vice-presidente, Antônio José

Caiado, assume em 18 de junho de 1892. Leopoldo de Bulhões renuncia em 3 de janeiro de 1893, sendo convocada nova eleição. O presidente eleito, Major Inácio Xavier de Brito, governa até 1895.

Em 13 de maio de 1895, tem início os trabalhos da 2ª Legislatura (1895-1897), eleita em 7 de setembro de 1894. Na Capital, Cidade de Goiás, reside quase a metade (14) dos deputados (46,7%), seguida por residentes em cidades do Norte/Nordeste, com 40%, 12 deputados, tendo o Sul menor representação. As ocupações que se destacavam eram fazendeiro/comerciante, 14 (46,7%), e funcionário público, 12 (40%). Para o triênio 1895-1898, foi eleito Presidente do Estado Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim, cunhado de Leopoldo de Bulhões, que toma posse em 18 de julho de 1895 e governa até 18 de julho de 1898, cabendo a Bernardo Antônio de Faria Albernaz, 1º vice-presidente, completar o mandato.

A 3ª Legislatura (1898-1900) apresenta-se muito semelhante à anterior na residência e ocupação do parlamentar – a Cidade de Goiás mantém a maior representação (46,7%), seguida do Norte/Nordeste (40%). Os números também se repetem quanto à ocupação – 46,7% para fazendeiros/comerciantes e 40% para funcionários públicos. Em março de 1898, Urbano Coelho de Gouveia é eleito Presidente do Estado para o triênio 1898-1901. Ele, também cunhado de Leopoldo de Bulhões, tomou posse em 1º de novembro de 1898 e governa até julho de 1901. Novamente, cabe ao coronel Bernardo Antônio de Faria Albernaz, 1º vice-presidente, completar o mandato.

Nessas três Legislaturas (1ª, 2ª e 3ª), a composição da Câmara dos Deputados do Estado de Goiás reflete bem o apoio que os Bulhões recebiam, além do Centro Republicano, partido organizado e controlado por eles, que mantém quase toda a representação no Legislativo; na Capital e no Norte/Nordeste tem maior presença no Congresso estadual, também composto principalmente por fazendeiros/comerciantes e por funcionários públicos. As dificuldades de transporte não impedem a participação de representantes de diferentes regiões, embora predominem os políticos da Capital. Vale lembrar que o funcionamento do Congresso ocorre de 15 de maio a 15 de agosto, período de estiagem nas regiões do Estado de Goiás.

1.2.

4ª E 5ª LEGISLATURAS, 1901-1908

A reforma constitucional de 1898 transforma o Legislativo goiano em bicameral, criando, além da Câmara dos Deputados, o Senado Estadual. Este foi instalado em maio de 1901, quando teve início a 4ª Legislatura (1901-1904). A Câmara dos Deputados teve sua composição reduzida de 30 para 24 membros. Além disso, a Constituição alterou a duração de cada legislatura passando para quatro anos, anteriormente era de três anos. O Senado Estadual era composto por 12 membros, com mandato de oito anos e eleitos pelo sistema majoritário, renovando-se a cada quatro anos em 50%. O deputado estadual, por seu turno, continuava eleito por círculos eleitorais, mediante sufrágio direto. Constitucionalmente, competia ao Congresso a elaboração das leis, sendo competência privativa do Senado processar e julgar o presidente do Estado e os membros do Superior Tribunal de Justiça.

Em 7 de setembro de 1900, foi eleita pela primeira vez esta nova configuração do Congresso Legislativo do Estado de Goiás, composto pelo Senado, com 12 membros, e pela Câmara, com 24 membros. Dois partidos concorrem às eleições: o Partido Republicano - Centro Republicano - e o Partido Republicano Federal. O primeiro, ligado aos Bulhões, controla o Executivo estadual; o segundo, era oposição.

Em março de 1901, José Xavier de Almeida foi eleito Presidente do Estado para o quadriênio 1901-1905. Ele fora secretário do Interior e Justiça durante as gestões de Francisco Leopoldo (1895-1898) e Urbano Gouvea (1898-1901).

No início da 4ª Legislatura (1901-1904), foram muitas as disputas pelas vagas no Congresso, sendo grande a renovação, 15 novos deputados (62,5%), mesmo porque alguns ex-deputados se elegeram senadores estaduais. A Capital continua tendo maior presença na Câmara, com 13 representantes (54,17%). Em sua composição, continua predominando o fazendeiro/comerciante, 10 (41,7%), sendo grande o número de funcionários públicos, 6 (25%). Durante esta Legislatura, ocorreu a ruptura política de Xavier de Almeida da orientação de Leopoldo

de Bulhões. Na chefia do Governo, Xavier de Almeida articulou seu grupo político, afastando-se do Bulhonismo que o elegeu. Em fins de 1903 e início de 1904, a ruptura com os Bulhões se expressa com o afastamento de secretários de Estado ligados àquela corrente política. Em fevereiro de 1904, Xavier de Almeida, aliado aos Jaymes, Caiados, Abrantes e Alves de Castro, reorganiza o Partido Republicano Federal, que enfrentará o Centro Republicano nas eleições para o Congresso Legislativo Estadual, em setembro de 1904, e para a Presidência do Estado, em março de 1905.

Pelo interesse do grupo dominante, em junho de 1904, a legislação eleitoral foi alterada, bem como os círculos eleitorais. Agora, sob a orientação de Xavier de Almeida, mantêm-se os 12 círculos; altera-se, contudo, a distribuição de municípios por círculos - Morrinhos, por exemplo, passa a fazer parte do 1º círculo, cuja sede era a Capital, o que parece uma tentativa de reduzir a força política da Cidade de Goiás (Decreto 1.272, de 7 de junho de 1904).

Na eleição para o Legislativo (1904) e para o Executivo (1905), ambos os grupos - Bulhonismo e Xavierismo - tentam o reconhecimento dos seus candidatos, surgindo daí uma duplicação de poderes, criando-se um impasse. Não havendo solução no âmbito estadual, apela-se para a Presidência da República, que, por sua vez, transfere a questão à deliberação do Congresso Nacional. Na perspectiva da *Política dos Governadores*, o Partido Republicano Federal, ligado ao Xavierismo, ganha a disputa e passa a controlar a política estadual. Para o quadriênio 1905-1909, o coronel Miguel da Rocha Lima, ligado a Xavier da Almeida, foi eleito Presidente do Estado.

A mudança de comando político reflete na composição do Congresso Estadual. Na 5ª Legislatura (1905-1908), a renovação foi muito alta, 19 novos deputados (79,2%), além de a Capital perder representação, com 9 deputados (37,5%), a mesma da região Sul de Goiás; também aumentam os parlamentares com curso superior, 6 deputados (25%), embora 75% tivessem escolarização primária e média.

Miguel da Rocha Lima não tem um final de Governo tranquilo. Em março de 1909, quando a movimentação de coronéis contra a ordem reinante se estabelece, criando instabilidade, ele se afasta do Governo. Em 1º de maio de 1909, com a vitória da Revolução de 1909, José (Zeca)

Batista, 3º vice e ligado à nova ordem, assume a Presidência do Estado, governando até julho de 1909.

A composição do Congresso nessas duas Legislaturas difere do padrão anteriormente definido. Estão representados municípios de diferentes regiões do Estado – do Sul, principalmente, com a Capital perdendo representação. Também houve alteração nas ocupações, embora fazendeiros/negociantes tenham predomínio; aumenta a presença de parlamentares com curso superior, especialmente de advogados.

1.3. 6ª E 7ª LEGISLATURAS, 1909-1916

Em abril de 1909, novamente se reorganizam as forças políticas estaduais. Alguns integrantes da composição situacionista deixam o Governo, aliam-se aos Bulhões e formam o Partido Democrata. Em 1º de maio, um movimento político, liderado por Leopoldo de Bulhões e Eugênio Rodrigues Jardim, toma o governo e liquida o domínio de Xavier de Almeida. O Movimento de Maio de 1909 ou Revolução de 1909 provoca uma alteração significativa na política estadual. Uma nova organização política surge, o Partido Democrata. Em decorrência do Movimento de Maio e do realinhamento político, diversos senadores e deputados não têm seus mandatos confirmados, sendo, dessa forma, depurados. Também a eleição para a Presidência do Estado não obedece aos resultados proclamados em março/abril de 1909, quando os votos eram apurados. A nova ordem elege o governo estadual: Urbano Coelho de Gouveia é reconhecido e toma posse em julho de 1909, como Presidente do Estado, para governar até 1913. Ele fora derrotado nas eleições de 1º de março de 1909.

No Congresso Estadual, na 6ª Legislatura (1909-1812), foi grande a renovação – 19 novos deputados (79,2%), sendo apenas 5 reeleitos. Outra alteração foi o aumento de deputados residentes na Capital, 10 (41,7%), com redução da representação dos municípios do Sul do Estado. Mantém-se alta a composição de fazendeiros/comerciantes, 15 (62,5%), e baixa a presença de deputados com curso superior, apenas 3 (12,5%).

Em 1912, Urbano Coelho de Gouvêa, se sentido desprestigiado, afasta-se da chefia do Executivo estadual. A partir do segundo semestre de 1912, os vice-presidentes e o presidente do Congresso, senador Joaquim Rufino Ramos Jubé, governam até o final do mandato, em 1913. O Partido Democrata, criado em 1909, na composição de forças que leva ao Movimento de 1909, é recomposto. As lideranças políticas ligadas a Leopoldo de Bulhões e a Gonzaga Jayme afastam-se do Partido Democrata e reorganizam o Partido Republicano de Goiás, que se mantém na oposição até 1921, quando deixa de existir.

Para o próximo quadriênio (1913-1917), Olegário Herculano da Silveira Pinto foi eleito presidente do Estado; ele, militar goiano há muito ausente do Estado, tinha laços familiares com a família Caiado. Ao que tudo indica, o grupo liderado por Eugênio Jardim e Antônio Ramos (Totó) Caiado teve o respaldo do Governo Federal, do Presidente da República. Hermes da Fonseca, com suas famosas “salvações”, passa a ter o controle do Executivo estadual. O coronel Eugênio Rodrigues Jardim fora colega do Marechal Hermes da Fonseca na Escola Militar (A Imprensa, nº 493, 25 de dezembro de 1914).

No início da 7ª Legislatura (1913-1917), os efeitos dessa alteração nos quadros da política têm consequência, com muitos candidatos a deputado depurados, ou seja, não têm seus mandatos reconhecidos. Também é grande a renovação – 14 novos deputados (58,3%) – com a Capital, Cidade de Goiás, tendo a maioria dos representantes na Assembleia (41,7%), composta, em sua maioria, de comerciantes/fazendeiros (70,8%). Dentre as depurações, deve ser destacada a de Abílio Wolney, que, em 1912, presidia a Câmara dos Deputados e era uma liderança emergente. Ele, anos depois, comandou a resistência às tropas do Governo goiano nos “acontecimentos” em São José do Duro (1918), no Nordeste goiano, no qual a polícia foi acusada de matar membros da família Wolney, presos em um “tronco”. (Ver “O Tronco”, de Bernardo Élis).

Em julho de 1914, o presidente Olegário Herculano da Silveira Pinto, após um ano de governo, afasta-se da chefia do Executivo, renunciando em junho de 1915. [Sobre o afastamento do Presidente, ver Campos, 2003, Nota 38, p. 118]. Também nessa gestão governamental, o mandato presidencial é completado pelos vices e pelo presidente do Congresso. Destaque-se que esse é o terceiro Presidente do Estado, em mandatos

seguidos, que, por razões políticas, não termina sua gestão – Miguel da Rocha Lima (1905-1909), Urbano Gouvêa (1909-1913) e Olegário Herculano (1913-1917).

Em 1916, a legislação eleitoral é alterada, numa reorganização das alianças políticas. Os círculos eleitorais são modificados, especialmente nos municípios-sedes dos distritos. Eles permanecem em número de 12 e elegeem, cada um, dois parlamentares (Decreto nº 4.135, de 5 de maio de 1916).

1.4. DA 8ª À 11ª LEGISLATURA, 1917-1930 (1932)

Embora seja marcante a presença de Totó Caiado, a Eugênio Jardim, que chefiava o Partido Democrata, tornou-se necessária a “autoridade externa” para apaziguar os ânimos, tal era o grau de conflito entre a situação democrata e a posição republicana, sugerindo-se o uso da força entre os grupos políticos estaduais. Em razão disso, sob o patrocínio do presidente Wenceslau Brás, celebra-se, em 1916, um acordo – Acordo de 1916 - envolvendo os chefes da política goiana - o situacionismo do Partido Democrata e a oposição do Partido Republicano. O acordo tenta preservar a tranquilidade política estadual, garantindo à oposição um espaço político com um terço da representação no Congresso Nacional, no Executivo estadual, bem como no Congresso Legislativo do Estado de Goiás. (Campos, 2003: 97-98)

Nessa perspectiva, para o quadriênio 1917-1921, foi eleito presidente do Estado o desembargador João Alves de Castro. Ele, embora cunhado de Antônio Totó Ramos Caiado, era desembargador no Acre e tinha ligações políticas com a oposição goiana. Pelo acordo, coube ao Partido Democrata a indicação do 1º vice (Antônio Ramos Totó Caiado) e, à oposição, das 2ª e 3ª vice-presidências, indicadas pelo Partido Republicano. O acordo, contudo, teve vigência prática somente até o fim da próxima Legislatura.

A 8ª Legislatura (1917-1921) deve ser vinculada ao Acordo de 1916, no qual foi garantido um terço da representação estadual para a oposição

(Partido Republicano). Nela, foram mantidas as características do período, grande renovação com 18 novos deputados (75%), com maior número de deputados residentes na Capital, 10 (41,7%), e com as cidades do Sul e do Norte/Nordeste tendo a mesma representação, 7 (29,16%). Também se mantém alta a presença de fazendeiros/comerciantes, 15 (62,5%), crescendo o número de deputados com curso superior, 7 (29,16%), destes, 5 eram advogados.

Em 1918, nova regulamentação da legislação eleitoral foi aprovada no Estado (Lei nº 623, de 28 de setembro de 1918). Além de incorporar pequenas alterações na forma de alistamento eleitoral, a nova lei reorganiza os círculos eleitorais, reduzindo-os de 12 para seis, sendo que cada um deles passa a eleger quatro deputados estaduais e define as seguintes cidades como sedes de círculo eleitoral: Capital, Morrinhos, Catalão, Bonfim, Posse, Porto Nacional. Essa organização dos círculos eleitorais e respectivas sedes permanece até 1930 e se faz importante na manutenção do domínio no Estado. É importante destacar a relação que existe entre a alteração de círculos e sedes e a rearticulação das forças políticas no Estado, sempre que estas acontecem.

Para o quadriênio 1925-1929, o coronel Eugênio Rodrigues Jardim foi eleito Presidente do Estado. Ele, cunhado de Totó Caiado, assumiu em julho de 1921; renuncia, contudo, em 11 de novembro de 1922. É o 4º Presidente do Estado a se afastar do cargo por questões políticas. O restante do governo coube a Miguel da Rocha Lima (2º vice). O médico Francisco Ayres da Silva (1º vice-presidente), embora tenha se deslocado do Rio de Janeiro para Goiás, não assumiu, continuou no desempenho de seu mandato de deputado federal.

A 9ª Legislatura (1921-1924) apresenta-se num quadro político controlado pelo Partido Democrata, pois a oposição, sem condições de sobrevivência, deixou de existir – o Partido Republicano desapareceu. Na Câmara, as cidades do Sul do Estado têm maior representação – 10 deputados (41,7%), superando a Capital, que tem 8 (33,3%). Também é grande a renovação, pois são 13 novos deputados (54,2%) e continuam os comerciantes/ fazendeiros com maior representação (62,5%).

Para o quadriênio 1925-1929, o médico Brasil Ramos Caiado foi eleito Presidente do Estado. Ele, irmão de Totó Caiado, não teve um Governo

tranquilo. Embora controlada pelos democratas, a situação tendeu a se complicar com a movimentação da Coluna Prestes e a Questão do Judiciário (Campos, 2003: 101-102) - o Superior Tribunal de Justiça pede intervenção federal. Também no seu Governo, registram-se os incidentes que envolveram a mística Santa Dica, em Lagolândia, município de Pirenópolis.

Na 10ª Legislatura (1925-1928), a composição do Legislativo tem o Sul do Estado com maior participação (50%), e o Norte (25%) e a Capital (25%) dividindo a representação. A renovação foi menor – 13 deputados foram reeleitos (54,2%) – e predominam os comerciantes/fazendeiros, com 8 deputados (33,3%) com curso superior.

A 11ª Legislatura (1929-1930), a última da República Velha (1899-1930), inicia numa conjuntura política mais complicada, pois a oposição se rearticula, e também pela presença da Aliança Liberal no Estado. Em agosto de 1927, a oposição articulou-se, formando o Partido Republicano, que, apesar da movimentação que provoca, não elegerá nenhum candidato nas eleições estaduais de 7 de setembro de 1928, para o Legislativo, e nem na eleição de 2 de março de 1929, para o Executivo estadual.

Embora os Caiado saíssem da crise enfraquecidos e tivessem perdido o controle do Executivo estadual, o Partido Democrata mantém-se hegemônico. A representação no Congresso Legislativo estadual é toda de democratas. Para o quadriênio 1929-1932, Alfredo Lopes de Moraes, chefe político de Morrinhos, foi eleito Presidente do Estado, assumindo em julho de 1929. A indicação de seu nome teria feito parte da negociação com o Governo Federal, na solução da “crise com o Judiciário” – com o impedimento de um integrante da família Caiado de suceder Brasil Caiado na Presidência do Estado.

Em 11 de agosto de 1930, o presidente Alfredo Lopes de Moraes afasta-se do Governo. As alterações no Secretariado, caracterizadas pelas substituições dos secretários de Estado ligados ao ex-presidente, indicam crise ou recomposição do domínio dos Caiado. A vitória da situação nacional, em março de 1930, aliada dos Caiado, teria contribuído para a reafirmação do seu domínio e o afastamento da poderosa família do Sul do Estado do Executivo. Humberto Martins Ribeiro, 1º vice, médico

residente em Goiás, assume a Presidência, permanecendo no cargo até o desfecho do Movimento de 1930.

As Legislaturas que ocorreram de 1913 até 1930 (7ª, 8ª, 9ª, 10ª e 11ª) foram compostas quase somente de integrantes do Partido Democrata. As eleições eram uma confirmação da chapa apresentada pela comissão executiva do Partido Democrata. Pela composição do Congresso Legislativo estadual, percebe-se o leque de alianças montado pelos dirigentes estaduais. Embora predominem no Congresso as ocupações ligadas à produção agropecuária, na Câmara, estão presentes, nessas Legislaturas, alguns parlamentares com curso superior, como advogados, dentistas, médicos e farmacêuticos. A renovação do Congresso dependia mais da articulação de família e de suas relações com os poderosos no Estado e menos de processos eleitorais. Assim, a permanência e reeleição nessas legislaturas são maiores que nas anteriores. O arranjo de poder estabelecido por volta de 1916 permanece com pouca alteração até o Movimento de Trinta.

2. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 1935-1937

2.1. INTRODUÇÃO

Com a vitória do movimento revolucionário, em 24 de outubro de 1930, através da intervenção da Coluna Mineira em Goiás, a oposição goiana chega ao poder. Uma junta governativa é formada, sendo, logo em seguida, Pedro Ludovico Teixeira indicado interventor federal de Goiás. O Congresso Legislativo do Estado de Goiás, composto pelo Senado Estadual e pela Assembleia Legislativa, foi fechado, assim permanecendo até 1935. A interventoria centraliza a administração, inclusive indicando as administrações municipais: prefeitos e Conselhos Municipais.

Em 1933, a partir da convocação de eleições gerais para a composição do Congresso Nacional, formaram-se novos partidos políticos. O interventor federal de Goiás convocou as lideranças outubristas e as

chefias políticas municipais para participar da formação do Partido Social Republicano (PSR), que se tornou a base de apoio do situacionismo. Políticos ligados ao antigo regime, sob a coordenação de Antônio Ramos (Totó) Caiado, formam o Partido Democrata (PD), que se opunha ao situacionismo outubrista. Ambos os partidos lançaram candidatos para a eleição de 3 de maio de 1933, que vai formar a Constituinte Federal. Sob efeito do novo Código Eleitoral, nesta eleição, a mulher terá o direito de votar no Brasil pela primeira vez. Inscreveram-se 16.114 eleitores para votar nesta eleição.

O partido situacionista (PSR) obteve ampla vitória, elegendo os quatro representantes goianos para a Constituinte Federal. Destaque-se que a questão da mudança da Capital estadual para Goiânia foi o eixo do debate político desta eleição.

O Congresso Constituinte, instalado em 15 de novembro de 1933, trabalha com afinco, de modo que, em 16 de julho de 1934, a nova Constituição Federal seja proclamada. Completados os trabalhos constituintes, os mandatos são extintos e novas eleições são convocadas para 14 de outubro de 1934. Nestas eleições, os integrantes da 37ª Legislatura Federal serão eleitos, bem como representantes estaduais nas Assembleias Legislativas.

Estas eleições de outubro de 1934 ocorrem em um cenário político regional agitado, pois, além do confronto com a oposição, o situacionismo tendia a rachar. As disputas pela direção do Movimento de Trinta em Goiás fizeram com que Domingos Neto Velasco rompesse com Pedro Ludovico, provocando acusações e agressões de parte a parte. Os dissidentes do situacionismo formaram uma nova legenda - o Partido Libertador de Goiás. Com essa nova agremiação, Goiás passou a ter três partidos, dois de oposição: o Partido Democrata e o Partido Libertador de Goiás, que, logo em seguida, se unem, formando a Coligação Libertadora.

Para as eleições de outubro de 1934, inscreveram-se 33.691 eleitores, registrando-se um aumento de 52,2% em relação aos inscritos para a eleição de maio de 1933. A campanha eleitoral travou-se num clima de denúncias e de acusações. O PSR centra sua campanha na questão da mudança da Capital. Toda a oposição questionava a mudança da Capital e fazia pesadas críticas ao Governo. Realizadas as eleições, apresentaram-

se os seguintes resultados: (a) para a Câmara Federal, o PSR obteve 62,5% dos votos, elegendo 3 dos 4 deputados; a Coligação Libertadora obteve 32,4% dos votos e elegeu apenas 1 deputado; (b) para a Assembleia Legislativa, a votação não diferiu muito: o PSR recebeu 60,9% dos votos e elegeu 16 deputados; a Coligação Libertadora foi votada por 32,2% dos eleitores, elegendo 8 deputados.

Em 15 de abril de 1935, instalou-se solenemente a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, fechada desde outubro de 1930. A legislação eleitoral manteve o mesmo número de deputados do período anterior, 24 deputados, desaparecendo o Senado Estadual. Por determinação da Constituição Federal, cabia à Assembleia Legislativa eleger o governador do Estado e dois senadores da República. Após a eleição da Mesa e o presidente eleito, deputado Hermógenes Ferreira Coelho, ter assumido a direção dos trabalhos, processam-se as eleições para governador e para senadores da República. Duas chapas foram apresentadas: a) PSR, situação, composta por Pedro Ludovico Teixeira, governador, Mário D'Alencastro Caiado e Nero Macedo de Carvalho, senadores; b) Coligação Libertadora, oposição, composta por Francisco Emílio Póvoa, governador, Domingos Neto Velasco e Antônio Ramos Caiado, senadores. Submetida à votação, a chapa situacionista, vitoriosa, obteve 15 votos, sendo que a oposicionista obteve oito votos. Eleito governador de forma indireta, Pedro Ludovico tomou posse em 20 de abril de 1935, assim permanecendo até novembro de 1937.

Apesar dos embates políticos e da forte oposição, Pedro Ludovico manteve as frentes de trabalho da construção da nova Capital, e, estrategicamente, desde 1935, ia transferindo setores da administração estadual para Goiânia. Em 23 de março de 1937, o Decreto nº 1.816, do Governo Estadual estabelece a mudança definitiva da Capital. Com esse decreto, Pedro Ludovico forçou as condições para a transferência de todos os Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – para Goiânia. A Assembleia Legislativa, a partir de 15 de junho de 1937, passa a se reunir em Goiânia. O Tribunal de Apelação – Tribunal de Justiça – instala-se na Capital em 16 de julho de 1937.

2.2. CONSTITUINTE E 1ª LEGISLATURA

Uma única legislatura ocorreu no Pós-Trinta em Goiás, de 15 de abril de 1935 a 5 de agosto de 1937, não funcionando em 1938, pois o Golpe de 9 de novembro de 1937 estabelece a Ditadura, não sendo permitido o funcionamento do Poder Legislativo.

Até junho de 1937, a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás exerceu suas atividades na Cidade de Goiás, Capital, em prédio próprio, na Rua da Abadia. Com a mudança da Capital, em 1937, ela passou a funcionar na cidade de Goiânia, em prédio construído na Avenida Tocantins com a Rua 12.

Há imprecisão na divulgação da relação dos deputados estaduais eleitos em 14 de outubro de 1934. Pelo quadro geral do resultado da votação, publicado no Correio Oficial nº 2.910, de 5 de dezembro de 1934, o PSR teria eleito 18 deputados e a Coligação, 6, havendo, inclusive, uma relação incorreta dos eleitos. Recorreu-se às atas do TRE, bem como ao Livro de Posse, no qual constam as posses dos suplentes nos anos de 1935, 1936 e 1937, obtendo-se, assim, a relação correta dos deputados estaduais eleitos em 1934.

Foram eleitos e tomaram posse 16 deputados do PSR e oito da Coligação Libertadora. (A relação completa dos deputados eleitos e dos suplentes que assumiram encontra-se na terceira parte - composição das Legislaturas e Mesas Diretoras)

Altera-se substancialmente a composição da Assembleia em relação ao período anterior. Em primeiro lugar, porque a maioria dos deputados tem curso superior, sendo que 7 são médicos, 5 advogados e 2 farmacêuticos, além de 6 comerciantes, 4 funcionários públicos e 1 fazendeiro. Em seguida, vem a origem do parlamentar: a Capital, Cidade de Goiás, continua elegendo mais deputados, 7; Rio Verde, 3; Anápolis, 3; Jaraguá, 2. As regiões Sudoeste, Sul, Sudeste (estrada de ferro) e Central estão bem representadas. O Nordeste (Arraias) tem um deputado, o Norte não está representado. Vale observar que, em toda a Primeira República, o Norte goiano sempre teve representação no Legislativo estadual.

Conforme anteriormente apresentado, um dos primeiros atos da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás foi cumprir o que determinava a Constituição Federal de 1934, para que fossem eleitos, indiretamente, o governador estadual e os dois senadores da República. Ainda no dia da abertura e após a eleição da Mesa Diretora, em 15 de abril de 1935, foi procedida a eleição. Os candidatos do Partido Social Republicano foram eleitos, obtendo 15 votos, sendo que os candidatos da Coligação Libertadora obtiveram oito votos. Em 20 de abril de 1935, Pedro Ludovico Teixeira toma posse como Governador do Estado de Goiás.

Também em abril, foi composta a Comissão Constitucional, com responsabilidade para elaboração do texto da nova Constituição, integrada pelos seguintes parlamentares: Antônio Raymundo Gomes da Frota, João de Abreu, Felicíssimo do Espírito Santo Netto, Guilherme Xavier de Almeida, representantes da situação; e Joaquim Rufino Ramos Jubé Júnior e Victor Coelho de Almeida, representando a oposição. Tendo concluído seus trabalhos em junho, o texto constitucional foi logo submetido à votação em Plenário, sendo, em 26 de junho 1935, promulgada a Constituição do Estado de Goiás, que terá curta duração, já que o Golpe de novembro de 1937 altera todos os procedimentos constitucionais, pela Constituição de 1937, conhecida por Polaca.

Terminados os trabalhos constituintes, a Assembleia assume suas funções legislativas, com a questão da mudança da Capital movimentando os debates parlamentares. O Legislativo estadual goiano viveu momentos de intensa agitação. A questão da mudança da Capital polariza o debate. Muito embora o partido situacionista, Partido Social Republicano, tivesse eleito a maioria dos membros da Assembleia Legislativa, a oposição obstruía os trabalhos, dificultando a aprovação de questões de interesse do Governo, especialmente quanto à mudança da Capital.

Em abril de 1936, Pedro Ludovico se licencia, passando o governo para Hermógenes Ferreira Coelho, presidente da Assembleia Legislativa. No governo, Hermógenes Coelho tenta um acordo que trata da mudança do Tribunal de Justiça para Goiânia, envolvendo vantagens aos desembargadores. Para tanto, o deputado Guilherme Xavier de Almeida (PSR) apresenta um projeto de lei, no qual, além da mudança do Tribunal de Justiça, eram oferecidas vantagens à Cidade de Goiás. Pedro Ludovico reassume o governo antes de terminada a licença e,

discordando das vantagens oferecidas, orienta para que novo substitutivo seja apreciado, retirando as vantagens oferecidas. Essa conduta fez com que, dias depois, Hermógenes Coelho rompesse com Pedro Ludovico, sendo acompanhado pelos deputados João Coutinho e Luiz Confúcio da Cunha Bastos, deixando também a base governista o prefeito da Cidade de Goiás, Joaquim da Cunha Bastos, pai do deputado Luiz Confúcio.

Por orientação do Governador, a base aliada (PSR), ainda com maioria de 13 deputados, promove reunião da Assembleia Legislativa no dia 29 de setembro de 1936. Nela, a Mesa Diretora, presidida por Hermógenes Ferreira Coelho, foi destituída, tendo como argumento o direito da maioria em dirigir aquele Poder. Assim, nova Mesa Diretora foi eleita, tendo como presidente o deputado João de Abreu, do PSR, que, até então, era vice-presidente.

Em 2 de agosto de 1936, acolhendo denúncia de Sebastião Gonçalves, suplente de deputado, o Tribunal Eleitoral de Goiás cassa os mandatos dos deputados Taciano Gomes de Melo, Guilherme Xavier de Almeida e Vasco dos Reis Gonçalves, todos da situação (PSR). Eles, eleitos prefeitos, assumiram as administrações municipais e continuavam no desempenho do mandato parlamentar. Para substituí-los, foram convocados os suplentes – Hermínio A. de Amorim, que assume em 6 de agosto de 1936; Manoel Balbino de Carvalho, em 12 de agosto de 1936; e Aquiles de Pina, em 14 de setembro de 1936.

Além daqueles deputados, ainda em 1936, são cassados os deputados Irany Alves Ferreira e Oscar Borges de Campos Jr. e, no início de 1937, o deputado João José Coutinho. Recorrendo ao Supremo Tribunal de Justiça, os deputados Irany A. Ferreira e Oscar B. de Campos Jr. ganharam a questão e reassumem seus mandatos em 1937, no final das atividades parlamentares do ano.

Nos anos de 1935, 1936 e 1937, tendo a questão da mudança como base, os embates políticos foram muitos e a oposição fez duros ataques a Pedro Ludovico e ao Governo, usando, em muitos momentos, a obstrução como forma de retardar as decisões. Para obter êxito e conduzir a mudança da Capital, o Governador não poupou o uso de outros recursos e mesmo da força. A prisão do deputado Jacy de Assis e a perseguição a outros deputados da oposição – Alfredo Nasser homiziou-se no Quartel

do Exército – fazem parte da estratégia do Governo. Conforme relato, sentindo-se ameaçado, o deputado Jacy de Assis, da oposição, foge da Capital, Cidade de Goiás, em um porta-malas, passando a residir em Uberlândia, Minas Gerais.

Na perspectiva da mudança dos Três Poderes para a nova Capital, em tempo recorde, foi construído o prédio para a sede do Poder Legislativo em Goiânia, na Avenida Tocantins, esquina com Rua 12. A partir de 15 de junho de 1937, a Assembleia Legislativa reuniu-se em sua sede na cidade de Goiânia. Nas 40 reuniões ordinárias realizadas, da 45^a à 85^a, a Assembleia funcionou com quórum de 12, 13 ou 14 deputados, pois muitos integrantes da oposição não compareceram a nenhuma sessão. Os deputados oposicionistas Agenor Alves de Castro, Felismino Viana e Victor Coelho de Almeida estiveram presentes em quase todas; Genserico Jaime teve algumas presenças; e Jacy de Assis e Jubé Jr. ficaram quase todo o período em licença médica.

Em 9 de novembro de 1937, com apoio do Exército, Getúlio Vargas deu o Golpe de Estado, estabelecendo o Estado Novo. As atividades do Legislativo foram colocadas em recesso, sendo a Assembleia fechada durante todo o Estado Novo, de 1938 até março de 1947. Quando o Parlamento foi fechado, Pedro Ludovico Teixeira, governador goiano, declarou seu apoio à medida, enaltecendo o *Governo Forte*.

3. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 1947-1983

3.1. INTRODUÇÃO

Com a democratização, em 1945, a Assembleia Legislativa foi reaberta após 10 anos de recesso, pois somente em 1947 volta a se reunir. Sem sede própria, instala-se precariamente no Museu Histórico, na Praça Cívica, posteriormente, no Palácio da Pecuária, na Avenida Goiás, e, somente em 15 de abril de 1962, foi transferida para sede própria, Palácio dos Buritis, que anos depois recebeu o nome de Palácio Alfredo Nasser.

Ao iniciar seus trabalhos, a Assembleia Legislativa se deparava com muitos problemas, quase todos decorrentes de seu longo período de fechamento imposto pelo Estado Novo. Entre as dificuldades encontradas, merecem ser destacadas:

a) falta de regimento interno, adotando-se o de 1935 até que um novo fosse elaborado;

b) o orçamento estadual não previa recursos para o funcionamento deste novo Poder;

c) o Legislativo não dispunha de um quadro de servidores próprios para o seu funcionamento.

Diante disso, a Mesa Diretora empenhou-se na obtenção de recursos e de funcionários necessários ao bom funcionamento dos trabalhos legislativos. Também, em artigo das disposições transitórias da Constituição Estadual, foi assegurado ao funcionário que serviu a Secretaria da Assembleia o direito de aproveitamento e de efetivação no cargo, quando fosse criado o quadro definitivo.

O corte estabelecido para a apreciação das Legislaturas acompanha a periodização aceita pelos estudiosos para o Pós-1945:

(a) 1947 a 1967 – corresponde à Terceira República, sendo que a 5ª Legislatura, iniciada em 1963, tem boa parte de suas atividades já sob o regime implantado em 1964;

(b) 1967 a 1983 – Quarta República - período que inclui as legislaturas iniciadas sob o Regime Militar;

(c) 1983 a 2011 – Quinta República - abrange as Legislaturas que se iniciaram após o declínio do Regime Militar e quando o País se redemocratiza.

A Assembleia Legislativa desse período diferencia-se das anteriores pela presença feminina e pelo número de partidos com representantes eleitos para o Legislativo estadual, além de ter a maioria dos deputados diploma em curso superior. Merece destacar que em nenhuma das Legislaturas anteriores a 1945 houve mais que dois partidos, também em nenhuma delas uma mulher foi eleita como membro do Parlamento.

Embora tenha permanecido em funcionamento quase ininterrupto, há alguns elementos que distinguem os três momentos de 1947 até a presente data (2010):

no 1º (1947-1966) e no 3º (1985-2011) momentos, registra-se a presença da mulher, com importante desempenho parlamentar, além do crescente número de partidos que elegem representantes para a Casa Legislativa goiana;

no 2º (1967-1987) momento, nenhuma mulher se elege deputada, embora não houvesse impedimento legal à eleição feminina. Além disso, por imposição legal, os partidos restringem-se a dois.

A composição de cada Legislatura com respectivas Mesas Diretoras consta na terceira parte deste trabalho. Esses dados também se encontram no arquivo da Assembleia Legislativa.

Uma observação final deve ser feita: até 1947, houve 12 legislaturas no período republicano em Goiás, assim, a legislatura iniciada em 1947 deveria ser a 13ª Legislatura.

3.2. DA 1ª À 5ª LEGISLATURA, 1947-1967

A Assembleia Legislativa do Estado de Goiás foi solenemente instalada pelo presidente do Tribunal Regional Eleitoral, em 22 de março de 1947. Esta Legislatura (1947-1951) teve a atribuição de elaborar a Constituição Estadual. Assim, em 18 de abril de 1947, foram designados os membros da comissão encarregada de elaborar o anteprojeto da Constituição, composta pelos seguintes deputados: Vital Pereira Cabral, Wison da Paixão, Gerson de Castro Costa, Benedito Vaz, José de Souza Porto e Getulino Artiaga, pelo PSD; Felix Pereira de Moura, Willmar da Silva Guimarães e Urquiza Fleury de Brito, pela UDN; Joaquim Gilberto e Ary Frausino Pereira, pela ED; Abraão Issac Neto, pelo PCB. Em junho, a comissão tem o acréscimo de mais um membro, o deputado José Hercílio Curado Fleury, pelo Partido Republicano. Concluídos os trabalhos

e aprovado o texto, foi promulgada, em 20 de julho, a Constituição do Estado de Goiás de 1947.

Ao mesmo tempo em que era instalada a Legislatura, tomava posse Jerônimo Coimbra Bueno, governador para o quadriênio 1947-1951, eleito pela UDN com o apoio de uma dissidência do PSD. Coimbra Bueno, não obtendo maioria na Assembleia Legislativa, teve muita dificuldade no desenvolvimento da sua administração. Além disso, na indicação de Hosanah de Campos Guimarães, dissidente do PSD, para o cargo de vice-governador, em eleição indireta pela Assembleia, romperam com o Governo alguns deputados da UDN, liderados por Willmar da Silva Guimarães.

Nesta 1ª Legislatura (1947-1951), cinco partidos elegeram deputados: o PSD, 15 deputados (46,9%); seguido da UDN, com 10 (31,25%); a Esquerda Democrática, 4; o PCB, 2; e o PTB, que elegeu 1 deputado. Na composição da Assembleia Legislativa, mais de três quartos (65,6%) dos parlamentares tinham curso superior, merecendo destacar que os médicos compunham um terço dos deputados (11), composição não mais registrada em nenhuma Legislatura. Nenhuma mulher foi eleita deputada nesta Legislatura.

Em outubro de 1950, foi eleita a 2ª Legislatura (1951-1955). O período marcou o retorno de Getúlio Vargas para a Presidência da República, trazendo também o retorno de Pedro Ludovico Teixeira (Coligação PSD/PTB) para a chefia do governador goiano. Ele, tal como Getúlio, tinha governado o Estado por 15 anos – de novembro de 1930 a outubro de 1945. Também, Venerando de Freitas Borges, primeiro prefeito da nova Capital, retorna à Prefeitura de Goiânia.

A composição da Assembleia Legislativa nesta 2ª Legislatura foi quase toda alterada, apenas cinco deputados se reelegem. Proporcionalmente, foi a maior renovação do Legislativo Estadual em sua história, com 84,4% de novos deputados. Quatro partidos elegeram os 32 deputados – com o PSD fazendo a maioria (59,4%) que, coligado ao PTB (12,5%), deu mais que a necessária maioria para a situação governar. A oposição, formada pela Coligação UDN/PSP, elegeu nove deputados (28,1%). No pleito de 3 de outubro de 1950, pela primeira vez, uma mulher, Berenice Teixeira Artiaga, foi eleita para a Assembleia Legislativa goiana. Ela foi indicada

candidata pelo PSD, quando o seu esposo, deputado Getulino Artiaga, foi assassinado em setembro de 1950, na cidade de Nova Aurora, no Sudeste goiano, na campanha em que buscava sua reeleição. Também nesta Legislatura os diplomados em curso superior formavam a maioria (68,75%), predominando os advogados (15), mas reduzindo para três o número de médicos.

Em 3 de outubro de 1954, em uma eleição confusa por causa das denúncias, impugnações de urnas e repetidas votações, foi eleita a 3ª Legislatura (1955-1959). Na oportunidade, foi eleito governador estadual José (Juca) Ludovico de Almeida e como vice-governador Bernardo Sayão, ambos pela Coligação PSD/PTB.

Num momento difícil para o Estado, Juca Ludovico propôs um Governo de conciliação, conseguindo um amplo acordo partidário capaz de dar tranquilidade e oferecer condições políticas para solução de muitos problemas, principalmente a questão camponesa. O acordo previa a reforma da Constituição Estadual, estabelecendo mais um ano de mandato para o Governador. A reforma, aprovada em 1957 em segundo turno, foi contestada na Justiça pelo próprio PSD, situacionista. Juca Ludovico não teve seu mandato prorrogado. Aliás, logo em seguida se afasta do PSD, filiando-se posteriormente ao PSP.

Merece destacar que sua articulação política ofereceu o suporte necessário a Juscelino Kubitschek nos momentos iniciais da construção de Brasília, seja na desapropriação do sítio na nova Capital, seja na construção do campo de pouso (aeroporto) e da estrada de ligação de Goiânia com o local escolhido para a construção de Brasília.

Nesta 3ª Legislatura, foi também grande a renovação, em que se elegem 21 novos deputados (65,6%). A Coligação que novamente governa o Estado elege 22, a maioria dos parlamentares (68,8%). Na 3ª Legislatura, além de Berenice Artiaga, que se reelegeu, foi eleita Almerinda Magalhães Arantes, pelo PTB. Também foi grande o número de diplomados em cursos superiores (65,6%), predominando os bacharéis em Direito.

Dois temas movimentam a Assembleia durante este período – Brasília e a questão de terras. Na mudança da Capital Federal para Brasília, a Assembleia Legislativa apoiou o Governo goiano em oferecer

as condições necessárias para o início da construção da nova Capital Federal no território goiano. Além da Lei nº 1071, de 11 de maio de 1955, que cria condições para a desapropriação do sítio onde seria edificada a nova Capital, uma Comissão, composta por deputados, foi formada para divulgar e buscar apoio à mudança da Capital.

Também a questão de terras vai merecer muita atenção, além de estar na Ordem do Dia. Dado o debate travado em nível federal, os conflitos de terras que ocorriam em diversas regiões do Estado, especialmente a Revolta de Trombas, em Formoso, no ano de 1954, levaram a Assembleia Legislativa a estabelecer uma CPI da Terra e também a promover a reforma da legislação de terras, competência estadual, limitando o tamanho da propriedade e, pela primeira vez, não privilegiando o latifúndio (Lei nº 1448, de 12 de dezembro de 1956).

Em 3 de outubro de 1958, foram eleitos os integrantes da 4ª Legislatura (1959-1963). Foi eleito governador José Feliciano Ferreira, pelo PSD, para um mandato-tampão, de janeiro de 1959 a janeiro de 1961. A composição da Assembleia Legislativa mantém-se próxima da anterior – o PSD e o PTB, situação, elegendo 22 deputados (68,8%), e a oposição UDN/PSP mantendo-se com 10 deputados (31,2%). Também foi alta a renovação, apenas 10 deputados se reelegem (31,2%), sendo que a metade dos parlamentares da 4ª Legislatura tinha curso superior. A maioria situacionista garantiu a aprovação de vários projetos que seriam executados por Mauro Borges e que permitiriam a modernização da administração estadual.

Ainda durante esta Legislatura, ocorreu a eleição de Mauro Borges Teixeira para governar Goiás no quadriênio 1961-1965. Ele foi eleito pela Coligação PSD/PTB e teve como adversário o ex-governador José Ludovico de Almeida, PSP/UDN. Mauro Borges, através de um governo programado, obteve ampla maioria parlamentar que lhe garantiu aprovação de projetos que modernizaram a administração pública estadual.

No início dos anos 60, o discurso nacionalista, as reformas de base e o radicalismo político marcaram a política brasileira e também a política regional. Os partidos tradicionais perdem espaço e as coligações tornam-se presentes na política. A 5ª Legislatura (1963-1967) reflete as mudanças que estavam ocorrendo na política nacional. Foi grande a renovação na

Assembleia Legislativa - 28 novos deputados eleitos (71,8%) - que teve aumento numérico para 39 deputados. O PSD, situacionista, elegeu a maior bancada (48,7%), e a oposição tradicional (UDN/PSP) elegeu 23,1%, tendo duas outras coligações que elegeram os demais deputados - PDC/MTR, 15,4% e PTB/PSB, 12,8% - incluindo o líder dos camponeses de Trombas, José Porfírio. Os portadores de diploma de curso superior constituem a maioria (66,7%).

Em 1964, após o movimento militar de 31 de março, a oposição, em constantes denúncias na Assembleia e articulando-se com setores militares, consegue afastar diversos auxiliares do Governador. Além disso, tendo por base o Ato Institucional nº 1, de abril de 1964, foram cassados os mandatos dos seguintes deputados:

a) Walteno Cunha Barbosa (PSD), que, no momento, ocupava a Secretaria de Administração do Governo Mauro Borges, em 14 de abril de 1964;

b) José Porfírio de Souza (PSB), primeiro líder camponês a ser eleito deputado em Goiás, em 1º de junho de 1964;

c) Joaquim Olinto de Jesus Meirelles (UDN), em 1º de junho de 1964;

d) Wison da Paixão (PSD), em 1º de junho de 1964.

Também, a partir de denúncia da oposição e articulação com setores militares, em 26 de novembro de 1964, Mauro Borges foi afastado do Governo, por uma intervenção federal no Estado. Assume o Governo Estadual o coronel Meira Matos, indicado por Brasília, permanecendo até a posse de Emílio Ribas, em janeiro de 1965.

Em janeiro de 1965, no acordo celebrado por setores do PSD com o Governo Militar, a Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado Íris Rezende (PSD), declara vagos os cargos de governador e de vice.

Em seguida, a Assembleia Legislativa elegeu indiretamente o marechal Emílio Ribas Júnior para completar a gestão Mauro Borges Teixeira. Ele foi indicado pelo presidente Humberto de Alencar Castelo Branco. O deputado Almir Turisco de Araújo, da bancada do PSD, foi eleito vice-governador. Ribas Júnior tomou posse dia 7 de janeiro de 1965,

para um mandato-tampão que completaria a gestão de Mauro Borges, em janeiro de 1966.

Em 3 de outubro de 1965, em eleição direta, Otávio Lage de Siqueira (UDN/PSP/PTB) foi eleito governador, vencendo José Peixoto da Silveira, candidato do PSD. Otávio Lage tomou posse em janeiro de 1966, governando até 15 de março de 1971.

Em decorrência da eleição de governadores considerados oposicionistas - Minas Gerais e Rio de Janeiro -, o Governo Federal edita, em outubro de 1965, o Ato Institucional nº 2, que, entre outras determinações, extinguiu os 16 partidos políticos existentes. Logo em seguida, outro ato estabelece as condições para formação e possibilidade de funcionamento de dois únicos partidos, estabelecendo o bipartidarismo. Até 1979/1980, apenas dois partidos, Aliança Renovadora Nacional (Arena) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB), estiveram presentes na política brasileira.

Essa mudança partidária, as cassações de mandatos parlamentares e as alterações dos diversos Governos formados fizeram com que a composição da Legislatura fosse bem diferente na última sessão legislativa, que se iniciou em 16 de abril de 1966. Daí ser esta 5ª Legislatura atípica em sua composição parlamentar e partidária.

3.3. DA 6ª À 9ª LEGISLATURA, 1967-1983

Após o movimento militar de 31 de março de 1964, ocorre um processo de centralização política que repercute no Legislativo, com significativo esvaziamento do seu poder de decisão e com a perda de direitos políticos e de mandatos de alguns de seus membros.

A Assembleia Legislativa de Goiás, embora com limitações de poder, funcionou normalmente durante todo o Regime Militar, salvo no período em que foi fechada pelo Ato Complementar nº 49, de 22 de fevereiro de 1969, permanecendo em recesso durante o ano de 1969 e no primeiro semestre de 1970, sendo reaberta somente dia 15 de julho de 1970.

Quatro legislaturas tiveram início no Pós-1964, sendo eleitos 147 deputados. Analisando a composição de cada legislatura, observa-se que o processo de renovação foi menor que no período anterior (1945-1964). As reeleições de deputados ocorrem em maior número, atingindo quase 40%, sendo que na 9ª Legislatura houve reeleição de quase 50% dos deputados. Vale observar que, nas legislaturas que se iniciaram sob o Regime Militar, nenhuma mulher foi eleita para o Legislativo estadual. Considerando-se estes dois fatos – aumento da reeleição e ausência de mulheres, pode ser inferido que o Parlamento goiano tornou-se mais conservador durante o Regime Militar.

Em 15 de novembro de 1966, ocorreu a primeira eleição para composição do Parlamento depois do Movimento de 1964. Em razão do Ato Institucional nº 2 e dos atos complementares que estabeleceram a extinção dos partidos políticos e a criação de dois partidos (Arena e MDB), esta eleição teve apenas dois partidos na disputa.

Para a 6ª Legislatura, 1967-1971, a Arena, partido da situação, elegeu a maioria, 25 deputados (64,1%), ficando o MDB com 35,9%, 14 deputados. Nenhuma mulher foi eleita deputada para a 6ª Legislatura. No padrão de quase todas as legislaturas foi alta a renovação (64,1%), com apenas 14 deputados (35,9%) reeleitos. Predominam os parlamentares com curso superior - 29 (74,4%).

Ainda na 6ª Legislatura, a Assembleia Legislativa de Goiás passa a ter poderes constituintes. Em 13 de maio de 1967, foi promulgada a Constituição de 1967, elaborada sob a inspiração da nova ordem implantada no País pela Revolução de 1964. As principais alterações da nova Constituição, referentes ao Legislativo, estão no processo legislativo:

a) implanta-se o chamado *decurso de prazo*: segundo o artigo 20, o governo poderá enviar à Assembleia Legislativa projetos de lei sobre qualquer matéria, os quais, se assim se solicitar, deverão ser apreciados dentro de 45 dias, a contar do seu recebimento na Casa. E fixa, em seguida, que, “esgotado o prazo, sem deliberação, serão os projetos considerados como aprovados” (Art. 20, § 1º);

b) passa à competência exclusiva do Executivo a iniciativa das leis que “disponham sobre matéria financeira”, que “fixem ou modifiquem

o efetivo da Polícia Militar” e que “criem cargos, funções ou empregos públicos ou aumentem vencimentos ou a despesa pública” (Art. 23). Essas modificações refletem a nova ordem implantada no País pelo Movimento Militar de 1964.

O governador Otávio Lage, embora seu partido fosse maioria, tem problemas com a Assembleia, inclusive com a formação da “bancadinha”, constituída por parlamentares que não seguiam sua orientação.

Em 22 de fevereiro de 1969, por ato da Presidência da República - Ato complementar nº 49, a Assembleia Legislativa foi colocada em recesso, permanecendo sem funcionamento até 15 de julho de 1970, quando foi reaberta.

Em 1969, com base no Ato Institucional nº 5, foram cassados os mandatos dos seguintes deputados:

- a) Eurico Barbosa dos Santos, 14 de março de 1969;
- b) Olympio Jayme, em 14 de março de 1969;
- c) Heli Mesquita, suplente de deputado, em 14 de março de 1969;
- d) Francisco Maranhão Japiassu, em 30 de abril de 1969;
- d) Bianor Ferreira Lima, suplente de deputado, em 30 de abril de 1969;
- e) Manoel da Silva Brandão, em julho de 1969.

O AI-5, diferentemente do AI-1, vedava a convocação de suplente em substituição ao cassado.

No final desta legislatura, foi eleito indiretamente governador do Estado o engenheiro Leonino Di Ramos Caiado, indicado pela Presidência da República, para o período 15 de março de 1971 a 15 de março de 1975. Vale registrar que, por força do AI-2, os governadores de Estado passaram a ser eleitos indiretamente pela Assembleia Legislativa.

Eleita em 15 de novembro de 1970, a 7ª Legislatura (1971-1975) teve a composição da Assembleia goiana reduzida de 39 para 33 deputados, conforme determinação da Constituição de 1967. A Arena, partido situacionista, elegeu a maioria, 22 parlamentares (66,7%), e o MDB, de oposição, 11 deputados (33,3%). Nesta legislatura, nenhuma mulher foi eleita deputada. Apenas 11 deputados foram reeleitos, e, seguindo padrão do que tem acontecido, foi grande a renovação (66,7%). Também se manteve a eleição de parlamentares com curso superior (63,67%).

Nesta Legislatura, por indicação do Governo Federal, foi eleito indiretamente o engenheiro Irapuan da Costa Júnior para assumir o cargo de Governador do Estado para um mandato de 15 de março de 1975 a 15 de março de 1979.

Eleita em 15 de novembro de 1974, a 8ª Legislatura teve a sua composição aumentada para 37 deputados. Esta eleição de 1974 ocorreu num ambiente de crise econômica internacional que repercute na política nacional. Nesse sentido, embora se mantiveram os condicionantes que o regime impôs ao País, a oposição expressa no MDB cresceu eleitoralmente.

Em 15 de março de 1975, tomou posse o governador eleito Irapuan Costa Júnior (1975-1979). Ele, que não integrava os quadros partidários tradicionais, compõe seu Governo com empresários e procura modernizar a economia estadual. Embora seu partido (Arena) tivesse maioria na Assembleia Legislativa, teve problemas de articulação e mesmo dissidência da base aliada.

Mesmo a Arena elegendo a maioria, 22 parlamentares (59,5%), o MDB cresceu, elegeu 15 deputados (40,5%), e também o candidato ao Senado da República (veja o artigo de Campos e Menezes para mais detalhes sobre a eleição). Foi maior a presença de diplomados em curso superior, 26 (70,3%), especialmente de bacharéis em Direito, 11. Foi grande a renovação, 23 deputados (62,2%), embora menor que na legislatura anterior. Também não houve mulher eleita deputada para essa legislatura. Em outubro de 1978, por indicação de Brasília, a Assembleia Legislativa elegeu Ary Ribeiro Valadão para Governo Estadual, quadriênio 1979-1983. O eleito não era o indicado para situação estadual.

Em 15 de novembro de 1978, foram eleitos os componentes da 9ª Legislatura (1979-1983). A Arena elegeu a maioria, 21 (55,3%), mas o MDB crescia eleitoralmente, elegeu 17 parlamentares (44,7%). Também nesta legislatura nenhuma mulher foi eleita deputada. Essa foi uma das poucas eleições em que os reeleitos (52,6%), 20 deputados, superaram os novos 18 (47,7%). Como tem acontecido nas últimas legislaturas, é maior o número de deputados que cursaram a Universidade, 27 (71%), predominando o bacharel em Direito, 21, com apenas 11 (29%) sem curso superior.

Ainda no primeiro ano da Legislatura, ocorreu uma reforma partidária com a proposta de mudar a base partidária, pondo fim ao bipartidarismo. Com o crescimento da oposição, um dos objetivos da reforma era dividi-la, através do surgimento de novas agremiações partidárias. Inicialmente, contudo, os parlamentares eleitos pela Arena filiam-se ao Partido Democrático Social (PDS) e os eleitos pelo MDB filiam-se ao PMDB - logo em seguida, dois novos partidos são criados - PDT, tendo como líder o gaúcho Leonel Brizola, e o Partido dos Trabalhadores, expressão dos sindicatos e do movimento de base da Igreja. Dessa forma, o bipartidarismo, criado em 1965, desaparece.

4. NOVA REPÚBLICA E REDEMOCRATIZAÇÃO, 1983-2011

O desgaste do Regime Militar se acentua com a recessão econômica do início dos anos 80 e com o crescimento do movimento social desde a eleição de 1974. No Parlamento, tornou-se mais evidente esse crescimento da oposição (Campos & Gomes de Menezes, 1976) com o MDB e os partidos que o sucederam, pós-reforma eleitoral de 1979/1980, quebrando a hegemonia da Arena. Por isso, a proposta do Governo Geisel de abertura lenta e gradual apresenta-se como uma saída sem rupturas. O movimento pela anistia e o retorno dos exilados políticos reforça a perspectiva de abertura.

O retorno da eleição direta para o Governo Estadual, em 1982, possibilita a campanha para eleição direta para presidente da República. As *Diretas Já* mostram a força da articulação política e da desagregação

do partido do Governo. Embora o Congresso decida pela eleição indireta, a vitória de Tancredo Neves para substituir o general João Figueiredo abre caminho para uma transição sem rupturas.

Na sequência, tem-se o fim do ciclo dos governos militares. A posse de José Sarney (em 1985), a superação do AI-5 e da legislação autoritária, a campanha pela Constituinte em 1987 e a Constituição de 1988 e a eleição direta para Presidência da República (em 1989) são indicadores de um novo período da história política brasileira. Neste novo período, os mecanismos de democracia vão se apresentando – maior participação eleitoral, liberdade política, legalização dos partidos comunistas, livre organização da esquerda, liberdade de imprensa –, estabelecendo-se as condições para a consolidação da democracia representativa no Brasil.

Em 1982, os governadores estaduais foram eleitos diretamente - desde 1965 eles eram eleitos indiretamente pelas Assembleias Legislativas. Com isso, pela alteração dos quadros políticos na maioria dos Estados e a força de que os governadores dispõem (Abrucio, 1998), a política nacional se oxigena, indicando possíveis rumos menos sectários para a política nacional.

Em Goiás, nesta eleição de outubro de 1982, pelo PMDB, é eleito Íris Rezende Machado para governador estadual, tendo o partido a maior bancada na Assembleia Legislativa e a maioria dos deputados federais. Com essa eleição, o PMDB estabeleceu sua hegemonia sobre a política estadual, elegendo sucessivos governadores e tendo maioria nas bancadas federal e estadual até 1998. Em 1986, o médico Henrique Santillo (PMDB) elegeu-se para governar de 1987 a 1991; em 1990, Íris Rezende Machado (PMDB) foi novamente eleito e, em 1994, foi eleito Maguito Vilela (PMDB), que governou de 1995 a 1999.

Nesse período de predomínio do PMDB, houve quatro legislaturas (10^a, 11^a, 12^a e 13^a), com 163 deputados eleitos. Além da Constituição Estadual de 1989, o retorno da mulher como parlamentar e um crescente número de partidos políticos marcam essas legislaturas.

4.1 DA 10ª À 13ª LEGISLATURA, 1983-1999

Em 15 de novembro de 1982, na primeira eleição direta para Governador desde o AI-2, em 1965, Íris Rezende Machado (PMDB) foi eleito governador do Estado de Goiás, vencendo o ex-governador Otávio Lage de Siqueira (PDS). Nesta eleição, também foi eleita a representação do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e da Assembleia Legislativa de Goiás. Vale observar que, embora o sistema bipartidário estivesse terminado, apenas dois partidos elegeram deputados para a 10ª Legislatura (1983-1987) - o PMDB elegeu 27 deputados (67,5%) e o PDS elegeu 13 deputados (32,5%). Posteriormente, alguns parlamentares se transferem para o PDC e outros para o PFL. Foi grande a renovação do Legislativo estadual, apenas 11 deputados (27,5%) se reelegeram, com 29 (72,5%) novos deputados. É bom lembrar que o PMDB goiano foi beneficiado pela mudança na legislação eleitoral que estabeleceu a *vinculação de voto*. Ela, sem dúvida, reforça o apelo eleitoral da chapa encabeçada por Íris Rezende, o PMDB, que, além de eleger o Governador e o maior número de deputados federais, elegeu 10 deputados estaduais a mais que na eleição anterior (novembro/1978). O PDS, que substituiu a Arena, além de não governar o Estado, teve reduzidas suas bancadas federal e estadual. A mudança no quadro partidário vai se processando, logo outras siglas terão representação na Assembleia - o PDC e o PFL, ambos compostos por deputados eleitos pelo PDS, oposição. Destaque-se que também nesta Legislatura nenhuma mulher foi eleita deputada.

Já fora do ciclo de governos militares, pois em janeiro de 1985 Tancredo Neves/José Sarney foram eleitos presidente/vice-presidente da República pelo Congresso Nacional, em 15 de novembro de 1986, foram eleitos os governadores de Estado e o Congresso Nacional. Em Goiás, para o Executivo estadual, foi eleito o médico Henrique Antônio Santillo, candidato do PMDB, que assume em 1º de janeiro de 1987 e governa até 31 de dezembro de 1990.

O processo de redemocratização fez com que o chamado “entulho autoritário” - conjunto de legislação restritiva e imposta pelo Regime Militar - fosse questionado, levando o Congresso Nacional a atribuir a

esta Legislatura, agora eleita, o caráter Constituinte. Assim, o Congresso Nacional vai trabalhar uma nova Constituição, que foi promulgada em 5 de outubro de 1988, conhecida como *Constituição Cidadã*. Por exigência da nova Carta Constitucional, em 1989, a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás também foi revestida do caráter constituinte, com a nova Constituição Estadual promulgada em 5 de outubro de 1989.

A 11ª Legislatura (1987-1991) teve um número alto de novos deputados, 25 (61%), com apenas 16 deputados reeleitos (39%). O PMDB, que já governava o Estado, elegeu 27 deputados (66%); o PDC, 6 (14,6%); o PFL, 5 (12,2%); o PT, 2 (4,8%); e o PDS, 1 (2,4%).

Dois mulheres foram eleitas deputadas - Cleuzita Antônia Resende de Assis (PFL) e Maria da Conceição Gayer (PDC). Vale observar que, desde 1967, na 6ª Legislatura, nenhuma mulher foi eleita deputada em Goiás, contabilizando um período de 20 anos. Registre-se que não houve, durante todo o Regime Militar, nenhum impedimento legal para tal ocorrência. Assim, razões de outra natureza tolheram a participação feminina na política.

Sob os preceitos da Constituição de 1988, ocorreu, em 3 de outubro de 1990, a primeira eleição geral desde os anos 60, voltando a ser eleito, de forma direta, o presidente da República. Com o estabelecimento de eleição em dois turnos, foi eleito Fernando Collor de Melo presidente da República. Nesta eleição, novamente o PMDB manteve sua força política em Goiás, elegendo o governador, o senador e a maioria dos deputados federais e estaduais. Para governador do Estado, Íris Rezende Machado, do PMDB, foi eleito novamente para administrar Goiás de 1º de janeiro de 1991 a 1º de dezembro de 1995, vencendo Mauro Borges, que rompera com o PMDB, levando seus aliados para o PDC.

Na 12ª Legislatura, de 1991 a 1995, 11 partidos elegeram deputados - o PMDB fez a maior bancada, com 18 (43,9%), seguido pelo PDC, com 6 (14,6%), pelo PT e PSDB, ambos com 3 deputados (7,3%), os partidos PFL, PL, PRN e PDS, com 2 deputados (4,8%), e, finalmente, PC do B, PSD e PDT, com apenas 1 deputado eleito (2,4%). A renovação da Assembleia foi uma das maiores, apenas 4 parlamentares (9,8%) se reelegeram, com 37 novos deputados (90,2%), considerando-se a banca eleita anteriormente. Duas mulheres foram eleitas deputadas - Denize Aparecida Carvalho

(PC do B) e Vanda Lúcia Dias de Melo (PRN) -, sendo que a suplente de deputada Cleuzita A. R. de Assis efetivou-se no decorrer da legislatura, e, posteriormente, a bancada feminina foi ampliada em uma suplente.

Na eleição de 3 de outubro de 1994, tem-se, no cenário federal, a eleição de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que fora ministro da Fazenda do presidente Itamar Franco e responsável pela implantação do Plano Real - projeto que visou estabilizar a economia brasileira. Mais uma vez, o PMDB elege o governo e a maioria dos deputados federais e estaduais. Para o Governo, foi eleito Maguito Vilela (PMDB), que era vice-governador.

Para a 13ª Legislatura (1995-1999), 10 partidos elegeram deputados. O PMDB elegeu 13 (31,7%), tendo sua bancada reduzida. O PSD elegeu 5 deputados; o PL, PFL e PSDB elegeram 4 (9,7%) deputados cada um; o PT, PPR e PP elegeram 3 deputados (7,3%) cada um; e o PTB e PC do B elegeram um deputado (2,5%). Também foi alta a renovação - 35 novos deputados eleitos (85,4%), com apenas 6 deputados reeleitos (14,6%). Cresceu muito a bancada feminina com 5 mulheres eleitas - Denise A. de Carvalho (PC do B), Dária Alves Rodrigues (PMDB), Mara Merly de Pina Naves (PMDB), Nelci Silva Spadoni (PSDB) e Onaide Silva Santillo (PFL).

A eleição de 4 de outubro de 1998 promoveu uma virada na política estadual. O PMDB, que desde 1983 governava o Estado, perdeu a eleição mesmo tendo seu principal líder na disputa (Íris Rezende Machado). Marconi Perillo, candidato pela Coligação PSDB/ PP/PFL, foi eleito para a gestão do Governo Estadual de 1999 a 2003. Destaque-se que, nesta eleição, o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, foi reeleito, graças à introdução na Constituição Federal de emenda relativa à reeleição para cargos do Executivo no Brasil.

Para a 14ª Legislatura (1999-2003), 11 partidos elegeram deputados. O PMDB elegeu a maior bancada, 16 deputados (39%); seguido pelo PSDB, com 6 (14,6%); o PL e o PSD elegeram 4 deputados cada um (9,8%); o PPB, 3 (7,3%); PFL e PST, 2 (4,8%); e, elegendo apenas 1 deputado, os seguintes partidos PSC, PT, PC do B e PDT (2,4%). No início da Legislatura, cinco deputados desligam-se do PMDB e migram para partidos da base do Governo que, dessa forma, passa a ter maioria. Também foi alta a renovação - 29 novos deputados (70,7%) e apenas 12 reelegeram-se

(29,3%). Manteve-se alta a eleição de mulheres para o Legislativo estadual, 6 (14,6%), com mais uma que assumiu como suplente.

O pleito de 4 de outubro de 2002 tem como destaque a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva do PT para a Presidência da República. Em Goiás, essa eleição apresenta o confronto da base de sustentação do Governo, formada pelos partidos PSDB / PP/ PFL com o PMDB. Em 6 de outubro de 2002, Marconi Perillo é reeleito governador, com a base aliada elegendo 19 (46,8%) parlamentares, tendo o PSDB a maior bancada, com 13 deputados eleitos. É significativa a renovação no Parlamento estadual - 24 novos deputados (51,2%), com 14 legendas inicialmente representadas.

A bancada feminina, com 8 deputadas eleitas, foi maior que das demais Legislaturas, desde 1951, e, considerando-se as 3 suplentes que assumiram, tem-se que 11 mulheres compuseram esta Legislatura, representando mais de um quarto (26,8%) da composição da Assembleia Legislativa de Goiás.

4.2 DA 14ª À 17ª LEGISLATURA, 1999-2015

Um novo momento na política estadual se apresenta com a vitória de Marconi Perillo (PSDB/PPB/PFL) para governador de Goiás. O PMDB, que desde 1983 administrava o Estado, perdeu as eleições realizadas em 4 de outubro de 1998, mesmo tendo Íris Rezende como candidato. Para a 14ª Legislatura (1999-2003), 11 partidos elegeram deputados. O PMDB elegeu a maior bancada, 16 deputados (39%), seguido pelo PSDB, com 6 (14,6%); o PL e o PSD elegeram 4 deputados cada um (9,8%); o PPB/PP, 3 (7,3%); PFL e PST, 2 (4,8%); e, elegendo apenas 1 deputado, os partidos PSC, PT, PC do B e PDT (2,4%). No início da Legislatura, o quadro partidário definido nas eleições é alterado, cinco deputados desligam-se do PMDB e migram para partidos da base do Governo que, dessa forma, passa a ter maioria. Também foi alta a renovação - 29 novos deputados (70,7%), e apenas 12 reelegeram-se (29,3%). Manteve-se alta eleição de mulheres para o Legislativo estadual, 6 (14,6%), com mais uma que assumiu como suplente.

Ainda no ano de 1999, foi votada pela Assembleia Legislativa a Lei nº 13.550, de 11 de novembro de 1999, que modifica profundamente a organização administrativa do Poder Executivo do Estado. Essa Lei extingue diversas Secretarias de Estado, além de extinguir também algumas autarquias e fundações. A principal inovação está na criação das Agências Goianas de Administração e Negócios Públicos, de Comunicação, de Desenvolvimento Regional, de Desenvolvimento Rural e Fundiário, de Meio Ambiente, de Regulação, de Controle de Fiscalização de Serviços Públicos, de Transportes e Obras, do Sistema Prisional, de Turismo, de Desenvolvimento Industrial e Mineral, de Esporte e Lazer, e de Defesa Agropecuária. Essas autarquias vieram absorver as atribuições de Secretarias e outros órgãos públicos extintos, numa tentativa de descentralizar mais efetivamente a administração pública estadual, a exemplo de providências do Governo Federal.

O pleito de 6 de outubro de 2002 teve como destaque a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, líder sindical e candidato do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República. Em Goiás, essa eleição apresenta o confronto da base de sustentação do Governo (PSDB/ PP/ PFL) contra o PMDB. Marconi Perillo é reeleito governador, vencendo Maguito Vilela, do PMDB, no segundo turno. A base aliada do Governador elege 19 parlamentares (46,8%), tendo o PSDB a maior bancada, com 13 deputados eleitos. É significativa a renovação no Parlamento estadual - 24 novos deputados (51,2%), com 14 legendas inicialmente representadas. A bancada feminina, com oito deputadas eleitas, é maior que das demais Legislaturas e, considerando-se as três suplentes que assumiram, tem-se que 11 mulheres compuseram esta Legislatura, representando mais de um quarto (26,8%) da composição da Assembleia Legislativa de Goiás.

A eleição de 2006 vai compor a 16ª Legislatura. Duas legendas (PSDB e PMDB) elegem o mesmo número de deputados – 10 cada uma, ou seja, quase a metade da composição da Assembleia (48,8%), sendo que outras nove legendas elegem a outra metade. Nesta legislatura, é maior o número de deputados reeleitos 24 (58,5%), com 17 novos deputados (41,5%). A continuidade da base Tempo Novo ocorre com a eleição de Alcides Rodrigues (PP/PSDB) para o Governo Estadual, também porque o situacionismo continua tendo a maioria de deputados no Parlamento goiano. O número de mulheres eleitas deputadas é menor que da última

Legislatura. Foram eleitas seis deputadas, o que representa apenas 14,6% da composição do Legislativo estadual.

A eleição de outubro de 2010 compõe a 17ª legislatura. Aumenta o número de partidos com representação no Legislativo estadual (14), com duas legendas formando as maiores bancadas (PSDB e PMDB) - oito deputados cada uma. Nesta Legislatura, é maior o número de novos deputados, 23 (56,1%), e com 18 deputados reeleitos (43,9%). Desde a redemocratização, é a Legislatura com menor número de deputadas eleitas, apenas duas (4,9%).

A eleição de 2010, embora tenha mantido a rivalidade federal entre PT e aliados x PSDB e aliados, apresentou como novidade a eleição da primeira mulher à Presidência da República, Dilma Rousseff, da Coligação PT/PMDB. Em Goiás, a eleição foi marcada pela rivalidade entre PSDB e PMDB, tendo as candidaturas de Marconi Perillo (PSDB) e Iris Resende (PMDB) reeditado o confronto havido em 1998. Esses dois candidatos, vencendo no 1º turno, disputam o 2º, tendo Marconi Perillo sido eleito novamente. Ele governará Goiás pela terceira vez e, apesar da ruptura do Governo Alcides Rodrigues, será o quarto mandato do chamado “Tempo Novo”. A coligação PSDB/DEM elegeu também os senadores para as vagas existentes – Demóstenes Torres (DEM) e Lúcia Vânia (PSDB). Na bancada federal, predominou a reeleição, com dez partidos elegendo os 17 deputados, sendo que três deles – PMDB, 4; PSDB, 3; e, DEM, 3 - obtiveram o maior aumento de parlamentares federais.

TERCEIRA PARTE

COMPOSIÇÃO DAS LEGISLATURAS E MESAS DIRETORAS

1

CONSTITUINTE GOIANA, 1891

MESA DIRETORA

Presidente	Joaquim Fernandes de Carvalho
1º Vice-presidente	Manoel Alves de Castro
1º Secretário	Bernardo Antônio de Faria Albernaz
2º Secretário	Antônio Cupertino X. de Barros
3º Secretário	Ricardo da Silva Paranhos
4º Secretário	José Jacintho de Almeida

COMPOSIÇÃO

01. Antônio Augusto Vieira de Castro	PRG
02. Antônio Cupertino Xavier de Barros	PRG
03. Antônio José Caiado	PRG
04. Antônio Luiz da Costa Brandão	PRG
05. Ayres Feliciano de Mendonça	PRG
06. Bernardo Antônio de Faria Albernaz	PRG
07. Carlos Gomes Leitão	PRF
08. Eduardo da Cunha Bastos	PRG
09. Ernesto Ferreira da Silva	PRG
10. Francisco Antônio Cardoso da Santa Cruz	PRG
11. Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim	PRG
12. Francisco de Paula Gonzaga	PRG
13. Francisco Vaz da Costa	PRG
14. Gustavo Balduino de Souza	-
15. Herculano Sebastião de Siqueira	PRG
16. Hermenegildo Lopes de Moraes	PRG
17. Jerônimo Rodrigues de Souza Moraes	PRG
18. João Pereira Villarinho	PRG

19. Joaquim Aires da Silva	PRG
20. Joaquim Fernandes de Carvalho	PRG
21. Joaquim Xavier Guimarães Natal	PRG
22. José Francisco de Campos	PRG
23. José Jacintho de Almeida	PRG
24. José Leopoldo de Bulhões Jardim	PRG
25. José Maria Monteiro de Barros	PRG
26. Manoel Alves de Castro	PRG
27. Manoel do Carmo Lima	PRF
28. Miguel José Vieira	PRG
29. Paulo Francisco Póvoa	PRG
30. Ricardo da Silva Paranhos	PRG

2. PERÍODO UNICAMERAL

2.1. 1ª LEGISLATURA, 1892-1894

(Fevereiro de 1892 a agosto de 1894)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

MESA DIRETORA - 1892

Presidente	Joaquim Fernandes de Carvalho
1º Vice-presidente	Manoel Alves de Castro
1º Secretário	Bernardo Antônio de Faria Albernaz
2º Secretário	Antônio Cupertino Xavier de Barros
3º Secretário	Ricardo da Silva Paranhos
4º Secretário	José Jacintho de Almeida

MESA DIRETORA - 1893

Presidente	Joaquim Fernandes de Carvalho
1º Vice-presidente	Manoel Alves de Castro
1º Secretário	Jerônimo Rodrigues de Souza Moraes
2º Secretário	Antônio Cupertino Xavier de Barros
3º Secretário	Ricardo da Silva Paranhos
4º Secretário	José Jacintho de Almeida

Nota: A Câmara dos Deputados não se reuniu em 1894.

COMPOSIÇÃO

01. Antônio Augusto Vieira de Castro	PRG
02. Antônio Cupertino Xavier de Barros	PRG
03. Antônio José Caiado	PRG
04. Antônio Luiz Costa Brandão	PRG
05. Ayres Feliciano de Mendonça	PRG
06. Bernardo Antônio de Faria Albernaz	PRG
07. Carlos Gomes Leitão	PRG
08. Constâncio Ribeiro da Maya	PRF
09. Ernesto Ferreira da Silva	-
10. Felicíssimo do Espírito Santo	PRF
11. Francisco Antônio Cardoso Santa Cruz	PRF
12. Francisco de Paula Gonzaga	-
13. Francisco Perillo	PRG
14. Francisco Vaz da Costa	PRF
15. Herculano Sebastião de Siqueira	-
16. Hermenegildo Lopes de Moraes	PRG
17. Jerônimo Rodrigues de Souza Moraes	PRG
18. João Evangelista Monteiro de Castro	PRG
19. Joaquim Aires da Silva	PRG
20. Joaquim Fernandes de Carvalho	PRG
21. José de Almeida Leal	-
22. José Francisco de Campos	-
23. José Jacintho de Almeida	PRG
24. José Maria Monteiro de Barros	PRG
25. José Netto de Campos Carneiro	-
26. Manoel Alves de Castro	PRG
27. Manoel do Carmo Lima	PRF
28. Miguel José Vieira	-
29. Paulo Francisco Póvoa	-
30. Ricardo da Silva Paranhos	PRG

OBSERVAÇÕES

- Bernardo Antônio de Faria Albernaz é eleito vice-presidente do Estado em fevereiro de 1891;
- Manoel Alves de Castro é eleito 3º vice-presidente do Estado em abril de 1892;
- Antônio José Caiado é eleito 1º vice-presidente do Estado em 30 de abril, assumindo o Executivo em 18 de julho de 1892 até junho de 1893;
- Joaquim Fernandes de Carvalho é eleito 2º vice-presidente do Estado em abril de 1892 e assume a Secretaria de Finanças até dezembro de 1893;
- Miguel José Vieira faleceu dia 21 de junho de 1892;
- José Netto de Campos Carneiro renunciou ao mandato no início de 1892;
- André Gaudie Fleury, do PRF, foi eleito em substituição;
- João Luiz Teixeira Brandão foi eleito em substituição;
- André Lourenço Rodrigues, do PRG, foi eleito em substituição.

2.2 2ª LEGISLATURA, 1895-1897

(Maio de 1895 a agosto de 1897)

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim Bernardo Antônio de Faria Albernaz

MESA DIRETORA - 1895

Presidente	Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim
1º Vice-presidente	Francisco Antônio Cardoso Santa Cruz
1º Secretário	Bernardo Antônio de Faria Albernaz
2º Secretário	Teófilo Ferreira de Brito
3º Secretário	Francisco de Oliveira
4º Secretário	Prudêncio José dos Reis

MESA DIRETORA - 1896

Presidente	Bernardo Antônio de Faria Albernaz
1º Vice-presidente	Francisco Perillo
1º Secretário	Manoel dos Reis Guimarães
2º Secretário	Antônio Luiz de Castro
3º Secretário	Raimundo Maranhão
4º Secretário	Joaquim Rufino Ramos Jubé

MESA DIRETORA - 1897

Presidente	Joaquim Fernandes de Carvalho
1º Vice-presidente	Francisco Perillo
1º Secretário	Manoel dos Reis Gonçalves
2º Secretário	Domingos Teodoro de Souza
3º Secretário	Antônio Xavier Guimarães
4º Secretário	Antônio Luiz de Castro

COMPOSIÇÃO

01. Abílio Wolney	PRF
02. Antônio Cupertino Xavier de Barros	PRG
03. Antônio Luiz de Castro	-
04. Antônio Xavier Guimarães	PRG
05. Augusto Alves de Castro	-
06. Benedicto Ribeiro de Freitas	-
07. Bernardo Antônio de Faria Albernaz	PRG
08. Domingos Teodoro de Souza	PRG
09. Felipe de Oliveira e Silva	-
10. Francisco Antônio Cardoso de Santa Cruz	PRF
11. Francisco Antônio de Oliveira	-
12. Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim	PRG
13. Francisco Perillo	PRG
14. João Evangelista Monteiro de Castro	PRF

15. João Nepomuceno Dantas	-
16. Joaquim Fernandes de Carvalho	PRG
17. Joaquim Pereira Nunes Bandeira	-
18. Joaquim Rufino Ramos Jubé	PRG
19. José Antônio de Jesus	-
20. José Francisco de Campos	-
21. José Gonzaga Sócrates de Sá	-
22. Luiz Antônio Caiado	-
23. Manoel dos Reis Gonçalves	PRG
24. Melquíades Ferreira dos Santos Azevedo	PRG
25. Miguel da Rocha Lima	PRG
26. Modesto Ribeiro Moreira	-
27. Prudêncio José dos Reis	-
28. Raimundo Augusto Maranhão	-
29. Salvador Francisco de Azevedo	-
30. Teófilo Ferreira de Brito	-

OBSERVAÇÕES

- Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim renunciou ao seu mandato porque foi eleito presidente do Estado para a gestão 1895-98, tendo tomado posse em 18 de julho de 1895;
- João Fleury de Campos Curado foi eleito em substituição;
- José da Silva Batista, do PRF, foi eleito em substituição.

2.3. 3ª LEGISLATURA, 1898-1900

(Maio de 1898 a agosto de 1900)

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Francisco Perillo
*27/04/1840 +17/08/1924

Francisco Perillo

MESA DIRETORA - 1898-1899

Presidente	Francisco Perillo
1º Vice-presidente	Miguel da Rocha Lima
1º Secretário	Domingos Teodoro de Souza
2º Secretário	Antônio Luiz de Castro
3º Secretário	Cristiano Rodrigues de Souza Moraes
4º Secretário	Alfredo Augusto da Silva Paranhos

MESA DIRETORA - 1900

Presidente	Francisco Perillo
1º Vice-presidente	Miguel da Rocha Lima

1º Secretário	Domingos Teodoro de Souza
2º Secretário	Cristiano Rodrigues de Souza Moraes
3º Secretário	Antônio Cupertino Xavier de Barros
4º Secretário	Antônio Augusto de Carvalho

COMPOSIÇÃO

01. Alfredo Augusto da Silva Paranhos	-
02. Antônio Cupertino Xavier de Barros	PRG
03. Antônio Fleury de Souza Lobo	-
04. Antônio Luiz de Castro	-
05. Antônio Luiz de Souza Porto	-
06. Antônio Miguel da Rocha Maya	PRF
07. Augusto de Sales Maciel Perna	PRG
08. Cândido Teodoro de Souza	-
09. Cristiano Rodrigues de Souza Moraes	PRG
10. Domingos Teodoro de Souza	-
11. Evaristo Gomes de Freitas Machado	PRG
12. Felicíssimo do Espírito Santo	PRG
13. Francisco Perillo	PRG
14. Francisco Seabra Guimarães	-
15. Fulgêncio Nunes da Silva	-
16. Jerônimo Rodrigues de Souza Moraes	PRG
17. João Fleury de Campos Curado	-
18. João Nepomuceno Dantas	PRG
19. Joaquim Justiniano de Vellasco	PRG
20. Joaquim Pedro Ribeiro da Silva	-
21. Joaquim Pereira Nunes Bandeira	-
22. Joaquim Rufino Ramos Jubé	PRG
23. Luiz Leite Ribeiro	-
24. Luiz Monteiro	PRG

25. Manoel dos Reis Gonçalves	PRG
26. Melquíades Ferreira dos Santos Azevedo	PRG
27. Miguel da Rocha Lima	PRG
28. Modesto Ribeiro Moreira	-
29. Raimundo Augusto Maranhão	-
30. Simão de Souza Rego e Carvalho	PRG

OBSERVAÇÕES

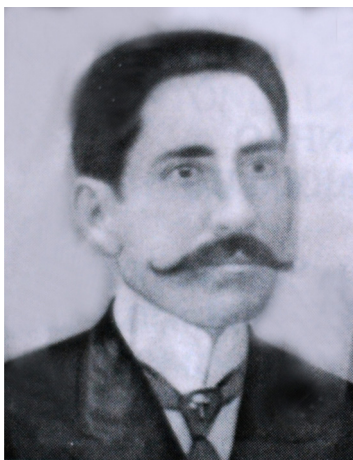
- João Nepomuceno Dantas faleceu no dia 18 de janeiro de 1899, sendo eleito Antônio Augusto de Carvalho em substituição;
- Foram depurados, ou seja, não tiveram as Atas de Votação aceitas pela Comissão de Verificação de Poderes da Câmara, nem confirmados os respectivos mandatos, os seguintes candidatos: Antônio Ramos Caiado, José Antônio de Jesus e Luiz Guedes de Amorim.

3. PERÍODO BICAMERAL (SENADO ESTADUAL / CÂMARA DOS DEPUTADOS)

3.1. 4ª LEGISLATURA, 1901-1904

(Maio de 1901 a agosto de 1904)

SENADO ESTADUAL



Miguel da Rocha Lima

MESA DIRETORA - 1901-1902

Presidente	Miguel da Rocha Lima
1º Vice-presidente	Antônio Fleury Curado
1º Secretário	Antônio Cupertino Xavier de Barros
2º Secretário	Antônio Xavier Guimarães
3º Secretário	Fulgêncio Nunes da Silva
4º Secretário	Felicíssimo do Espírito Santo

MESA DIRETORA - 1903-1904

Presidente	Miguel da Rocha Lima
1º Vice-presidente	Antônio Fleury Curado
1º Secretário	Antônio Cupertino Xavier de Barros
2º Secretário	Fulgêncio Nunes da Silva
3º Secretário	Felicíssimo do Espírito Santo
4º Secretário	Antônio Xavier Guimarães

COMPOSIÇÃO

01. Antônio Cupertino Xavier de Barros
02. Antônio Fleury Curado
03. Antônio Miguel da Rocha Maya
04. Antônio Xavier Guimarães
05. Domingos Teodoro de Souza
06. Felicíssimo do Espírito Santo
07. Francisco Seabra Guimarães
08. Fulgêncio Nunes da Silva
09. Jerônimo Rodrigues de Souza Moraes
10. Manoel dos Reis Gonçalves
11. Miguel da Rocha Lima
12. Ricardo da Silva Paranhos

OBSERVAÇÕES

- Antônio Cupertino Xavier de Barros renunciou em 27 de setembro de 1902 para ocupar a Secretaria de Interior e Justiça; Francisco Perillo foi eleito em dezembro de 1902, em substituição. Assume em maio de 1903;
- Herculano de Campos Meireles foi eleito em 6 de março de 1904, e assume em seguida.

3.1.

4ª LEGISLATURA, 1901-1904

(Maio de 1901 a agosto de 1904)

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Simão de Sousa Rego e Carvalho

Simão de Sousa Rego e Carvalho

MESA DIRETORA - 1901-1902

Presidente	Simão de Souza Rego e Carvalho
1º Vice-presidente	Christiano Rodrigues de Souza Moraes
1º Secretário	Arthur Abdon Póvoa
2º Secretário	Elizeu José Taveira
3º Secretário	Alonso Félix de Souza
4º Secretário	Abdon Ferreira Pinto

MESA DIRETORA - 1903-1904

Presidente	Simão de Souza Rego e Carvalho
1º Vice-presidente	Christiano Rodrigues de Souza Moraes

1º Secretário	Luiz Monteiro
2º Secretário	Antônio Augusto de Carvalho
3º Secretário	Alonso Félix de Souza
4º Secretário	Abdon Ferreira Pinto

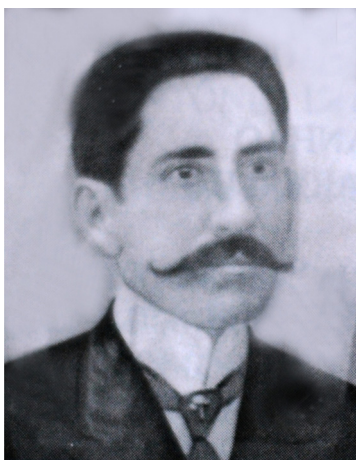
COMPOSIÇÃO

01. Abdon Ferreira Pinto	-
02. Alfredo Augusto da Silva Paranhos	-
03. Antônio Félix Curado	-
04. Antônio Augusto Vieira de Castro	-
05. Antônio Augusto de Carvalho	PRF
06. Arthur Abdon Póvoa	PRF
07. Cândido Teodoro de Souza	-
08. Christiano Rodrigues de Souza Moraes	PRF
09. Elyzeu José Taveira	PRF
10. Evaristo Gomes de Freitas Machado	PRG
11. Francisco Perillo Júnior	PRF
12. Freire dos Santos	-
13. João Baptista Xavier Serra Dourada	PRF
14. João Fleury de Campos Curado	-
15. João de Souza Lima, Padre	PRG
16. João da Rocha Lima	PRF
17. Joaquim Rufino Ramos Jubé	PRF
18. José Martins Chaves	-
19. Luiz Leite Ribeiro	PRF
20. Luiz Monteiro	PRG
21. Senna e Silva	-
22. Olegário Delfino Rodrigues	PRF
23. Simão de Souza Rego Carvalho	PRG
24. Tancredo de Bulhões	PRG

3.2. 5ª LEGISLATURA, 1905-1908

(Maio de 1905 a agosto de 1908)

SENADO ESTADUAL



Miguel da Rocha Lima



Francisco Perillo

MESA DIRETORA - 1905-1906

Presidente	Miguel da Rocha Lima
1º Vice-presidente	Francisco Perillo
1º Secretário	Joaquim Rufino Ramos Jubé
2º Secretário	Arlindo Gaudie Fleury
3º Secretário	Ricardo da Silva Paranhos
4º Secretário	Manoel dos Reis Gonçalves

Obs.: Com a renúncia de Miguel da Rocha Lima, Francisco Perillo assume a presidência.

MESA DIRETORA - 1907-1908

Presidente	Francisco Perillo
Vice-presidente	-
1º Secretário	Joaquim Rufino Ramos Jubé
2º Secretário	Arlindo Gaudie Fleury
3º Secretário	Ricardo da Silva Paranhos
4º Secretário	Manoel dos Reis Gonçalves

COMPOSIÇÃO

01. Arlindo Gaudie Fleury	-
02. Domingos Teodoro de Souza	PRF
03. Francisco Perillo	PRF
04. Fulgêncio Nunes da Silva	PRF
05. Herculano de Campos Meireles	-
06. Jerônimo Rodrigues de Souza Moraes	PRF
07. Joaquim Rufino Ramos Jubé	PRF
08. José de Almeida Leal	PRF
09. Manoel dos Reis Gonçalves	PRF
10. Miguel da Rocha Lima	PRF
11. Ricardo Augusto da Silva Paranhos	PRG
12. Torquato Ramos Caiado	PRF

OBSERVAÇÕES

- Miguel da Rocha Lima foi eleito presidente do Estado em março de 1905, tomando posse em 14 de julho de 1905. Renunciou ao mandato. Tubertino Ferreira Rios foi eleito em 29 de janeiro de 1906, em substituição;

- José de Almeida Leal faleceu em 1905. Custódio José Leal foi eleito no dia 29 de janeiro de 1906, em substituição;

- Torquato Ramos Caiado faleceu em 31 de maio de 1906, durante a Legislatura;

-
- Antônio Martins Borges, eleito em setembro de 1906, assumiu em maio de 1907;
 - José Reginaldo, ex-deputado, eleito em setembro de 1907, assumiu em maio de 1908.

3.2. 5ª LEGISLATURA, 1905-1908

(Maio de 1905 a agosto de 1908)

CÂMARA DOS DEPUTADOS



José Gonzaga Sócrates de Sá



Sebastião Fleury Curado



Olegário Delfino Rodrigues

MESA DIRETORA - 1905-1906

Presidente	José Gonzaga Sócrates de Sá
1º Vice-presidente	Olegário Delfino Rodrigues
1º Secretário	Antônio Augusto de Carvalho
2º Secretário	José Licínio de Miranda
3º Secretário	Raimundo Pinto de Castro
4º Secretário	Abel Coimbra Ramos

Nota: Houve duplicata de bancadas na Câmara dos Deputados em 1905, dadas as disputas entre os grupos políticos liderados por Leopoldo de Bulhões e Xavier de Almeida, sendo pedida a intervenção do Governo Federal. Apesar da indiferença, houve reconhecimento do domínio Xavierista.

MESA DIRETORA - 1907

Presidente	Sebastião Fleury Curado
1º Vice-presidente	Olegário Delfino Rodrigues
1º Secretário	Antônio Augusto de Carvalho
2º Secretário	José Licínio de Miranda
3º Secretário	Raimundo Pinto de Castro
4º Secretário	Abel Coimbra Ramos

MESA DIRETORA - 1908

Presidente	Olegário Delfino Rodrigues
Vice-presidente	-
1º Secretário	José Licínio de Miranda
2º Secretário	Arthur Loyola
3º Secretário	Raimundo Pinto de Castro
4º Secretário	Abel Coimbra Ramos

COMPOSIÇÃO

01. Abel Coimbra Ramos	PRF
02. Abílio Wolney	PRF
03. Antônio Augusto de Carvalho	PRF
04. Antônio Perillo	PRF
05. Arthur Abdon Póvoa	PRF
06. Belisário Alexandre de Almeida	PRF
07. Daniel Ferreira dos Anjos	PRF
08. Francisco Lopes de Moraes	PRF
09. Francisco Perillo Júnior	PRF
10. João Honorato Pinheiro	PRF
11. João da Rocha Lima	PRF
12. João Vicente da Costa Campos	PRF
13. Luiz de Araújo Godinho	PRF
14. Luiz Guedes de Amorim	PRF
15. Luiz Marcelino de Camargo Júnior	PRF
16. José Gonzaga Sócrates de Sá	PRF
17. José Licínio de Miranda	PRF
18. José Martiniano de Faria	PRF
19. José Reginaldo	PRF
20. Moisés Augusto de Sant' Anna	PRF
21. Olegário Delfino Rodrigues	PRF
22. Olympio Jacinto de Almeida	PRF
23. Raimundo Pinto de Castro	PRF
24. Sebastião Fleury Curado	PRF

OBSERVAÇÕES

- Raimundo Pinto de Castro faleceu em 1906;
- Octávio Augusto Confúcio foi eleito em 1906, toma posse em maio de 1907;

-
- Joaquim Elesbão dos Reis foi eleito em 1906, toma posse em maio de 1907;
 - Arthur Loyola foi eleito em 1906, toma posse em maio de 1907;
 - José Reginaldo renunciou ao mandato em 1907 para candidatar-se ao Senado Estadual;
 - Joviano Alves de Castro foi eleito em 1907, tomou posse em maio de 1908;
 - Sebastião Fleury Curado renunciou ao mandato em 1907, no final da Legislatura. Adolpho Siqueira foi eleito em 15 de novembro de 1907 e assume em maio de 1908;
 - Luiz de Araújo Godinho faleceu em fevereiro de 1908, antes dos trabalhos legislativos.

3.3. 6ª LEGISLATURA, 1909-1912

(Maio de 1909 a agosto de 1912)

SENADO ESTADUAL



Joaquim Rufino Ramos Jubé

MESA DIRETORA - 1909

Presidente	Joaquim Rufino Ramos Jubé
1º Vice-presidente	Tubertino Ferreira Rios
1º Secretário	Luiz Monteiro
2º Secretário	José Reginaldo
3º Secretário	Custódio José Leal
4º Secretário	Manoel dos Reis Gonçalves

MESA DIRETORA - 1910-1911

Presidente	Joaquim Rufino Ramos Jubé
1º Vice-presidente	Francisco Perillo

1º Secretário	Luiz Monteiro
2º Secretário	Manoel dos Reis Gonçalves
3º Secretário	Belisário Alexandre de Almeida (1910) José Reginaldo (1911)
4º Secretário	Arlindo Gaudie Fleury (1910) Herculano de Campos Meireles (1911)

MESA DIRETORA - 1912

Presidente	Joaquim Rufino Ramos Jubé
1º Vice-presidente	Francisco Perillo
1º Secretário	Arlindo Gaudie Fleury
2º Secretário	Manoel dos Reis Gonçalves
3º Secretário	Belisário Alexandre de Almeida
4º Secretário	-

COMPOSIÇÃO

01. Antônio Martins Borges	PD
02. Arlindo Gaudie Fleury	PD
03. Belisário Alexandre de Almeida	PD
04. Custódio José Leal	-
05. Francisco Perillo	PD
06. Herculano de Campos Meireles	PD
07. Joaquim Rufino Ramos Jubé	PD
08. José Reginaldo	-
09. Luiz Monteiro	-
10. Manoel dos Reis Gonçalves	PD
11. Ricardo Augusto da Silva Paranhos	-
12. Tubertino Ferreira Rios	-

OBSERVAÇÃO

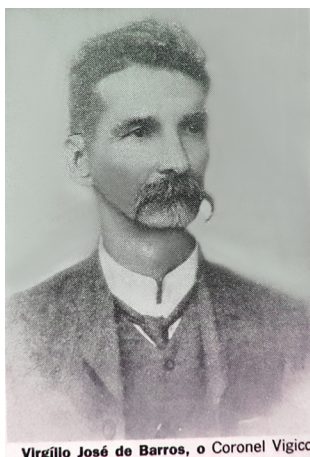
- Eleitos em 7 de setembro de 1908, não tiveram os mandatos reconhecidos – foram depurados os seguintes candidatos ao Senado Estadual: Domingos Teodoro de Souza, João Vicente da Costa Campos.

3.3.

6ª LEGISLATURA, 1909-1912

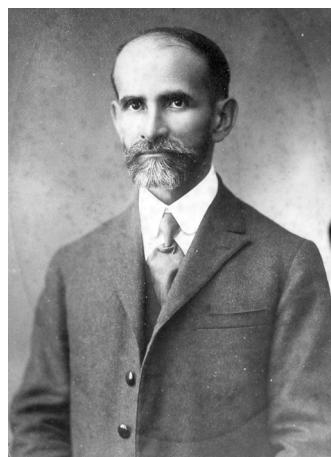
(Maio de 1909 a agosto de 1912)

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Virgílio José de Barros, o Coronel Vigíco

Virgílio José de Barros



Abílio Wolney

MESA DIRETORA - 1909-1910

Presidente	Octávio Augusto Confúcio
1º Vice-presidente	Theodorico Florambel da Conceição
1º Secretário	Arnulpho Ramos Caiado
2º Secretário	Antônio Baptista de Mello Filho
3º Secretário	José Licínio de Miranda
4º Secretário	Júlio Nunes da Silva

MESA DIRETORA - 1911

Presidente	Virgílio José de Barros
1º Vice-presidente	Theodorico Florambel da Conceição

1º Secretário	Arnulpho Ramos Caiado
2º Secretário	Antônio Baptista de Mello Filho
3º Secretário	João Odilon Gomes Pinto
4º Secretário	Francisco Abrantes

MESA DIRETORA - 1912

Presidente	Abílio Wolney
1º Vice-presidente	Theodorico Florambel da Conceição
1º Secretário	Arnulpho Ramos Caiado
2º Secretário	José Licínio de Miranda
3º Secretário	Francisco Abrantes
4º Secretário	João Odilon Gomes Pinto

COMPOSIÇÃO

01. Abílio Wolney	PD
02. Antônio Baptista de Mello Filho	-
03. Antônio Borges dos Santos	PD
04. Arnulpho Ramos Caiado	PD
05. Florêncio Bernardes	-
06. Francisco Perillo Júnior	PD
07. Frederico Gonzaga Jayme	PD
08. João Baptista Xavier Serra Dourada	-
09. João Honorato Pinheiro	PD
10. João Odilon Gomes Pinto	PD
11. João de Souza Lima, Padre	-
12. Joaquim de Souza Porto	PD
13. José Gonzaga Sócrates de Sá	PD
14. José Licínio de Miranda	PD
15. José Martiniano de Faria	PD
16. Júlio Nunes da Silva	-

17. Modesto Ribeiro Moreira	-
18. Octávio Augusto Confúcio	-
19. Pio Ayres da Silva	-
20. Possidônio Xavier Rabelo	PD
21. Samuel Sabino de Passos	PD
22. Theodorico Florambel da Conceição	-
23. Umbelino Xavier Velasco	-
24. Virgílio José de Barros	PD

OBSERVAÇÕES

- Foram depurados – embora eleitos em 7 de setembro de 1908, não tiveram os mandatos reconhecidos em maio de 1909 - os seguintes candidatos à Câmara dos Deputados: Cylleneo Marques de Araújo Valle – Leo Lynce, Daniel Ferreira dos Anjos, Deocleciano Nunes da Silva, Domingos Teodoro de Souza, Francisco Ferreira dos Santos Azevedo – Professor Ferreira, João Batista de Almeida, Luiz Guedes de Amorim, Olegário Delfino Rodrigues;

- Pio Ayres da Silva faleceu em 1910, sendo eleito Francisco Abrantes em substituição, que assume em maio de 1911;

- Octávio Augusto Confúcio renunciou em 1911, retornando ao seu posto de oficial do Exército;

- Cylleneo de Araújo foi eleito em 1911, e tomou posse em maio de 1912.

3.4.

7ª LEGISLATURA, 1913-1916

(Maio de 1913 a agosto de 1916)

SENADO ESTADUAL



Joaquim Rufino Ramos Jubé

MESA DIRETORA - 1913-1914

Presidente	Joaquim Rufino Ramos Jubé
1º Vice-presidente	Francisco Perillo
1º Secretário	Arlindo Gaudie Fleury
2º Secretário	Manoel dos Reis Gonçalves
3º Secretário	Belisário Alexandre de Almeida
4º Secretário	Miguel da Rocha Lima (1914)

MESA DIRETORA - 1915

Presidente	Joaquim Rufino Ramos Jubé
1º Vice-presidente	Francisco Perillo
1º Secretário	Arlindo Gaudie Fleury

2º Secretário	Manoel dos Reis Gonçalves
3º Secretário	Belisário Alexandre de Almeida
4º Secretário	José Reginaldo

MESA DIRETORA - 1916

Presidente	Joaquim Rufino Ramos Jubé
1º Vice-presidente	Miguel da Rocha Lima
1º Secretário	Arlindo Gaudie Fleury
2º Secretário	Manoel dos Reis Gonçalves
3º Secretário	Herculano de Campos Meireles
4º Secretário	Belisário Alexandre de Almeida

COMPOSIÇÃO

01. Antônio Martins Borges
02. Arlindo Gaudie Fleury
03. Belisário Alexandre de Almeida
04. Francisco Perillo
05. Herculano de Campos Meireles
06. Joaquim Rufino Ramos Jubé
07. José Reginaldo
08. Luiz Monteiro
09. Manuel dos Reis Gonçalves
10. Miguel da Rocha Lima (1914)
11. Ricardo da Silva Paranhos
12. Tubertino Ferreira Rios

OBSERVAÇÕES

- Virgílio José de Barros, eleito em setembro de 1912 para um mandato de 8 anos e reconhecido em maio de 1913, não assumiu sua cadeira no Senado Estadual;
- Miguel da Rocha Lima, eleito em 1913, assume em maio de 1914.

3.4.

7ª LEGISLATURA, 1913-1916

(Maio de 1913 a agosto de 1916)

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Luiz Guedes de Amorim



Arnulpho Ramos Caiado

MESA DIRETORA - 1913

Presidente	Luiz Guedes de Amorim
1º Vice-presidente	Theodorico Florambel da Conceição
1º Secretário	Arnulpho Ramos Caiado
2º Secretário	João Honorato Pinheiro
3º Secretário	Sebastião Ferreira Rios
4º Secretário	Antônio José Pereira Júnior

MESA DIRETORA - 1914

Presidente	Luiz Guedes de Amorim
1º Vice-presidente	Theodorico Florambel da Conceição

1º Secretário	Arnulpho Ramos Caiado
2º Secretário	João Honorato Pinheiro
3º Secretário	Cylleneo de Araújo Valle
4º Secretário	Luiz José Curado

MESA DIRETORA - 1915-1916

Presidente	Arnulpho Ramos Caiado
1º Vice-presidente	Francisco Perillo Júnior
1º Secretário	João Honorato Pinheiro
2º Secretário	Cylleneo de Araújo Valle
3º Secretário	Luiz José Curado
4º Secretário	Jayme Medeiros de Queiroz

COMPOSIÇÃO

01. Antônio José Pereira Júnior	PD
02. Arnulpho Ramos Caiado	PD
03. Basílio de Sousa Ferreira	-
04. Cândido Teodoro de Souza	PD
05. Cylleneo de Araújo Valle, Leo Lynce	PD
06. Deocleciano Nunes da Silva	PD
07. Francisco da Silva Abrantes	-
09. Francisco Perillo Júnior	PD
10. Frederico Gonzaga Jayme	-
11. Jayme Medeiros de Queiroz	-
12. João Honorato Pinheiro	PD
13. João Odilon Gomes Pinto	-
14. Joaquim Ferreira da Silva	-
15. José Theodolino da Rocha	-
16. Luiz Guedes de Amorim	PD
17. Luiz José Curado	-

18. Modesto Ribeiro Moreira	-
19. Octaviano Rodrigues de Moraes	PD
20. Possidônio Xavier Rebelo	PD
21. Samuel Sabino dos Passos	-
22. Sebastião Ferreira Rios	-
23. Theodorico Florambel da Conceição	-
24. Theódulo Fernandes de Oliveira	-

OBSERVAÇÕES

- Henrique de Siqueira, do 5º círculo eleitoral, de Caldas Novas, não assumiu o mandato por motivos de saúde. Faleceu em 1915;

- Basílio de Sousa Ferreira faleceu durante a Legislatura;

- Theódulo Fernandes de Oliveira perdeu o mandato em 1915;

- Theodorico Florambel da Conceição renunciou ao mandato em 29 de janeiro de 1915. Reassume, então, suas funções de oficial do Exército. Em 1924, reformou-se como general;

- Luiz Guedes de Amorim afasta-se para assumir a Secretaria de Estado de Finanças, em 30 de dezembro de 1914;

- Francisco Vaz da Costa foi eleito em setembro de 1915 e assume o mandato em maio de 1916;

- Foram depurados – embora eleitos em 7 de setembro de 1912, não tiveram os mandatos reconhecidos em maio de 1913 – os seguintes candidatos à Câmara dos Deputados: Abílio Wolney, João Baptista Xavier Serra Dourada, José Gonzaga Sócrates de Sá, José Licínio de Miranda, Joviano de Moraes, Júlio Nunes da Silva;

- Henrique Silva, candidato pelo 6º Círculo Eleitoral, não teve seus votos reconhecidos pela Comissão de Verificação de Poderes, sob alegação de “não ter espaço de tempo de residência no Estado”. Houve proposta de reconhecimento de seu mandato, mas não assume.

3.5. 8ª LEGISLATURA, 1917-1920

(Maio de 1917 a agosto de 1920)

SENADO ESTADUAL



Joaquim Rufino Ramos Jubé

MESA DIRETORA - 1917-1918

Presidente	Joaquim Rufino Ramos Jubé
1º Vice-presidente	Miguel da Rocha Lima
1º Secretário	Luiz Guedes de Amorim
2º Secretário	Manoel dos Reis Gonçalves
3º Secretário	Possidônio Xavier Rebello
4º Secretário	Deocleciano Nunes da Silva

MESA DIRETORA - 1919-1920

Presidente	Joaquim Rufino Ramos Jubé
1º Vice-presidente	Miguel da Rocha Lima

1º Secretário	Luiz Guedes de Amorim
2º Secretário	Manoel dos Reis Gonçalves
3º Secretário	Possidônio Xavier Rebello
4º Secretário	Deocleciano Nunes da Silva

COMPOSIÇÃO

01. Antônio Martins Borges	PD
02. Arlindo Gaudie Fleury	-
03. Deocleciano Nunes da Silva	PD
04. Herculano de Campos Meireles	PD
05. Herculano de Souza Lobo	PD
06. Joaquim Rufino Ramos Jubé	PD
07. Joviano Alves de Castro	PD
08. Luiz Guedes de Amorim	PD
09. Manoel dos Reis Gonçalves	PD
10. Miguel da Rocha Lima	PD
11. Olavo da Silva Baptista	-
12. Possidônio Xavier Rebello	PD

OBSERVAÇÕES

- Olavo da Silva Baptista renunciou ao mandato em 1917, após os trabalhos legislativos;
- Arlindo Gaudie Fleury, eleito para um novo mandato em 7 de setembro de 1916, faleceu no dia 30 de janeiro de 1917, portanto, não assumiu. Joaquim da Cunha Bastos foi eleito em substituição;
- Joviano Alves de Castro renunciou ao mandato no fim da última sessão legislativa, em 1920.

3.5. 8ª LEGISLATURA, 1917-1920

(Maio de 1917 a agosto de 1920)

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Arnulpho Ramos Caiado

MESA DIRETORA - 1917-1918

Presidente	Arnulpho Ramos Caiado
1º Vice-presidente	Francisco Perillo Júnior
1º Secretário	João Honorato Rodrigues
2º Secretário	Cylleneo de Araújo
3º Secretário	Jovelino de Campos Meireles
4º Secretário	Abílio Alves de Castro

MESA DIRETORA - 1919-1920

Presidente	Arnulpho Ramos Caiado
1º Vice-presidente	Francisco Perillo Júnior

1º Secretário	Cylleneo de Araújo
2º Secretário	Jovelino de Campos Meireles
3º Secretário	Octávio Monteiro (1919) Abílio Alves de Castro (1920)
4º Secretário	Francisco Vaz (1919) Octávio Monteiro (1920)

COMPOSIÇÃO

01. Abílio Alves de Castro	PD
02. Arnulpho Ramos Caiado	PD
03. Benedito Pinheiro de Abreu	PD
04. Cândido Teodoro de Souza	PD
05. Cylleneo de Araújo	PD
06. Francisco Joaquim Magalhães	-
07. Francisco Perillo Júnior	PD
08. Francisco Vaz da Costa	-
09. Frederico Gonzaga Jayme	PRF
10. Gabriel de Campos Guimarães	PD
11. Geraldino Caiado Fleury	PD
12. Honestino Monteiro Guimarães	PD
13. Honorato de Carvalho	PD
14. Humberto Martins Ribeiro	PD
15. João Ayres Joca	PD
16. João Baptista de Almeida	PD
17. João Honorato Pinheiro	PD
18. Joaquim Ferreira da Silva	PD
19. Jovelino de Campos	PD
20. Luiz Perillo	PD
21. Manoel Umbelino de Souza	PD
22. Octaviano Rodrigues de Moraes	PD

23. Octávio Monteiro Guimarães	PD
24. Samuel Sabino de Passos	PD

OBSERVAÇÕES

- João Honorato Pinheiro faleceu no dia 13 de julho de 1918, sendo Diógenes Honorato Pinheiro eleito em substituição;
- Honorato de Carvalho faleceu em 1921, na cidade de Jataí. David Hermetério do Nascimento foi eleito em substituição;
- Jayme Medeiros de Queiroz, do 12º círculo eleitoral, não esteve presente em todas as Legislaturas.

3.6.

9ª LEGISLATURA, 1921-1924

(Maio de 1921 a agosto de 1924)

SENADO ESTADUAL



Joaquim Rufino Ramos Jubé

MESA DIRETORA - 1921

Presidente	Joaquim Rufino Ramos Jubé
1º Vice-presidente	Miguel da Rocha Lima
1º Secretário	Luiz Guedes de Amorim
2º Secretário	Possidônio Xavier Rebello
3º Secretário	Deocleciano Nunes da Silva
4º Secretário	Adolpho Teixeira

MESA DIRETORA - 1922

Presidente	Joaquim Rufino Ramos Jubé
1º Vice-presidente	Miguel da Rocha Lima

1º Secretário	Luiz Guedes de Amorim
2º Secretário	Adolpho Teixeira
3º Secretário	Deocleciano Nunes da Silva
4º Secretário	Geraldino Caiado Fleury

MESA DIRETORA - 1923-1924

Presidente	Joaquim Rufino Ramos Jubé
1º Vice-presidente	Olegário Delfino Rodrigues
1º Secretário	Luiz Guedes de Amorim
2º Secretário	Adolpho Teixeira
3º Secretário	Geraldino Caiado Fleury
4º Secretário	Alfredo Lopes de Moraes

COMPOSIÇÃO

01. Adolpho Teixeira	PD
02. Antônio Martins Borges	PD
03. Deocleciano Nunes da Silva	PD
04. Francisco Perillo Júnior	PD
05. Geraldino Caiado Fleury	PD
06. Herculano de Souza Lobo	PD
07. Joaquim da Cunha de Bastos	PD
08. Joaquim Rufino Ramos Jubé	PD
09. José Rodrigues de Moraes Filho	PD
10. Luiz Guedes de Amorim	PD
11. Miguel da Rocha Lima	PD
12. Possidônio Xavier Rebello	PD

OBSERVAÇÕES

- Possidônio Xavier Rebello faleceu no dia 4 de janeiro de 1923, em Santa Rita do Paranahyba (Itumbiara), sendo Alfredo Lopes de Moraes eleito em substituição;

- Miguel da Rocha Lima renunciou ao mandato em 1922, para assumir o cargo de presidente do Estado, sendo Olegário Delfino Rodrigues eleito em substituição.

3.6.

9ª LEGISLATURA, 1921-1924

(Maio de 1921 a agosto de 1924)

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Arnulpho Ramos Caiado



Abílio Alves de Castro

MESA DIRETORA - 1921-1922

Presidente	Arnulpho Ramos Caiado
1º Vice-presidente	Samuel Sabino de Passos
1º Secretário	Cylleneo de Araújo
2º Secretário	Iron da Rocha Lima
3º Secretário	Octávio Monteiro Guimarães
4º Secretário	Evangelino Meireles

MESA DIRETORA - 1923-1924

Presidente	Abílio Alves de Castro
1º Vice-presidente	Samuel Sabino de Passos

1º Secretário	Cylleneo de Araújo
2º Secretário	Iron da Rocha Lima
3º Secretário	Octávio Monteiro Guimarães
4º Secretário	Manoel Umbelino de Souza

COMPOSIÇÃO

01. Abel Gomes Pinto	PD
02. Abílio Alves de Castro	PD
03. Albatênio Caiado de Godoy	PD
04. Arnulpho Ramos Caiado	PD
05. Augusto Pimentel Paranhos	PD
06. Benedicto Pinheiro de Abreu	PD
07. Cylleneo de Araújo	PD
08. David Hermetério do Nascimento	PD
09. Diógenes Honorato Pinheiro	PD
10. Evangelino Meireles	PD
11. Francisco de Assis Moraes	PD
12. Hermógenes Ferreira Coelho	PD
13. Iron da Rocha Lima	PD
14. João Ayres Joça	PD
15. João Baptista de Almeida	PD
16. José Vianna Lobo	PD
17. Luiz Perillo	PD
18. Manoel Umbelino de Souza	PD
19. Nelson Vieira de Brito	PD
20. Octávio Monteiro Guimarães	PD
21. Octaviano Rodrigues de Moraes	PD
22. Ricardo de Campos	PD
23. Samuel Sabino de Passos	PD
24. Ubaldino Ferreira Rios	PD

OBSERVAÇÕES

- Evangelino Meireles faleceu em 1922, sendo Joaquim Machado de Araújo eleito em substituição.

3.7. 10ª LEGISLATURA, 1925-1928

(Maio de 1925 a agosto de 1928)

SENADO ESTADUAL



Joaquim Rufino Ramos Jubé

MESA DIRETORA - 1925-1926

Presidente	Joaquim Rufino Ramos Jubé
1º Vice-presidente	Francisco Perillo Júnior
1º Secretário	Leão Di Ramos Caiado
2º Secretário	Adolpho Teixeira
3º Secretário	Geraldino Caiado Fleury
4º Secretário	Antenor de Amorim

MESA DIRETORA - 1927-1928

Presidente	Joaquim Rufino Ramos Jubé
1º Vice-presidente	Francisco Perillo Júnior

1º Secretário	Leão Di Ramos Caiado
2º Secretário	Adolpho Teixeira
3º Secretário	Geraldino Caiado Fleury
4º Secretário	Antenor de Amorim

COMPOSIÇÃO

01. Adolpho Teixeira	PD
02. Alfredo Lopes de Moraes	PD
03. Antenor de Amorim	PD
04. Antônio Martins Borges	PRG
05. Deocleciano Nunes da Silva	PD
06. Francisco Perillo Júnior	PD
07. Geraldino Caiado Fleury	PD
08. Leão Di Ramos Caiado	PD
09. Joaquim Rufino Ramos Jubé	PD
10. José Rodrigues de Moraes Filho	PD
11. Herculano de Souza Lobo	PD
12. Miguel da Rocha Lima	PD

OBSERVAÇÕES

- Alfredo Lopes de Moraes renuncia em 1926 para assumir o mandato de deputado federal. Felismino de Souza Vianna foi eleito em substituição, e assume em maio de 1927;

- Herculano de Souza Lobo faleceu em Formosa, em 20 de junho de 1928;

- Miguel da Rocha Lima, eleito em outubro de 1925, renuncia em março de 1926, para assumir o mandato de senador da República. Antônio Borges dos Santos foi eleito em outubro de 1926, em substituição, e assume em maio de 1927;

- Antônio Martins Borges, em 1927, desliga-se do Partido Democrata, tornando-se um dos fundadores do Partido Republicano de Goiás (PRG), em oposição à situação dominante no Estado.

3.7. 10ª LEGISLATURA, 1925-1928

(Maio de 1925 a agosto de 1928)

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Abílio Alves de Castro

MESA DIRETORA - 1925-1926

Presidente	Abílio Alves de Castro
1º Vice-presidente	João Baptista de Almeida
1º Secretário	Cylleneo de Araújo
2º Secretário	Iron da Rocha Lima
3º Secretário	Octávio Monteiro Guimarães
4º Secretário	Manoel Umbelino de Souza

MESA DIRETORA - 1927-1928

Presidente	Abílio Alves de Castro
1º Vice-presidente	João Baptista de Almeida

1º Secretário	Iron da Rocha Lima
2º Secretário	Octávio Monteiro
3º Secretário	Manoel Umbelino de Souza
4º Secretário	Pedro de Souza Borba

COMPOSIÇÃO

01. Abílio Alves de Castro	PD
02. Arlindo Costa	PD
03. Augusto Pimentel Paranhos	PD
04. Albatênio Caiado de Codoy	PD
05. Benedicto Pinheiro de Abreu	PD
06. Cylleneo de Araújo	PD
07. David Hermetério do Nascimento	PD
08. Diógenes Honorato Pinheiro	PD
09. Iron da Rocha Lima	PD
10. João Baptista de Almeida	PD
11. João Ayres Joca	PD
12. João Augusto Baptista de Araújo	PD
13. João de Oliveira	PD
14. José Balduino de Souza Décio	PD
15. Joaquim Machado de Araújo	PD
16. Laudelino Gomes Pinto	PD
17. Lourival Álvares de Campos	PD
18. Manoel Umbelino de Souza	PD
19. Pedro Nunes da Silva Filho	PD
20. Octaviano Rodrigues de Moraes	PD
21. Octávio Monteiro Guimarães	PD
22. Raymundo Nonato Baptista dos Santos	PD
23. Ubaldino Ferreira Rios	PD
24. Ubirajara Ramos Caiado	PD

OBSERVAÇÕES

- João de Oliveira (PD), eleito em setembro de 1924, não compareceu à Legislatura, embora reconhecido. Oclécio de Carvalho (PD), eleito em substituição, assume em maio de 1925;
- David Hermetério do Nascimento faleceu no dia 29 de abril de 1926, sendo eleito Francisco Azevedo Bastos em substituição;
- Arlindo Costa faleceu em Anápolis, em janeiro de 1928, sendo eleito Theódulo Alves de Castro em substituição;
- Cylleneo de Araújo renunciou ao mandato, sendo eleito Jerônimo José de Campos em substituição;
- João Ayres Joca renunciou ao mandato em 1925, sendo eleito Pedro de Souza Borba em substituição;
- Raymundo Nonato Baptista dos Santos perdeu o mandato, sendo eleito José Maria Ramos Jubé em substituição.

3.8.

11ª LEGISLATURA, 1929-1930 (1932)

(Maio de 1929 a agosto de 1930)

SENADO ESTADUAL



Joaquim Rufino Ramos Jubé

MESA DIRETORA - 1929-1930

Presidente	Joaquim Rufino Ramos Jubé
1º Vice-presidente	Francisco Perillo Júnior
1º Secretário	Leão Di Ramos Caiado
2º Secretário	Adolpho Teixeira
3º Secretário	Abílio Alves de Castro
4º Secretário	Antenor de Amorim

COMPOSIÇÃO

01. Abílio Alves de Castro	PD
02. Adolpho Teixeira	PD

03. Antenor de Amorim	PD
04. Antônio Borges dos Santos	PD
05. Deocleciano Nunes da Silva	PD
06. Felismino de Souza Viana	PD
07. Francisco Perillo Júnior	PD
08. Joaquim Rufino Ramos Jubé	PD
09. José Rodrigues de Moraes Filho	PD
10. Leão Di Ramos Caiado	PD
11. Pacífico Alves de Amorim	PD
12. Pedro de Souza Borba	PD

3.8.

11ª LEGISLATURA, 1929-1930 (1932)

(Maio de 1929 a agosto de 1930)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

MESA DIRETORA - 1929

Presidente	Octávio Monteiro Guimarães
1º Vice-presidente	João Baptista de Almeida
1º Secretário	Joaquim Rufino Ramos Jubé Júnior
2º Secretário	Benedicto Pinheiro de Abreu
3º Secretário	Ubirajara Ramos Caiado
4º Secretário	-

MESA DIRETORA - 1930

Presidente	Octávio Monteiro Guimarães
1º Vice-presidente	João Baptista de Almeida
1º Secretário	Iron da Rocha Lima
2º Secretário	Joaquim Rufino Ramos Jubé Júnior
3º Secretário	Ubirajara Ramos Caiado
4º Secretário	Benedicto Pinheiro de Abreu

COMPOSIÇÃO

01. Álvaro Paranhos de Mendonça	PD
02. Aquiles de Pina	PD
03. Benedicto Pinheiro de Abreu	PD
04. Diógenes Honorato Pinheiro	PD
05. Emmanoel Xavier Rabello	PD

06. Gabriel de Campos Guimarães	PD
07. Francisco de Azevedo Bastos	PD
08. Iron da Rocha Lima	PD
09. João Augusto Baptista Araújo	PD
10. João Baptista de Almeida	PD
11. Joaquim Rufino Ramos Jubé Júnior	PD
12. Joaquim Machado de Araújo	PD
13. Joaquim Augusto de Carvalho	PD
14. José Francisco dos Santos	PD
15. Jerônimo de Campos Curado Fleury	PD
16. Luiz de Barreto Corrêa Menezes Júnior	PD
17. Marcondes de Godoy	PD
18. Modestino Nunes da Silva	PD
19. Octaviano Rodrigues de Moraes	PD
20. Octávio Monteiro Guimarães	PD
21. Sílvio Gomes de Melo	PD
22. Theódulo Alves de Castro	PD
23. Ubaldino Ferreira Rios	PD
24. Ubirajara Ramos Caiado	PD

OBSERVAÇÕES

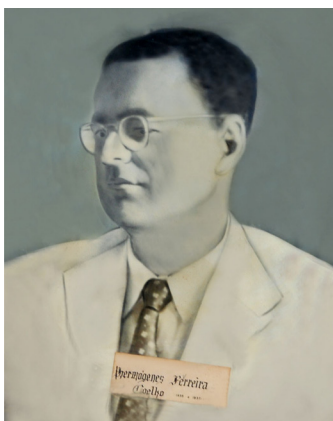
- Joaquim Machado de Araújo renunciou ao mandato para assumir o cargo de juiz de Direito em Santa Luzia (Luziânia), sendo eleito Benedito de Araújo Melo, em substituição;
- Joaquim Augusto de Carvalho renunciou, sendo eleito Luso Guedes de Amorim, em substituição;
- João Augusto Baptista de Araújo faleceu em 1930, sendo eleito Joaquim Alves Teixeira, em substituição;
- Theódulo Alves de Castro faleceu em junho de 1929, sendo eleito, em abril de 1930, Raulino Alves de Castro, em substituição.

4. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 1935-1937

4.1. CONSTITUINTE E 1ª LEGISLATURA

(Abril de 1935 a novembro de 1937)

(Eleitos em 14 de outubro de 1934)



Hermógenes Ferreira Coelho



João D'Abreu

MESA DIRETORA - 1935-1936

Presidente	Hermógenes Ferreira Coelho
Vice-presidente	Taciano Gomes de Melo
1º Secretário	João José Coutinho
2º Secretário	Irany Alves Ferreira
3º Secretário	Moysés da Costa Gomes
4º Secretário	João Jacintho de Almeida

MESA DIRETORA - 1937

Presidente	João de Abreu
1º Secretário	Moysés da Costa Gomes
2º Secretário	João Jacintho de Almeida

COMPOSIÇÃO

01. Agenor Alves de Castro	Coligação
02. Alfredo Nasser	Coligação
03. Antônio Raimundo Gomes da Frota	PSR
04. Felicíssimo do Espírito Santo Neto	PSR
05. Felismino de Souza Vianna	Coligação
06. Genserico Gonzaga Jayme	Coligação
07. Guilherme Xavier de Almeida	PSR
08. Hermógenes Ferreira Coelho	PSR
09. Irany Alves Ferreira	PSR
10. Jacy de Assis	Coligação
11. João de Abreu	PSR
12. João Jacintho de Almeida	PSR
13. João José Coutinho	PSR
14. Joaquim Rufino Ramos Jubé Júnior	Coligação
15. José Ludovico de Almeida	PSR
16. José da Costa Paranhos	Coligação
17. Moysés da Costa Gomes	PSR
18. Oscar Campos Júnior	PSR
19. Orlando Rodrigues Borges	PSR
20. Salomão Clementino de Faria	PSR
21. Sebastião de Araújo Machado	PSR
22. Taciano Gomes de Melo	PSR
23. Vasco dos Reis Gonçalves	PSR
24. Victor Coelho de Almeida	Coligação

OBSERVAÇÕES

- Foram cassados pelo Tribunal Regional Eleitoral, em reunião realizada no dia 2 de agosto de 1936, os seguintes deputados: Guilherme Xavier de Almeida, Vasco dos Reis Gonçalves, Taciano Gomes de Melo.

SUPLENTE DA LEGISLATURA

1. Do Partido Social Republicano - PSR

- Luiz Confúcio Cunha Bastos, 1º suplente do PSR, assumiu em 1º de agosto de 1935, na vaga de Orlando Rodrigues Borges;

- Manoel Balbino de Carvalho, 2º suplente do PSR, assumiu em 12 de agosto de 1936;

- Hermínio Alves de Amorim, 3º suplente do PSR, assumiu em 6 de agosto de 1935;

- Aquiles de Pina, 4º suplente do PSR, assumiu em 14 de setembro de 1936;

- Sebastião Gonçalves de Almeida, 5º suplente do PSR, assumiu em 27 de abril de 1937;

- Diógenes Dolival Sampaio, 6º suplente do PSR, assumiu em 15 de abril de 1937;

- Mário Mendes, 7º suplente do PSR, assumiu em 31 de maio de 1937;

- André Ayres da Silva Sobrinho, 8º suplente do PSR, não assumiu o mandato. Convocado para assumir em 1937, comunica impossibilidade de chegar à Capital durante os trabalhos legislativos.

2. Da Coligação Libertadora:

Elpenor Augusto de Oliveira;

Armando Miranda Storni;

Antônio Martins de Araújo;

Joaquim Alves Teixeira;
Galeno Paranhos;
Benedito de Araújo Melo;
José Hermano;
Duarte de Miranda;
João Affonso Borges;
Moacyr Pereira Dutra;
Sylvestre de Carvalho;
Júlio de Souza Cunha;
Corival Lisboa Alves de Castro;
Raphael Arcanjo do Nascimento;
Zacheu Crispim;
Ulysses Jayme.

Obs.: Nenhum suplente da Coligação assumiu.

5. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 1947-2011

5.1. CONSTITUINTE E 1ª LEGISLATURA, 1947-1951

(Eleitos em 19 de janeiro de 1947)

Período Constituinte



Taciano Gomes de Melo

MESA DIRETORA - 22.03.1947 a 20.07.1947

Presidente	Taciano Gomes de Melo – PSD
1º Vice-presidente	José de Souza Porto - PSD
2º Vice-presidente	Afrânio Francisco de Azevedo - PCB
1º Secretário	Vital Pereira Cabral - PSD
2º Secretário	Ary Frauzino Pereira - ED
3º Secretário	Wison da Paixão - PSD
4º Secretário	Francisco de Brito - UDN

Período Legislativo



Alberto Pinto Coelho



Diógenes Dolival Sampaio



José de Souza Porto

MESA DIRETORA - 22.07.1947 a 16.04.1948

Presidente

Alberto Pinto Coelho - PTB

1º Vice-presidente

Diógenes Dolival Sampaio - UDN

2º Vice-presidente

Abrão Isaac Neto - PCB

1º Secretário	Ruy Brasil Cavalcante - UDN
2º Secretário	Vital Pereira Cabral - PSD
3º Secretário	Plínio Abadia Gonzaga Jayme - UDN
4º Secretário	Misach Ferreira Júnior - PSD

MESA DIRETORA - 16.04.1948 a 24.04.1949

Presidente	Diógenes Dolival Sampaio - UDN
1º Vice-presidente	José Gumercindo M. Otero - UDN
2º Vice-presidente	Domingos Jacinto Pinheiro - PSD
1º Secretário	Willmar da Silva Guimarães - UDN
2º Secretário	Urquiza Fleury de Brito - UDN
3º Secretário	Benedito de Araújo Melo - PSD
4º Secretário	José Camilo de Oliveira - UDN

MESA DIRETORA - 26.04.49 a 09.08.50

Presidente	José de Souza Porto - PSD
1º Vice-presidente	Domingos Jacinto Pinheiro - PSD
2º Vice-presidente	José Mendonça - UDN
1º Secretário	Plínio A. Gonzaga Jayme - ED
2º Secretário	Benedito de Araújo Melo - PSD
3º Secretário	Getulino Artiaga - PSD
4º Secretário	Benedito Vaz - PSD

MESA DIRETORA - 09.08.50 a 31.01.51

Presidente	José de Souza Porto - PSD
1º Vice-presidente	Domingos Jacinto Pinheiro - PSD
2º Vice-presidente	José Mendonça - UDN
1º Secretário	Urquiza Fleury de Brito - UDN
2º Secretário	Joviano Ribeiro - ED

3º Secretário	Ary Frauzino Pereira - ED
4º Secretário	Alberto Pinto Coelho - PSD

COMPOSIÇÃO

01. Abrão Isaac Neto	PCB
02. Afrânio Francisco de Azevedo	PCB
03. Alberto Pinto Coelho	PTB
04. Ary Frauzino Pereira	ED
05. Balduino da Silva Caldas	PSD
06. Benedito de Araújo Melo	PSD
07. Benedito Vaz	PSD
08. Diógenes Dolival Sampaio	UDN
09. Félix Pereira de Moura	UDN
10. Francisco de Brito	UDN
11. Gerson de Castro Costa	PSD
12. Getulino Artiaga	PSD
13. Joaquim Gilberto	ED
14. Joaquim Gomes Filho	PSD
15. José Camilo de Oliveira	UDN
16. José Hercílio Curado Fleury	UDN
17. José Gumercindo Marques Otero	UDN
18. José Mendonça	UDN
19. José Peixoto da Silveira	PSD
20. José de Souza Porto	PSD
21. Joviano Ribeiro	ED
22. Misach Ferreira Júnior	PSD
23. Plínio Abadia Gonzaga Jayme	ED
24. Rafael Arcanjo do Nascimento	PSD
25. Ruy Brasil Cavalcanti	UDN
26. Sebastião Lobo	PSD
27. Serafim de Carvalho	PSD

28. Taciano Gomes de Melo	PSD
29. Urquiza Fleury de Brito	UDN
30. Vital Pereira Cabral	PSD
31. Willmar da Silva Guimarães	UDN
32. Wison da Paixão	PSD

OBSERVAÇÃO

- Esta Legislatura encerrou o mandato em 31 de janeiro de 1951 e os deputados eleitos para a 2ª Legislatura somente foram empossados em 15 de abril de 1951, ficando, portanto, um hiato nesse período, o que foi corrigido nas Legislaturas seguintes.

SUPLENTES DA 1ª LEGISLATURA

- Paulo Alves da Costa (PCB), empossado em 24 de março de 1947, na vaga de Afrânio Francisco de Azevedo, licenciado por 90 dias para tratar de interesse particular;

- José Hercílio Curado Fleury (PR), empossado em 7 de maio de 1947;

- Joaquim Gomes Filho (PSD), empossado em 12 de maio de 1947 e reempossado em 20 de agosto de 1947, em virtude de licença para tratamento de saúde concedida a Rafael Arcanjo do Nascimento, por 90 dias, a partir de 10 de agosto de 1947;

- Domingos Jacinto Pinheiro (PSD), empossado em 19 de maio de 1947;

- José Elias Isaac, empossado em 12 de julho de 1947 e reempossado em 11 de novembro de 1948, em virtude de licença de 180 dias para tratamento de saúde concedida a Ary Frauzino Pereira.

5.2. 2ª LEGISLATURA, 1951-1955

(Eleitos em 3 de outubro de 1950)



Gerson Castro Costa



Floriano Gomes da Silva



José Feliciano Ferreira



Sebastião Gonçalves de Almeida

MESA DIRETORA - 16.04.1951 a 16.04.1952

Presidente

Gerson Castro Costa - PSD

1º Vice-presidente

Pedro Celestino da S. Filho - PSD

2º Vice-presidente	Wison da Paixão - PSD
1º Secretário	Luiz Ângelo Milazzo - PTB
2º Secretário	Sebastião Gonçalves de Almeida - PSD
3º Secretário	Antônio Bertholdo de Souza - PSD
4º Secretário	Jahyr Abrão Estrela - PSD

MESA DIRETORA - 16.04.1952 a 16.04.1953

Presidente	Floriano Gomes da Silva - PSD
1º Vice-presidente	José de Souza Porto - PSD
2º Vice-presidente	Jahyr Abrão Estrela - PSD
1º Secretário	João Pires Vieira - PTB
2º Secretário	Wison da Paixão - PSD
3º Secretário	Maurício Neto Martins - PSD
4º Secretário	Sebastião de Almeida Guerra - PSD

MESA DIRETORA - 16.04.1953 a 20.04.1955

Presidente	José Feliciano Ferreira - PSD
1º Vice-presidente	Maurício Neto Martins - PSD
2º Vice-presidente	José de Souza Porto - PSD
1º Secretário	Jahyr Abrão Estrela - PSD
2º Secretário	Sebastião Gonçalves Almeida - PSD
3º Secretário	Antônio Bertholdo de Souza - PSD
4º Secretário	Felipe Santa Cruz Serra Dourada - PSD

MESA DIRETORA - 20.04.1955 a 31.01.1955

Presidente	Sebastião Gonçalves de Almeida - PTB
1º Vice-presidente	Luiz Ângelo Milazzo - PSD
2º Vice-presidente	José de Souza Porto - PSD
1º Secretário	João Pires Vieira - PTB
2º Secretário	Maurício Neto Martins - PSD

3º Secretário	Sebastião de Almeida Guerra - PSD
2º Secretário	Antônio Bertholdo de Souza - PSD

COMPOSIÇÃO

01. Antônio Bertholdo de Souza	PSD
02. Antônio José de Oliveira	UDN
03. Antônio Lisboa Machado	UDN
04. Antônio de Queiroz Barreto	PTB
05. Berenice Teixeira Artiaga	PSD
06. Clodoveu Alves de Castro	PSP
07. Diógenes Dolival Sampaio	UDN
08. Emival Ramos Caiado	UDN
09. Felipe Santa Cruz Serra Dourada	PSD
10. Floriano Gomes da Silva	PSD
11. Gerson de Castro Costa	PSD
12. Hélio Seixo de Brito	UDN
13. Jahyr Abrão Estrela	PSD
14. Jerônimo Pinheiro de Abreu	PSD
15. João Netto de Campos	PSD
16. João Pires Vieira	PTB
17. José de Assis Moraes	UDN
18. José Feliciano Ferreira	PSD
19. José de Souza Porto	PSD
20. Luiz Ângelo Milazzo	PTB
21. Manoel Demóstenes Barbo de Siqueira	UDN
22. Maurício Neto Martins	PTB
23. Nicanor de Faria e Silva	PSD
24. Osmar Sampaio	PSD
25. Pedro Celestino da Silva Filho	PSD
26. Salviano de Jesus Guimarães	PSD

27. Sebastião de Almeida Guerra	PSD
28. Sebastião Gonçalves de Almeida	PSD
29. Serafim de Carvalho	PSD
30. Walfredo de Campos Maia	PSD
31. Willmar da Silva Guimarães	UDN
32. Wison da Paixão	PSD

SUPLENTES DA 2ª LEGISLATURA

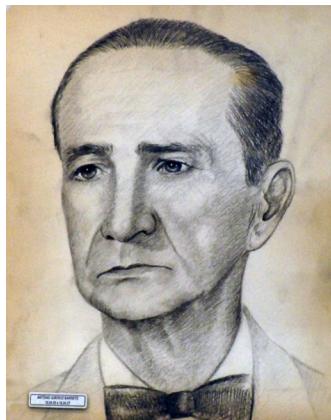
- José Júlio Guimarães Lima, empossado em 2 de julho de 1951, na vaga de João Netto de Campos, licenciado por 90 dias para tratar de interesse particular. Reempossado no cargo em 10 de setembro de 1951;
- Vespasiano da Costa Ferreira, empossado em 5 de agosto de 1952, em virtude de ter sido concedida licença de 90 dias para tratamento de saúde, em prorrogação, a José de Souza Porto. Reempossado em 10 de novembro de 1952, na vaga de Maurício Neto Martins, licenciado por 90 dias para tratamento de saúde;
- Natal Gonçalves de Araújo, empossado em 12 de agosto de 1952, na vaga de Antônio Bertholdo de Souza, licenciado por 90 dias para tratamento de saúde. Reempossado em 11 de novembro de 1952, na vaga de Floriano Gomes da Silva, licenciado por 90 dias para tratamento de saúde. Reempossado em 15 de junho de 1953, na vaga de Serafim de Carvalho, licenciado por 90 dias para tratamento de saúde;
- Clodoveu Leão de Almeida, empossado em 13 de outubro de 1953, em virtude de ter sido concedida licença de 90 dias para tratamento de saúde, a Osmar Sampaio;
- Ariovaldo Tahan (PSD), empossado em 20 de julho de 1954, na vaga de José Feliciano Ferreira, licenciado para assumir as funções de secretário de Estado da Educação.

5.3. 3ª LEGISLATURA, 1955-1959

(Eleitos em 30 de outubro de 1954)



Pedro Celestino da Silva Filho



Antônio de Queiroz Barreto



Jerônimo Pinheiro de Abreu



Wison da Paixão

MESA DIRETORA - 1º.02.1955 a 16.04.1956

Presidente

Pedro Celestino da Silva Filho - PSD
Luiz Ângelo Milazzo (Renuncia em 2 de

	fevereiro de 1955) - PTB
	Antônio de Queiroz Barreto (É eleito no dia 18 de abril de 1955) - PTB
1º Vice-presidente	-
2º Vice-presidente	Clotário de Freitas - PSD
1º Secretário	Almerinda Magalhães Arantes (Renuncia em 18 de abril de 1955) - PTB
	Almir Turisco de Araújo (É eleito em 19 de abril) - PTB
2º Secretário	Cylleneo França - PSD
3º Secretário	Agenor Diamantino - PSD
4º Secretário	José dos Santos Freire - PSD

MESA DIRETORA - 16.04.1956 a 16.04.1957

Presidente	Antônio Queiroz Barreto - PSD
1º Vice-presidente	Venerando de Freitas Borges - PSD
2º Vice-presidente	Clotário de Freitas - PSD
1º Secretário	Berenice Artiaga - PSD
2º Secretário	José dos Santos Freire - PSD
3º Secretário	Antônio Rezende Monteiro - PTB
4º Secretário	Agenor Diamantino - PSD

MESA DIRETORA - 16.04.1957 a 16.04.1958

Presidente	Jerônimo Pinheiro de Abreu - PSD
1º Vice-presidente	Almir Turisco de Araújo - PTB
2º Vice-presidente	Gabriel Guimarães - PSD
1º Secretário	Jahyr Abrão Estrela - PSD
2º Secretário	Antônio Rezende Monteiro - PTB
3º Secretário	Clotário de Freitas - PSD
4º Secretário	Pedro Celestino da Silva Filho - PSD

MESA DIRETORA - 16.04.1958 a 31.01.1959

Presidente	Wison da Paixão - PSD
1º Vice-presidente	Almir Turisco de Araújo - PTB
2º Vice-presidente	Gabriel Campos Guimarães - PSD
1º Secretário	Jahyr Abrão Estrela - PSD
2º Secretário	Cylleneo França - PSD
3º Secretário	José dos Santos Freire - PSD
4º Secretário	Berenice Teixeira Artiaga - PSD

COMPOSIÇÃO

01. Agenor Diamantino	PSD
02. Almerinda Magalhães Arantes	PTB
03. Antônio José de Oliveira	UDN
04. Antônio Lisboa Machado	UDN
05. Antônio de Queiroz Barreto	PTB
06. Antônio Rezende Monteiro	PTB
07. Ary Demóstenes de Almeida	UDN
08. Berenice Teixeira Artiaga	PSD
09. Clotário de Freitas	PSD
10. Cylleneo França	PSD
11. Edmundo José de Moraes Neto	UDN
12. Felicíssimo do Espírito Santo Neto	UDN
13. Francisco de Brito	UDN
14. Gabriel de Campos Guimarães	PSD
15. Gerson de Castro Costa	PSD
16. Jahyr Abrão Estrela	PSD
17. Jerônimo Pinheiro de Abreu	PSD
18. José Augusto Ferreira	UDN
19. José dos Santos Freire	PSD
20. Joviano Rincon Segóvia	PSD
21. Lincoln Xavier Nunes	PSD

22. Luiz Ângelo Milazzo	PTB
23. Mário Mendonça Netto	PSD
24. Misach da Costa Ferreira	PSD
25. Natal Gonçalves de Araújo	PSD
26. Nelson Siqueira	PSD
27. Paulo Limírio Malheiros	PSP
28. Pedro Celestino da Silva Filho	PSD
29. Venerando de Freitas Borges	PSD
30. Waldir do Espírito Santo Castro Quinta	UDN
31. Willmar da Silva Guimarães	UDN
32. Wison da Paixão	PSD

OBSERVAÇÃO

- Em 2 de fevereiro de 1955, os deputados que constituíam as bancadas da UDN e do PSP passaram a integrar a Coligação UDN-PSP, e, em 15 de setembro de 1955, desfez-se essa Coligação.

SUPLENTE DA LEGISLATURA

- Almir Turisco de Araújo (PTB), empossado em 2 de fevereiro de 1955, em virtude da renúncia de Luiz Ângelo Milazzo;

- Israel de Amorim, empossado em 4 de julho de 1955, na vaga de Jerônimo Pinheiro de Abreu, licenciado para tratamento de saúde por 90 dias. Reassumiu em 29 de julho de 1957, na vaga de Misach Ferreira Júnior, licenciado por 90 dias para tratamento de saúde. Reempossado em 8 de julho de 1958, em virtude do afastamento de Agenor Diamantino, para assumir o cargo de secretário de Estado de Viação e Obras Públicas;

- Antônio Carneiro Vaz, empossado em 6 de julho de 1955, na vaga de Willmar da Silva Guimarães, licenciado por 90 dias para tratamento de saúde;

- Clodoveu Alves de Castro, empossado em 3 de agosto de 1955, na vaga de Felicíssimo do Espírito Santo Neto, licenciado para tratamento

de saúde, por 90 dias. Reassumiu em 27 de agosto de 1956, na vaga de Paulo Limírio Malheiros, licenciado para tratamento de saúde por 120 dias. Reempossado em 27 de setembro de 1957, na vaga de Gabriel Guimarães, licenciado por 90 dias para tratamento de saúde;

- Paulo Roberto de Carvalho, empossado em 5 de setembro de 1956, na vaga de Clodoveu Alves de Castro, licenciado por 100 dias para tratar de interesse particular. Reempossado em 27 de setembro de 1957;

- Luiz Fernando da Silva, empossado em 2 de setembro de 1957, na vaga de Antônio Rezende Monteiro, licenciado por 90 dias para tratamento de saúde;

- Adevaldo de Oliveira Morais, empossado em 27 de setembro de 1957, na vaga de Berenice Teixeira Artiaga, licenciada por 90 dias para tratamento de saúde. Reassumiu em 22 de dezembro de 1958, na vaga de Agenor Diamantino, que se encontrava no exercício do cargo de secretário de Estado de Viação e Obras Públicas, vez que o primeiro suplente fora convocado para preencher a vaga de Misach Ferreira Júnior, que renunciou ao mandato em 18 de dezembro de 1958;

- David Domingues, empossado em 9 de setembro de 1958, na vaga de Antônio Rezende Monteiro, em virtude de licença para tratamento de saúde por 90 dias e também porque os 1º e 2º suplentes, Luiz Fernando da Silva e José de Arimatéia e Silva, renunciaram ao direito de substituição.

5.4. 4ª LEGISLATURA, 1959-1963

(Eleitos em 30 de outubro de 1958)



Nelson Siqueira



José dos Santos Freire



Luiz Fernando da Silva



Clotário de Freitas

MESA DIRETORA - 1º.02.1959 a 03.05.1960

Presidente

Nelson Siqueira - PSD

1º Vice-presidente	Venerando de Freitas Borges - PSD
2º Vice-presidente	Sebastião Arantes - PSD
1º Secretário	Almir Turisco de Araújo - PSD
2º Secretário	Tércio Caldas - PSD
3º Secretário	Edson Monteiro de Godoy - PSD
4º Secretário	Vespasiano da Costa Ferreira - PSD

MESA DIRETORA - 03.05.1960 a 17.04.1961

Presidente	José dos Santos Freire - PSD
1º Vice-presidente	Critóvam do Espírito Santo - PTB
2º Vice-presidente	João Bernardes Rabelo - PSD
1º Secretário	Luiz Fernando da Silva - PTB
2º Secretário	Sebastião Arantes - PSD
3º Secretário	Vespasiano da Costa Ferreira - PSD
4º Secretário	Luziano Ferreira de Carvalho - PSD

MESA DIRETORA - 17.04.1961 a 16.04.1962

Presidente	Luiz Fernando da Silva - PTB
1º Vice-presidente	Sebastião Arantes - PSD
2º Vice-presidente	Luziano Ferreira de Carvalho - PSD
1º Secretário	Edson Monteiro de Godoy - PSD
2º Secretário	Almerinda Magalhães Arantes - PTB
3º Secretário	Plínio Abadia Gonzaga Jayme - PSD
4º Secretário	Adevaldo de Oliveira Moraes - PSD

Nota: Em 15 de abril de 1962, a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás instala-se em sede própria, Palácio dos Buritis, tendo como presidente o deputado Luiz Fernando da Silva.

MESA DIRETORA - 17.04.1962 a 31.01.1963

Presidente	Clotário de Freitas - PSD
1º Vice-presidente	Haroldo da Silva Duarte - PTB
2º Vice-presidente	José de Souza Porto - PSD
1º Secretário	Cristóvam do Espírito Santo - PTB
2º Secretário	Plínio Abadia Gonzaga Jayme - PSD
3º Secretário	Benedito Lourenço Dias - PSD
4º Secretário	Vespasiano da Costa Ferreira – PSD

COMPOSIÇÃO

01. Adail Viana Santana	UDN
02. Adevaldo de Oliveira Moraes	PSD
03. Almerinda Magalhães Arantes	PTB
04. Almir Turisco de Araújo	PSD
05. Ana Braga Machado Gontijo	PSD
06. Antônio Queiroz Barreto	PSD
07. Ary Ribeiro Valadão	UDN
08. Calixto Antônio	UDN
09. Clepino Antônio de Araújo	PSD
10. Clotário de Freitas	PSD
11. Cristóvam do Espírito Santo	PTB
12. Darcy Gomes Marinho	UDN
13. Edson Monteiro de Godoy	PSD
14. Genésio de Souza Reis	UDN
15. Getúlio Vaz da Costa	UDN
16. Haroldo Silva Duarte	PTB
17. João Bernardes Rabelo	PSD
18. João Juarez Bernardes	PSP
19. Joaquim Batista de Abreu Cordeiro	PSP
20. José dos Santos Freire	PSD
21. José de Souza Porto	PSD

22. Luiz Fernando da Silva	PTB
23. Luziano Ferreira de Carvalho	PSD
24. Nelson de Castro Ribeiro	UDN
25. Nelson Siqueira	PSD
26. Pedro Celestino da Silva Filho	PSD
27. Sebastião Arantes	PSD
28. Tércio Caldas	PSD
29. Venerando de Freitas Borges	PSD
30. Vespasiano da Costa Ferreira	PSD
31. Waldir do Espírito Santo Castro Quinta	UDN
32. Wison da Paixão	PSD

SUPLENTES DA LEGISLATURA

- Plínio Abadia Gonzaga, empossado em 10 de março de 1959, em virtude do afastamento temporário de José de Souza Porto, que se encontra no exercício do cargo de secretário de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio;

- José Eduardo Soares, empossado em 3 de julho de 1959, em virtude de licença para tratamento de saúde, por 90 dias, concedida a Nelson de Castro Ribeiro;

- Manoel Joaquim da Silva, empossado em 5 de agosto de 1959, em virtude de licença para tratamento de saúde, por 90 dias, concedida a Almerinda Magalhães Arantes;

- Alfredo de Melo Rosa, empossado em 26 de agosto de 1959, em virtude de licença para tratamento de saúde, por 90 dias, concedida a Luiz Fernando da Silva;

- Joviano Rincon Segóvia, empossado em 23 de setembro de 1959, em virtude de licença para tratamento de saúde, por 90 dias, concedida a Adail Viana Santana;

- Benedito Lourenço Dias, empossado em 5 de outubro de 1959, em virtude de licença para tratamento de saúde, por 90 dias, concedida

a Adevaldo de Oliveira Moraes. Reempossado em 16 de maio de 1961, em virtude de licença, por 90 dias, concedida a José de Souza Porto. Reempossado em 31 de agosto de 1961, na vaga de Ana Braga Machado Gontijo, licenciada para tratamento de saúde. Reempossada em 16 de abril de 1962, em virtude do afastamento de Wison da Paixão, para exercer o cargo de secretário de Estado do Interior e Justiça;

- José Eduardo Soares, empossado em 31 de maio de 1961, na vaga de Nelson de Castro Ribeiro, em virtude de sua nomeação para o cargo de diretor do Banco de Crédito Amazônia S.A., reempossado em 19 de julho de 1962, em virtude da renúncia de Waldir do Espírito Santo Castro Quinta;

- Manoel Joaquim da Silva, empossado em 10 de agosto de 1961, em virtude de licença para tratamento de saúde, por 90 dias, concedida a Haroldo Silva Duarte;

- Benedito Lourenço Dias, empossado em 31 de agosto de 1961, em virtude de licença para tratamento de saúde, concedida a Ana Braga Machado Gontijo;

- Israel de Amorim, empossado em 9 de outubro de 1961, em virtude de licença para tratamento de saúde, por 90 dias, concedida a Adevaldo de Oliveira Moraes. Reempossado em 21 de agosto de 1962. Falecimento de Adevaldo de Oliveira Moraes, em 13 de agosto de 1962.

OBSERVAÇÃO

- Ana Braga Machado Gontijo, Antônio de Queiroz Barreto e Tércio Caldas, em março de 1962, filiam-se ao Partido Social Progressista (PSP), acompanhando o ex-governador José (Juca) Ludovico de Almeida, que, desgastado com o Partido Social Democrático, deixou-o, filiando-se ao PSP.

5.5. 5ª LEGISLATURA, 1963-1967

(Eleitos em 3 de outubro de 1962)

NOTA: Esta Legislatura deve ser apresentada em dois momentos - antes e depois de abril de 1966 - em razão das intervenções ocorridas após 31 de março de 1964, quando o Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964, cassa mandatos de parlamentares; e o Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, e Ato Complementar nº 4, de 20 de novembro de 1965, extinguem os partidos políticos e impõem a formação de apenas duas legendas, estabelecendo o bipartidarismo.



Almir Turisco de Araújo



Iris Rezende Machado



Luziano Ferreira de Carvalho



Olímpio Jaime

1. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE 02.02.1963 A 16.04.1966

MESA DIRETORA - 02.02.1963 a 16.04.1964

Presidente	Almir Turisco de Araújo - PSD
1º Vice-presidente	Iris Rezende Machado - PSD
2º Vice-presidente	Raimundo Santana Amaral - PTB - PSD
1º Secretário	Almerinda Magalhães Arantes - PTB - PSD
2º Secretário	Francisco Maranhão Japiassú - PSD
3º Secretário	Domingos Mendes da Silva - PSD
4º Secretário	José Teodoro Rodrigues Filho - PSD

MESA DIRETORA - 16.04.1964 a 22.04.1965

Presidente	Iris Rezende Machado - PSD
1º Vice-presidente	Jaime Florentino de Farias - PSD
2º Vice-presidente	Genésio Borges de Andrade - PSP - UND
1º Secretário	Luziano Ferreira de Carvalho - PSD

2º Secretário	Edson Monteiro de Godoy - PSD
3º Secretário	Gustavo Balduino Santa Cruz - PDC - MTR
4º Secretário	José Teodoro Rodrigues Filho - PSD

MESA DIRETORA - 22.04.1965 a 16.04.1966

Presidente	Luziano Ferreira de Carvalho - PSD
1º Vice-presidente	Sidney Ferreira - UDN - PSP
2º Vice-presidente	Gustavo Balduino - PDC - MTR
1º Secretário	Almerinda Magalhães Arantes - PTB - PSB
2º Secretário	Clotário de Freitas - PSD
3º Secretário	Joaquim de Abreu Cordeiro - UDN - PSP
4º Secretário	Getúlio Vaz da Costa - UDN - PSP

COMPOSIÇÃO

01. Adailton de Oliveira Moraes	PSD
02. Almerinda Magalhães Arantes	PTB-PSB
03. Almir Turisco de Araújo	PSD
04. Anapolino Silvério de Faria	PSD
05. Antônio Francisco de Almeida Magalhães	PSD
06. Ary Ribeiro Valadão	UDN- PSP
07. Clotário de Freitas	PSD
08. Darcy Gomes Marinho	UDN-PSP
09. Domingos Mendes da Silva	PSD
10. Edmar de Souza Rezende	PTB-PSB
11. Edson Monteiro de Godoy	PSD
12. Elcival Ramos Caiado	PDC-MTR
13. Eliézer José Penna	PSD
14. Eurico Barbosa dos Santos	UDN-PSP
15. Francisco Maranhão Japiassu	PSD
16. Genésio Borges de Andrade	UDN-PSP

17. Getúlio Vaz da Costa	UDN-PSP
18. Gilberto Santana Filho	PTB-PSB
19. Gustavo Balduino Santa Cruz	PDC-MTR
20. Iris Rezende Machado	PSD
21. Jayme Florentino de Farias	PSD
22. João Abrahão Sobrinho	PSD
23. João Carneiro de Castro Vaz	PDC-MTR
24. João Netto de Campos	PDC-MTR
25. Joaquim Batista de Abreu Cordeiro	UDN-PSP
26. Joaquim Olinto de Jesus Meirelles	UDN-PSP
27. José Barbosa Reis	PSD
28. José Edmar Brito Miranda	PSD
29. José Porfírio de Souza	PTB-PSB
30. José Sebba	PTB-PSB
31. José Teodoro Rodrigues Filho	PSD-PSD
32. Luziano Ferreira de Carvalho	PSD
33. Olímpio Jayme	UDN-PSP
34. Osiris Teixeira	PTB-PSB
35. Raimundo Santana Amaral	PTB-PSB
36. Sebastião Arantes	PSD
37. Sidney Ferreira	UDN-PSP
38. Vespasiano da Costa Ferreira	PSD
39. Walteno Cunha Barbosa	PSD

OBSERVAÇÕES

• Com base no Ato Institucional nº 1 (AI-1), por decreto do presidente marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, tiveram os seus mandatos cassados e suspensos seus direitos políticos os seguintes deputados: Walteno Cunha Barbosa (PSD), em 14 de abril de 1964; Bianor Ferreira de Lima (PSD), suplente de deputado, em 30 de abril de 1964; Cristóvam do Espírito Santo (PTB/PSB), em 1º de junho de 1964; Joaquim

Olinto de Jesus Meirelles (UDN), em 1º de junho de 1964; José Porfírio de Souza (PSB), em 1º de junho de 1964;

- Em 24 de novembro de 1964, com a deposição do governador Mauro Borges Teixeira, ficou inelegível por dois anos o deputado Sebastião Arantes.

TROCARAM DE LEGENDAS

- Osiris Teixeira, eleito pelo PSD, passou para a bancada do PTB;
- Eurico Barbosa dos Santos, eleito pela Coligação Democrática (UDN-PSP), transferiu-se para a bancada do PSD.

2. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, de 16.04.1966 a 31.01.1967

MESA DIRETORA - 16.04.1966 a 31.01.1967

Presidente	Olímpio Jaime - MDB
1º Vice-presidente	Anapolino Silvério de Faria - MDB
2º Vice-presidente	Gustavo Balduino Santa Cruz - MDB
1º Secretário	Edson Monteiro de Godoy - MDB
2º Secretário	Clotário de Freitas - MDB
3º Secretário	José Teodoro Rodrigues Filho - MDB
4º Secretário	João Netto de Campos - MDB

COMPOSIÇÃO

01. Adailton de Oliveira Moraes	Arena
02. Almerinda Magalhães Arantes	Arena
03. Almir Turisco de Araújo	Arena
04. Anapolino Silvério de Faria	MDB
05. Antônio Francisco de Almeida Magalhães	MDB
06. Ary Ribeiro Valadão	Arena
07. Clotário de Freitas	MDB
08. Darcy Gomes Marinho	Arena

09. Domingos Mendes da Silva	MDB
10. Edmar de Souza Rezende	Arena
11. Edson Monteiro de Godoy	MDB
12. Elcival Ramos Caiado	Arena
13. Eliézer José Penna	Arena
14. Eurico Barbosa dos Santos	MDB
15. Francisco Maranhão Japiassu	MDB
16. Genésio Borges de Andrade	Arena
17. Getúlio Vaz da Costa	Arena
18. Gilberto Santana Filho	Arena
19. Gustavo Balduino Santa Cruz	MDB
20. Iris Rezende Machado	MDB
21. Jayme Florentino de Farias	MDB
22. João Abrahão Sobrinho	MDB
23. João Carneiro de Castro Vaz	Arena
24. João Netto de Campos	MDB
25. Joaquim Batista de Abreu Cordeiro	Arena
26. José Barbosa Reis	MDB
27. José Edmar Brito Miranda	MDB
28. José Sebba	Arena
29. José Teodoro Rodrigues Filho	MDB
30. Lafaiete de Campos	MDB
31. Luziano Ferreira de Carvalho	Arena
32. Nigel Guido Spenciere	MDB
33. Olímpio Jayme	MDB
34. Osiris Teixeira	Arena
35. Oswaldo Barroso de Souza	MDB
36. Raimundo Santana Amaral	Arena
37. Sidney Ferreira	Arena
38. Vespasiano da Costa Ferreira	Arena
39. Ursulino Tavares Leão	Arena

5.6.

6ª LEGISLATURA, 1967-1971

(Eleitos em 15 de novembro de 1966)



Sidney Ferreira



Elcival Ramos Caiado



Brasília Ramos Caiado

MESA DIRETORA - 02.02.1967 a 18.03.1968

Presidente

Sidney Ferreira - Arena

1º Vice-presidente

Elcival Ramos Caiado - Arena

2º Vice-presidente	Alcyr Mendonça - Arena
1º Secretário	Getúlio Vaz da Costa - Arena
2º Secretário	Olímpio Ferreira Sobrinho - Arena
3º Secretário	Ornelo Machado - Arena
4º Secretário	Darcy Gomes Marinho - Arena

MESA DIRETORA - 18.03.1968 a 16.07.1970

Presidente	Elcival Ramos Caiado - Arena
1º Vice-presidente	Gilberto Santana Filho - Arena
2º Vice-presidente	Ataíde Rodrigues Borges - Arena
1º Secretário	Getúlio Vaz da Costa - Arena
2º Secretário	Osmar Xerxis Cabral - Arena
3º Secretário	Darcy Gomes Marinho - Arena
4º Secretário	Ugo Ribeiro Parrode - Arena

OBSERVAÇÕES

- O mandato da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa de Goiás compreendeu um exercício abrangendo o período de 18 de março de 1968 até 16 de julho de 1970, quando, em decorrência do Ato Complementar nº 49, de 27 de fevereiro de 1969, foi decretado o recesso da Assembleia Legislativa, no período de 15 de março de 1969 a 15 de julho de 1970, data em que foi realizada a instalação dos trabalhos legislativos da 4ª Legislatura;

- Osmar Xerxis Cabral renunciou à função de 2º secretário da Mesa, conforme pedido no processo nº 200/69, a partir de 3 de março de 1969.

MESA DIRETORA - 17.01.1970 a 31.01.1971

Presidente	Brasílio Ramos Caiado - Arena
1º Vice-presidente	Altamir Mendonça - Arena
2º Vice-presidente	Luziano Ferreira de Carvalho - Arena

1º Secretário	Sidney Ferreira - Arena
2º Secretário	Olímpio Ferreira Sobrinho - Arena
3º Secretário	Durval Ferreira Freitas - Arena
4º Secretário	Eliézer José Penna - Arena

COMPOSIÇÃO

01. Adail Viana Santana	Arena
02. Adão Silva	MDB
03. Alcyr Mendonça	Arena
04. Altamir Mendonça	Arena
05. Ataídes Rodrigues Borges	Arena
06. Brasília Ramos Caiado	Arena
07. Darcy Gomes Marinho	Arena
08. Edson Monteiro de Godoy	MDB
09. Elcival Ramos Caiado	Arena
10. Eurico Barbosa dos Santos	MDB
11. Francisco Maranhão Japiassu	MDB
12. Genésio Vieira de Barros	Arena
13. Getúlio Vaz da Costa	Arena
14. Gilberto Santana Filho	Arena
15. Gustavo Balduino Santa Cruz	MDB
16. Issy Quinan	Arena
17. Iturival Nascimento	MDB
18. Jesus Meirelles	Arena
19. José Alves de Assis	Arena
20. José Avelino Rocha	MDB
21. José Barbosa Reis	MDB
22. José Carneiro Vaz	Arena
23. José Edmar Brito Miranda	MDB
24. Lafaiete de Campos	MDB
25. Leão Di Ramos Caiado Filho	Arena

26. Manoel Luiz da Silva Brandão	MDB
27. Manoel Mendonça	Arena
28. Nigel Guido Spenciere	MDB
29. Olímpio Ferreira Sobrinho	Arena
30. Olímpio Jayme	MDB
31. Ornelo Machado	Arena
32. Oscar Sardinha Filho	Arena
33. Osmar Xerxis Cabral	Arena
34. Raimundo Santana Amaral	Arena
35. Sebastião Barbosa Filho	MDB
36. Sidney Ferreira	Arena
37. Tércio Caldas	Arena
38. Ugo Ribeiro Parrode	Arena
39. Ursulino Tavares Leão	Arena

OBSERVAÇÕES

- Ornelo Machado faleceu no exercício de seu mandato, e foi substituído pelo suplente Luziano Ferreira de Carvalho;
- Por ato do presidente da República, tiveram cassados os seus mandatos os seguintes deputados: Eurico Barbosa dos Santos (MDB), em 13 de março de 1969; Francisco Maranhão Japiassu (MDB), em 30 de abril de 1969; Manoel Luiz da Silva Brandão (MDB), em 8 de julho de 1970.

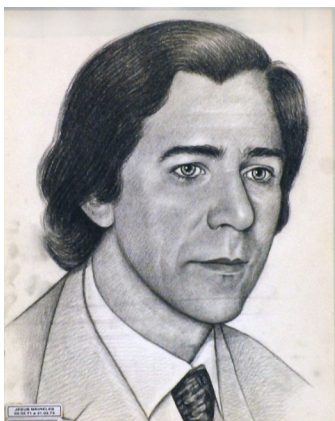
SUPLENTE DA LEGISLATURA

- Bianor Barbosa e Silva (MDB), empossado em 23 de maio de 1967, em virtude de licença concedida a Olímpio Jayme para tratamento de saúde. Reempossado em 8 de junho de 1967, em virtude de licença para tratamento de saúde concedida a Eurico Barbosa dos Santos;
- Clepino Antônio Araújo, empossado em 13 de junho de 1967, em virtude de licença concedida a Edson Godoy, por 121 dias, para tratamento de saúde;

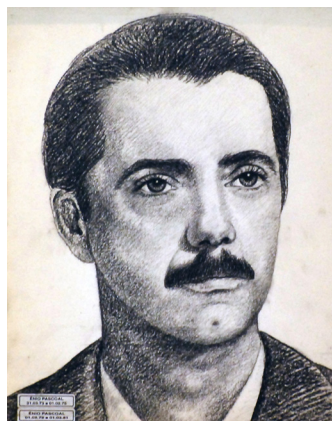
-
- Wolney Martins de Araújo (MDB), empossado em 19 de junho de 1967, em virtude de licença concedida a José Edmar Brito Miranda para tratamento de saúde;
 - Luziano Ferreira de Carvalho (Arena), empossado em 19 de junho de 1967, em virtude de licença para tratamento de saúde concedida a Gilberto Santana Filho. Reempossado em 14 de agosto de 1968, em virtude do afastamento legal e temporário de Altamir Mendonça;
 - José Batista Júnior (MDB), empossado em 19 de junho de 1967, em virtude de licença concedida a Gustavo Balduino Santa Cruz para tratamento de saúde;
 - Durval Ferreira Freitas, Orlando Ferreira de Oliveira, e Eliézer José Penna (Arena), empossados em 13 de agosto de 1968, em virtude das licenças concedidas a Raimundo Santana Amaral, Manoel Mendonça e Adail Viana Santana;
 - Geraldo Evangelista da Rocha (Arena), empossado em 20 de agosto de 1968, em virtude do afastamento legal e temporário de Genésio Vieira de Barros;
 - Heli Mesquita (Arena), empossado em 29 de agosto de 1968, em virtude do afastamento legal e temporário de Ugo Ribeiro Parrode;
 - Adailton de Oliveira Moraes (Arena), empossado em 22 de outubro de 1968, em virtude do afastamento legal e temporário de Oscar Sardinha Filho, exercendo o mandato até 7 de dezembro de 1968.

5.7. 7ª LEGISLATURA, 1971-1975

(Eleitos em 15 de novembro de 1970)



Jesus Meireles



Ênio Paschoal

MESA DIRETORA - 02.02.1971 a 31.03.1973

Presidente	Jesus Meireles - Arena
1º Vice-presidente	Antônio Pereira da Silva - Arena
2º Vice-presidente	César de Almeida Neto - Arena
1º Secretário	Alcântara Marques Palmeira - Arena
2º Secretário	Vanderlan Moura - Arena
3º Secretário	Paulo Rezek Andery - Arena
4º Secretário	Joaquim de Lima Quinta - Arena

MESA DIRETORA - 31.03.1973 a 31.01.1974

Presidente	Ênio Paschoal - Arena
1º Vice-presidente	Elcival de Ramos Caiado - Arena
2º Vice-presidente	José Alves de Assis - Arena

1º Secretário	Kleper Silva - Arena
2º Secretário	Wagner José Maria Ungarelli - Arena
3º Secretário	Domingos Valadão - Arena
4º Secretário	Manoel Mendonça - Arena

COMPOSIÇÃO

01. Adhemar Santillo	MDB
02. Alcântara Marques Palmeira	Arena
03. Antônio Pereira da Silva	Arena
04. César de Almeida Melo	Arena
05. Clarismar Fernandes dos Santos	Arena
06. Clepino Antônio de Araújo	MDB
07. Darcy Gomes Marinho	Arena
08. Derval Batista de Paiva	MDB
09. Domingos Pereira Valadão	Arena
10. Elcival Ramos Caiado	Arena
11. Ênio Paschoal	Arena
12. Enésio Vieira de Barros	Arena
13. Hélio Mauro Umbelino Lôbo	Arena
14. Iturival Nascimento	MDB
15. Jesus Meirelles	Arena
16. João Felipe Machado	MDB
17. Joaquim de Lima Quinta	Arena
18. José Alves de Assis	Arena
19. Juarez Magalhães de Almeida	MDB
20. José Avelino Rocha	MDB
21. Kleper Silva	Arena
22. Leão Di Ramos Caiado Filho	Arena
23. Lúcio Lincoln de Paiva	MDB
24. Luiz Alberto Soyer	MDB

25. Luiz Barreto Correia de Menezes Neto	Arena
26. Manoel Mendonça	Arena
27. Nelson de Castro Ribeiro	Arena
28. Osmar Xerxes Cabral	Arena
29. Paulo Rezek Andery	Arena
30. Ronaldo Jayme	MDB
31. Tércio Caldas	Arena
32. Tobias Alves Rodrigues	MDB
33. Vanderlan Moura	Arena

OBSERVAÇÕES

- Darcy Gomes Marinho (Arena) faleceu em 6 de outubro de 1973, sendo sepultado em Tocantinópolis (TO);
- Manoel Mendonça (Arena) faleceu em 8 de outubro de 1974, sendo sepultado em Hidrolândia, Goiás;
- Lúcio Lincoln de Paiva (MDB) faleceu em 25 de dezembro de 1974, em acidente automobilístico.

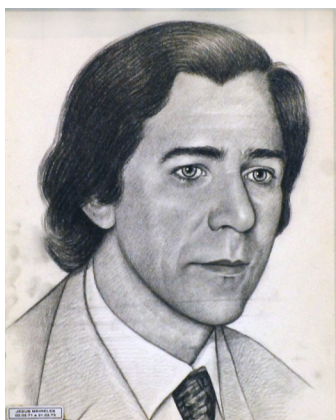
SUPLENTE DA LEGISLATURA

- Wagner José Maria Ungarelli e Issy Quinan (Arena), empossados em 16 de abril de 1971, em virtude do afastamento legal e temporário de Hélio Mauro Umbelino Lôbo e Osmar Xerxes Cabral, que assumiram, respectivamente, as Secretarias de Educação e Cultura e do Interior e Justiça;
- Altamir Mendonça (Arena), empossado em 2 de abril de 1973, em virtude do afastamento legal e temporário de Osmar Xerxes Cabral, é efetivado com a renúncia de César A. Melo, eleito prefeito municipal de Jataí;
- Wilton Rodrigues de Cerqueira (MDB), empossado em 26 de dezembro de 1974, em virtude do falecimento de Lúcio Lincoln de Paiva.

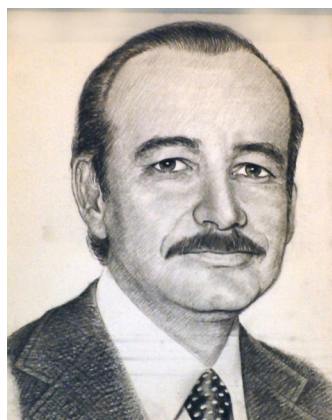
5.8.

8ª LEGISLATURA, 1975-1979

(Eleitos em 15 de novembro de 1974)



Jesus Meireles



Ibsen Henrique de Castro

MESA DIRETORA - 1º.02.1975 a 1º.03.1977

Presidente	Jesus Meirelles - Arena
1º Vice-presidente	Antônio Pereira da Silva - Arena
2º Vice-presidente	Habib Gabriel Issa - Arena
1º Secretário	Paulo Rezek Andery - Arena
2º Secretário	Domingos Venâncio de Almeida - Arena
3º Secretário	Wander Arantes de Paiva - Arena
4º Secretário	Humberto Xavier - Arena

MESA DIRETORA - 12.03.1977 a 31.01.1979

Presidente	Ibsen Henrique de Castro - Arena
1º Vice-presidente	Clarismar Fernandes - Arena

2º Vice-presidente	Manoel Libânio de Araújo - Arena
1º Secretário	Adjair de Lima e Silva - Arena
2º Secretário	Wolney Wagner Siqueira - Arena
3º Secretário	Alziro Gomes de Souza - Arena
4º Secretário	Juracy Xavier Teixeira - Arena

COMPOSIÇÃO

01. Adjair de Lima e Silva	Arena
02. Alziro Gomes de Souza	Arena
03. Antônio Pereira da Silva	Arena
04. Clarismar Fernandes dos Santos	Arena
05. Clepino Antônio de Araújo	MDB
06. Derval Batista de Paiva	MDB
07. Domingos Moni	MDB
08. Domingos Venâncio de Almeida	Arena
09. Ênio Paschoal	Arena
10. Francisco de Freitas Castro	Arena
11. Genésio Vieira de Barros	Arena
12. Getúlio de Souza	MDB
13. Habib Gabriel Issa	Arena
14. Henrique Antônio Santillo	MDB
15. Humberto Xavier	Arena
16. Ibsen Henrique de Castro	Arena
17. Iram de Almeida Saraiva	MDB
18. Jesus Meirelles	Arena
19. João Divino Dornelles	MDB
20. João Felipe Machado	MDB
21. João Neto de Campos	MDB
22. Juarez Magalhães de Almeida	MDB
23. Juracy Xavier Teixeira	Arena
24. Luiz Alberto Soyler	MDB

25. Manoel da Costa Lima	MDB
26. Manoel Libânio de Araújo	Arena
27. Mério Bezerra Cavalcante	Arena
28. Nelson de Castro Ribeiro	Arena
29. Paulo Rezek Andery	Arena
30. Raimundo Gomes Marinho	Arena
31. Sérgio Ramos Caiado	Arena
32. Tércio Caldas	Arena
33. Tobias Alves Rodrigues	MDB
34. Vicente Miguel da Silva e Souza	MDB
35. Wander Arantes de Paiva	Arena
36. Wilton Rodrigues de Cerqueira	MDB
37. Wolney Wagner Siqueira	Arena

OBSERVAÇÃO

- Vicente Miguel da Silva e Souza (MDB) assumiu o exercício do seu mandato em virtude da vaga aberta com a morte de Lúcio Lincoln de Paiva, ocorrida em 26 de dezembro de 1974.

SUPLENTES DA LEGISLATURA

- Ataíde Rodrigues Borges (Arena), empossado em 17 de março de 1975, em virtude do afastamento legal de Ênio Paschoal, para assumir a Secretaria de Estado da Administração;

- José Curado Adorno (Arena), empossado em 20 de março de 1975, em virtude do afastamento legal de Francisco de Castro, para assumir o cargo de prefeito municipal de Goiânia. Reempossado em 16 de maio de 1978;

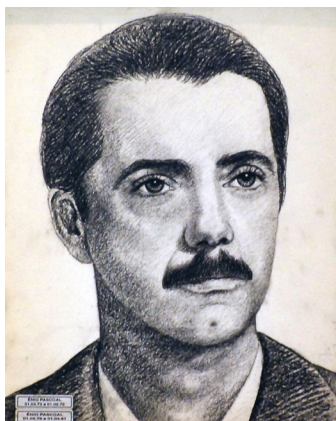
- Wagner José Maria Ungarelli (Arena), empossado em 17 de maio de 1978.

- Em maio de 1978, foram nomeados, para o Tribunal de Contas dos Municípios, em sua instalação, os seguintes deputados: Jesus Meirelles, Nelson de Castro Ribeiro, e Tércio Caldas.

5.9.

9ª LEGISLATURA, 1979-1983

(Eleitos em 15 de novembro de 1978)



Ênio Paschoal



Turmim Azevedo

MESA DIRETORA - 1º.02.1979 a 1º.03.1981

Presidente	Ênio Paschoal - PDS
1º Vice-presidente	Paulo Rezek Andery - PDS (até outubro de 1980) Hélio de Brito Júnior - Arena - PDS (eleito em outubro de 1980)
2º Vice-presidente	Derval Batista de Paiva - MDB
1º Secretário	Domingos Venâncio Almeida - PDS
2º Secretário	Hélio Seixas de Brito Júnior - PDS
3º Secretário	Vicente Miguel da Silva e Souza - MDB
4º Secretário	Manoel da Costa Lima - MDB

MESA DIRETORA - 1º.03.1981 a 31.01.1983

Presidente	Turmin Azevedo - Arena
1º Vice-presidente	Helenês Cândido - Arena
2º Vice-presidente	Alziro Gomes de Souza - Arena
1º Secretário	Juracy Xavier Teixeira - Arena
2º Secretário	Jamil Miguel - Arena
3º Secretário	Humberto Xavier - Arena
4º Secretário	César Franklin de Carvalho Aires - Arena

COMPOSIÇÃO

01. Adjair de Lima e Silva	PDS
02. Alziro Gomes de Souza	PDS
03. Aparecido Antônio de Paula	PMDB
04. Ataíde Rodrigues Borges	PDS
05. César Franklin de Carvalho Aires	PDS
06. Clarismar Fernandes dos Santos	PDS
07. Derval Batista de Paiva	PMDB
08. Domingos Venâncio de Almeida	PDS
09. Ênio Paschoal	PDS
10. Eurico Veloso do Carmo	PDS
11. Frederico Jayme Filho	PMDB
12. Gilson Machado de Araújo	PDS
13. Habib Gabriel Issa	PDS
14. Helenês Cândido	PDS
15. Hélio Seixas de Brito Júnior	PDS
16. Humberto Xavier	PDS
17. Ibsen Henrique de Castro	PDS
18. João Divino Dornelles	PMDB
19. João Felipe Machado	PMDB
20. Joaquim Domingos Roriz	PMDB

21. Joceli Machado	MDB
22. José Denisson de Souza	PDS
23. José Elias Fernandes	PMDB
24. Juarez Magalhães de Almeida	PMDB
25. Juraci Xavier Teixeira	PDS
26. Línio Ribeiro de Paiva	PMDB
27. Manoel da Costa Lima	PMDB
28. Manoel Libânio de Araújo	MDB
29. Mauro Borges Teixeira Júnior	PMDB
30. Milton Alves Ferreira	PMDB
31. Osório Leão Santa Cruz	MDB
32. Paulo Rezek Andery	PDS
33. Sérgio Ramos Caiado	PDS
34. Vicente Miguel da Silva e Souza	PMDB
35. Walterloo Araújo	PMDB
36. Wander Arantes de Paiva	PDS
37. Wolney Martins de Araújo	PMDB
38. Wolney Wagner de Siqueira	PDS

OBSERVAÇÃO

- Manoel da Costa Lima (PMDB) faleceu em 30 de outubro de 1981, em acidente aéreo.

SUPLENTES DA LEGISLATURA

- Turmin Azevedo (Arena), empossado em 16 de março de 1979, em virtude do afastamento de Ibsen Henrique de Castro, que assumiu a Secretaria da Fazenda, nessa data;

- Adilon Antônio de Souza (Arena), empossado em 14 de janeiro de 1980, na vaga de Adjar de Lima e Silva, que se licenciou para assumir o cargo de secretário de Estado de Educação e Cultura;

- Jamil Miguel (Arena), empossado em 14 de janeiro de 1980, na vaga de Wolney Wagner de Siqueira, que se licenciou para ocupar o cargo de secretário de Estado de Minas, Energia e Telecomunicações;
- Cândido Heliodoro Lopes Dourado (PMDB), empossado em 25 de março de 1980, na vaga de Wolney Martins de Araújo, nomeado prefeito de Anápolis;
- José de Sousa Dourado (PMDB), empossado em 6 de maio de 1980, na vaga decorrente do afastamento de João Felipe Machado, nomeado para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios;
- Liberato José de Almeida (MDB), empossado em 4 de junho de 1980, na vaga aberta com o afastamento de Habib Gabriel Issa, nomeado para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios;
- Gilberto de Santana Filho (Arena), empossado em 2 de outubro de 1980, na vaga aberta com a renúncia de Paulo Rezek Andery, nomeado para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios;
- Antônio Jesus Dias (Arena), empossado em 2 de outubro de 1980, na vaga aberta com a renúncia de Wander Arantes de Paiva, nomeado para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios;
- Francisco Aires da Silva Neto (Arena), empossado em 5 de maio de 1980, na vaga aberta com a renúncia de Domingos Venâncio de Almeida, nomeado para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios;
- Jacy de Campos Netto (PMDB), empossado em 4 de novembro de 1981, na vaga aberta com o falecimento de Manoel da Costa Lima.

5.10.

10ª LEGISLATURA, 1983-1987

(Eleitos em 15 de novembro de 1982)



Juarez Magalhães de Almeida



Eurico Barbosa dos Santos

MESA DIRETORA - 1º.02.1983 a 28.02.1985

Presidente	Juarez Magalhães de Almeida - PMDB
1º Vice-presidente	Milton Alves Ferreira - PMDB
2º Vice-presidente	José Edmar Brito Miranda - PMDB
1º Secretário	Walter José Rodrigues - PMDB
2º Secretário	Divino Nogueira Vargas - PMDB
3º Secretário	Mário Cavalcante - PDS
4º Secretário	José Denisson de Souza - PDS

OBSERVAÇÃO

• Walter José Rodrigues se afastou do cargo para assumir a Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, sendo substituído na 1ª Secretaria da Mesa por Ângelo Rosa, eleito em 2 de agosto de 1983.

MESA DIRETORA - 1º.03.1985 a 31.01.1987

Presidente	Eurico Barbosa dos Santos - PMDB
1º Vice-presidente	Ronaldo Jayme - PMDB
2º Vice-presidente	Aparecido Antônio de Paula - PMDB
1º Secretário	Francisco de Freitas Castro - PMDB
2º Secretário	José Elias Fernandes - PMDB
3º Secretário	Cândido Heliodoro Lopes Dourado - PDS
4º Secretário	Oton Nascimento - PFL

COMPOSIÇÃO

01. Ângelo Rosa Ribeiro	PMDB
02. Aparecido Antônio de Paula	PMDB
03. Cândido Heliodoro Lopes Dourado	PDS
04. Clarismar Fernandes dos Santos	PDS-PDC
05. Daniel Antônio de Oliveira	PMDB
06. Divino Nogueira Vargas	PMDB
07. Eurico Barbosa dos Santos	PMDB
08. Eurico Velloso do Carmo	PDS
09. Francisco de Freitas Castro	PMDB
10. Frederico Jayme Filho	PMDB
11. Hagahus Araújo e Silva	PMDB
12. Humberto Xavier	PDS
13. Ivan Ornelas	PMDB
14. Jalles Fontoura de Siqueira	PDS-PFL
15. João Natal de Almeida	PMDB
16. José Denisson de Souza	PDS
17. José Edmar Brito Miranda	PMDB
18. José Elias Fernandes	PMDB
19. José Antônio Totó Aires Cavalcante	PMDB
20. Juarez Magalhães de Almeida	PMDB

21. Luiz Alberto Maguito Vilela	PMDB
22. Manoel de Oliveira Mota	PMDB-PDS
23. Mário Bezerra Cavalcante	PDS
24. Mauro Campos Neto	PMDB
25. Milton Alves Ferreira	PMDB
26. Moisés Abrão Neto	PMDB
27. Oton Nascimento Júnior	PDS-PFL
28. Pedro Chaves Canedo	PDS-PFL
29. Radivair Miranda Machado	PMDB
30. Romualdo Santillo	PMDB
31. Ronaldo Jayme	PMDB
32. Sérgio Ramos Caiado	PDS
33. Sílvio Paschoal	PDS-PFL
34. Tarzan de Castro	PMDB-PDS
35. Turmin Azevedo	PDS
36. Valter Pereira Melo	PMDB
37. Victor Ricardo de Araújo	PMDB
38. Vilmar da Silva Rocha	PDS-PFL
39. Wagner Guimarães Nascimento	PMDB
40. Walter José Rodrigues	PMDB

OBSERVAÇÕES

- Os deputados que são citados com dois partidos foram eleitos pelo primeiro, filiando-se posteriormente na segunda sigla;
- Daniel Antônio de Oliveira entrou em licença para tratamento de saúde, por 120 dias, a partir de 26 de novembro de 1984. Reassumiu no dia 1º de março de 1985, e renunciou ao mandato de deputado estadual em 1º de janeiro de 1986, para assumir a Prefeitura de Goiânia;
- Walter Rodrigues assumiu a Secretaria da Indústria e Comércio em 15 de março de 1983, retornando ao cargo em 24 de julho de 1985.

Novamente se afastou para assumir a Secretaria da Administração, em 18 de setembro de 1985.

SUPLENTE DA LEGISLATURA

- Francisco Maranhão Japiassu (PMDB), empossado em 16 de março de 1983, na vaga de Radivair Miranda, nomeado para o cargo de secretário dos Transportes;

- Idelfonso Avelar de Carvalho (PMDB), empossado em 16 de março de 1983, na vaga de Walter José Rodrigues, nomeado para o cargo de secretário de Estado da Indústria e Comércio. Permaneceu no cargo até o final da legislatura;

- Paulo Silva Gomes (PMDB), empossado em 16 de março de 1983, na vaga de Hagahus Araújo, nomeado para o cargo de secretário do Trabalho e Desenvolvimento Social;

- Línio Ribeiro de Paiva (PMDB), empossado em 20 de abril de 1983, na vaga de João Natal de Almeida, nomeado para o cargo de secretário do Governo. Permaneceu no cargo em virtude de licença concedida a Divino Vargas, a partir de 2 de abril de 1984. Continuou no cargo em virtude de licença de Totó Cavalcante, por 120 dias, a partir de 1º de agosto de 1984. Continuou no cargo em virtude de licença para tratamento de saúde concedida a Daniel Antônio, por 120 dias, a partir de 26 de novembro de 1984, ou seja, até 1º de março de 1985. Continuou no cargo em virtude de licença concedida a Paulo Silva, a partir de 18 de março de 1985. Voltou para a suplência em 24 de julho de 1985, com o retorno de Walter José Rodrigues. Reassumiu em 25 de setembro de 1985, na vaga de Ronaldo Jayme, que licenciou por 120 dias, a partir de 25 de setembro de 1985;

- César Franklin de Carvalho Aires (PDS), empossado em 24 de agosto de 1983, na vaga de Heli Dourado, que se licenciou para tratamento de saúde, por 120 dias.

5.11. 11ª LEGISLATURA, 1987-1991

(Eleitos em 15 de novembro de 1986)



Frederico Jayme Filho



Milton Alves Ferreira



José Edimar Brito Miranda

MESA DIRETORA - 1º.02.1987 a 14.02.1989

Presidente

Frederico Jayme Filho - PMDB

1º Vice-presidente

Aparecido Antônio de Paula - PMDB

2º Vice-presidente	Wagner Guimarães Nascimento - PMDB
1º Secretário	José Alberto Borges - PMDB
2º Secretário	Carlos Rosemberg Gonçalves - PMDB
3º Secretário	Valter Pereira Melo - PDC
4º Secretário	Sílvio Paschoal - PFL

MESA DIRETORA - 15.02.1989 a 31.01.1991

Presidente	Milton Alves Ferreira - PMDB (15.02.89 a 08.05.90) José Edmar Brito Miranda - PMDB (08.05.90 a 31.01.91)
1º Vice-presidente	José Edmar Brito Miranda - PMDB
2º Vice-presidente	Cleuzita Antônia de Resende Assis - PFL
1º Secretário	Rubens Edreira Cosac - PMDB
2º Secretário	Divino Nogueira Vargas - PMDB
3º Secretário	Jamil Miguel - PDC
4º Secretário	Mário de Castro Filho - PMDB

COMPOSIÇÃO

01. Altamir Mendonça	PFL
02. Álvaro Soares Guimarães	PDC
03. Anapolino Silvério de Faria	PMDB
04. Ângelo Rosa Ribeiro	PMDB
05. Antônio Carlos de Moura Ferreira	PT
06. Antônio Faleiros Filho	PMDB
07. Aparecido Antônio de Paula	PMDB
08. Arédio Teixeira Duarte	PMDB
09. Athos Magno Costa e Silva	PT
10. Cândido Heliodoro Lopes Dourado	PDC
11. Carlos Rosemberg Gonçalves	PMDB

12. Cleuzita Antônia de Resende Assis	PFL
13. Divino Nogueira Vargas	PMDB
14. Eurico Barbosa dos Santos	PMDB
15. Frederico Jayme Filho	PMDB
16. Hagahus Araújo e Silva	PMDB
17. Jamil Miguel	PDC
18. João Batista de Jesus Ribeiro	PFL
19. João Lisboa da Cruz	PMDB
20. José Alberto Borges	PMDB
21. José Antônio Totó Aires Cavalcante	PMDB
22. José Edmar Brito Miranda	PMDB
23. José Roriz Aguiar	PMDB
24. Manoel José de Oliveira	PMDB
25. Maria da Conceição Gayer	PDC
26. Mário de Castro Filho	PMDB
27. Mauro Antônio Bento	PMDB
28. Milton Alves Ferreira	PMDB
29. Nerivaldo Costa	PDC
30. Paulo Reis Vieira	PDS
31. Romualdo Santillo	PMDB
32. Ronaldo Jayme	PMDB
33. Rubens Edreira Cosac	PMDB
34. Sílvio Paschoal	PFL
35. Solon Batista Amaral	PMDB
36. Valter Pereira Melo	PDC
37. Victor Ricardo de Araújo	PMDB
38. Vilmar da Silva Rocha	PFL
39. Virmondes Borges Cruvinel	PMDB
40. Wagner Guimarães Nascimento	PMDB
41. Walter José Rodrigues	PMDB

OBSERVAÇÕES:

- Renunciaram ao mandato os seguintes deputados: José Roriz Aguiar, em 1º de janeiro de 1989, para assumir a Prefeitura de Luziânia; Milton Alves, em 8 de maio de 1990, para assumir o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Goiás; Valter Pereira Melo, em 1º de janeiro de 1989, para assumir o cargo de prefeito de Ceres; Aparecido Antônio de Paula, em 4 de outubro de 1988, para assumir o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios; Mauro Antônio Bento, em 31 de dezembro de 1988, para assumir o cargo de prefeito de Jataí, Goiás; Edmundo Galdino da Silva, em 2 de fevereiro de 1989, por ter sido eleito deputado federal pelo Estado do Tocantins; Eurico Barbosa dos Santos, em 28 de março de 1990, para assumir o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado; Frederico Jayme Filho, em 30 de março de 1989, para assumir o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado; João Batista de Jesus Ribeiro, em 1º de janeiro de 1989, para assumir o cargo de prefeito de Araguaína, Tocantins; João Lisboa da Cruz, em 1º de janeiro de 1989, para assumir o cargo de prefeito de Gurupi, Goiás; Anapolino Silvério de Faria, em 1º de janeiro de 1989, para assumir o cargo de prefeito de Anápolis, Goiás.

FALECERAM NO EXERCÍCIO DO MANDATO

- Paulo Reis Vieira, em 10 de dezembro de 1989;
- Solon Batista Amaral, em 30 de dezembro de 1990, em acidente automobilístico.

SUPLENTE DA LEGISLATURA

- Francisco de Freitas Castro (PMDB), empossado em 16 de março de 1987, exerceu o mandato até o final da Legislatura;
- Osmar Xerxes Cabral (PMDB), empossado em 16 de março de 1987;
- Edmundo Galdino da Silva (PMDB), empossado em 16 de março de 1987;

-
- Agenor Rodrigues de Rezende (PMDB), empossado em 17 de março de 1987;
 - Sebastião Lemes Viana (PMDB), empossado em 17 de março de 1987;
 - Wolney Martins de Araújo (PMDB), empossado em 17 de março de 1987;
 - José Denisson de Souza (PDC), empossado em 31 de agosto de 1987;
 - Geraldo Alves de Souza (PMDB), empossado em 9 de setembro de 1988;
 - Warner Carlos Prestes (PMDB), empossado em 4 de outubro de 1988;
 - Mauro Campos Netto (PMDB), empossado em 2 de janeiro de 1989;
 - George Hidasí (PMDB), empossado em 2 de janeiro de 1989;
 - Paulo Sebastião Ribeiro (PMDB), empossado em 2 de janeiro de 1989;
 - Benevindo Ferreira Lopo (PMDB), empossado em 2 de janeiro de 1989;
 - Célio Costa (PMDB), empossado em 2 de janeiro de 1989;
 - Ataíde Rodrigues Borges (PMDB), empossado em 2 de janeiro de 1989;
 - Oswaldo França Rezende (PMDB), empossado em 2 de janeiro de 1989;
 - Oswaldo da Silva Batista (PDC), empossado em 9 de abril de 1990.

5.12.

12ª LEGISLATURA, 1991-1995

(Eleitos em 3 de outubro de 1990)



Rubens Edreira Cosac



Agenor Rodrigues Rezende



Nerivaldo Costa

MESA DIRETORA - 1º.02.1991 a 31.01.1993

Presidente

Rubens Edreira Cosac - PMDB

1º Vice-presidente

Edivaldo Augusto Borges - PSDB

2º Vice-presidente	Orcino Gonçalves da Silva - PRN
1º Secretário	Sodino Vieira de Carvalho - PMDB
2º Secretário	Amarildo Alves de Oliveira - PDT
3º Secretário	Cleovan Siqueira Amorim - PL
4º Secretário	Carlos Hassel Mendes da Silva - PMDB

MESA DIRETORA - 1º.02.1993 a 31.01.1995

Presidente	Agenor Rodrigues Rezende - PMDB (01.02.1993 a 02.04.1994) Nerivaldo Costa - PDC (02.04.1994 a 31.01.1995)
1º Vice-presidente	Nerivaldo Costa - PDC
2º Vice-presidente	Warner Carlos Prestes - PMDB
1º Secretário	Josias Gonzaga Cardoso - PMDB
2º Secretário	José Antônio da Silva Sobrinho - PMDB
3º Secretário	Álvaro Peixoto de Oliveira - PL
4º Secretário	Ézio Gomes - PFL

OBSERVAÇÃO

• Agenor Rodrigues Rezende assume o Governo do Estado de Goiás de abril de 1994 até 1º de janeiro de 1995, completando a gestão de Íris Rezende Machado, que se afasta para candidatar-se ao Senado da República.

COMPOSIÇÃO

01. Agenor Rodrigues Rezende	PMDB
02. Alcides Rodrigues Filho	PDC
03. Álvaro Peixoto de Oliveira	PL
04. Amarildo Alves de Oliveira	PDT
05. Athos Magno Costa e Silva	PT
06. Ayr Nasser	PDC

07. Carlos Hassel Mendes da Silva	PMDB
08. Cleovan Siqueira Amorim	PL
09. Darci Accorsi	PT
10. Denise Aparecida Carvalho	PC DO B
11. Edivaldo Augusto Borges	PSDB
12. Ézio Gomes	PFL
13. Iron Jayme do Nascimento	PMDB
14. Isaac Antônio de Moraes Portilho	PDC
15. João Sandes Júnior	PSDB
16. João Telles de Menezes	PFL
17. Joaquim Tomaz de Arquino	PMDB
18. José Antônio da Silva Sobrinho	PMDB
19. José Essado Neto	PMDB
20. Josias Gonzaga Cardoso	PMDB
21. Jossivani de Oliveira	PMDB
22. Jovair Oliveira Arantes	PMDB
23. Kleber Branquinho Adorno	PSDB
24. Marconi Ferreira Perillo Júnior	PMDB
25. Mário de Castro Filho	PMDB
26. Nerivaldo Costa	PDC
27. Orcino Gonçalves da Silva	PRN
28. Osmar de Lima Magalhães	PT
29. Romilton Rodrigues de Moraes	PMDB
30. Rubens Edreira Cosac	PMDB
31. Saburo Buró Hayasaki	PDC
32. Sandoval Moreira Mariano	PDC
33. Sandro Antônio Scodro (Mabel)	PMDB
34. Sebastião Augusto Barbosa Neto	PMDB
35. Sodino Vieira de Carvalho	PMDB
36. Vanda Lúcia Dias Melo	PRN
37. Vanderval Lima Ferreira	PDS

38. Wagner Donizeti Villela	PSD
39. Waldemir Xerife Sousa Guimarães	PMDB
40. Warner Carlos Prestes	PMDB
41. Wolney Martins de Araújo	PDS

SUPLENTES DA LEGISLATURA

- Norberto Teixeira (PMDB), empossado em 18 de março de 1991, na vaga de Jossivani de Oliveira, que se afastou; reassumiu em 30 de junho de 1992, na vaga de Sandro Mabel, que entrou em licença; renunciou ao mandato de deputado em 1º de janeiro de 1993, para assumir a Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia;

- Arédio Teixeira Duarte (PMDB), empossado em 18 de março de 1991, na vaga de José Essado, até 31 de dezembro de 1991; reassumiu em 30 de junho de 1992, na vaga de Norberto Teixeira, efetivando-se em 1º de janeiro de 1993, com a renúncia de Sodino Vieira, que assumiu o cargo de Prefeito Municipal de Quirinópolis;

- Nelson Antônio (PMDB), empossado em 18 de março de 1991, na vaga de Joaquim Tomaz, afastou-se em 1º de janeiro de 1992, com o retorno do seu titular;

- Gildomar Gonçalves, empossado em 18 de março de 1991, na vaga de Cleovan Siqueira, afastou-se do cargo em 20 de novembro de 1991, com o retorno de seu titular;

- Rubens Otoni Gomide (PT), empossado em 26 de novembro de 1991, na vaga de Osmar Magalhães, afastou-se em 19 de março de 1992, com o retorno do seu titular; reassumiu em 26 de junho de 1992, na vaga de Darci Accorsi; reassumiu definitivamente em 1º de janeiro de 1993, com a renúncia de Darci Accorsi, que assumiu o cargo de prefeito de Goiânia;

- Humberto Aidar (PT), empossado em 4 de agosto de 1992, na vaga de Jovair Arantes, em licença por 120 dias para tratar de interesse particular; reassumiu em 1º de janeiro de 1993, em caráter efetivo, com a renúncia de Jovair Arantes, eleito vice-prefeito de Goiânia;

- Cleuzita Antônia de Rezende Assis, empossada em 5 de agosto de 1992, na vaga de Wagner Donizeti Villela, em licença por 121 dias para tratar de interesse particular; reassumiu como efetiva em 1º de agosto de 1993, com a renúncia de Alcides Rodrigues, eleito prefeito de Santa Helena de Goiás;
- Carlos Alberto Silva (PSDB), empossado em 20 de agosto de 1992, na vaga de João Sandes Júnior, em licença para tratar de interesse particular, a partir de 3 de agosto de 1992; reassumiu em 1º de janeiro de 1993, em virtude do afastamento de Kleber Adorno, que assumiu a Secretaria Municipal da Cultura, e afastou-se em 16 de abril de 1994, com o retorno do titular;
- Ademar Alves Amorim, empossado em 1º de janeiro de 1993, afastou-se em 5 de abril de 1994, para assumir a Secretaria de Ação Social, retomando em 1º de janeiro de 1995 e permanecendo até o término da Legislatura;
- Jamil Miguel (PDC), empossado em 13 de janeiro de 1993, e, nesta mesma data, afastou-se para assumir a Secretaria Extraordinária do Governo. Retornou em 3 de abril de 1994 e entrou de licença, a partir desta data, por 120 dias, para tratar de interesse particular, e prorrogou-as até o término da Legislatura;
- José Eduardo Silva Nascimento (PRN), empossado em 13 de janeiro de 1993, afastou-se em 5 de agosto de 1994, com o retorno de Orcino Gonçalves;
- Luiz José Bittencourt (PDC), empossado em 13 de janeiro de 1993, na vaga de Jamil Miguel, afastou-se do cargo em 5 de agosto de 1994, com o retorno do titular; reassumiu em 17 de agosto de 1994, com a licença de Jamil Miguel, por 121 dias, a partir de 8 de agosto de 1994, e se afastou novamente em 1º de janeiro de 1995, com o retorno de Ademar Amorim, que permaneceu no cargo até o final da Legislatura;
- Helenês Cândido (PMDB), empossado em 4 de abril de 1994, na vaga de Agenor Rodrigues de Rezende, que renunciou ao seu mandato em 2 de abril de 1994, para assumir o cargo de governador do Estado de Goiás, efetiva-se até o final da Legislatura;

-
- Sebastião Joaquim Ferreira Neto Tejota (PMDB), empossado em 13 de abril de 1994, na vaga de Waldemir Xerife, que renunciou ao seu mandato para assumir o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios, efetiva-se até o término da Legislatura;
 - Ariacy de Alencar (PL), empossado em 1º de agosto de 1994, na vaga de Cleovan Siqueira, que requereu licença, afastou-se do cargo em 3 de novembro de 1994, com o retorno do seu titular;
 - Antônio Carlos de Moura Ferreira (PT), empossado em 28 de novembro de 1994, na vaga de Athos Magno, que assumiu o cargo de secretário municipal da Educação, exercendo suas funções até o término da Legislatura;
 - Romualdo Santillo, empossado em 2 de janeiro de 1995, exercendo suas funções até o término da Legislatura;
 - Carlos Luz Elias, empossado em 2 de janeiro de 1995, exercendo suas funções até o término da Legislatura.

5.13.

13ª LEGISLATURA, 1995-1999

(Eleitos em 3 de outubro de 1994)



Luiz José Bittencourt



Helenês Cândido

MESA DIRETORA - BIÊNIO 1994-1995

Presidente	Luiz José Bittencourt - PMDB
1º Vice-presidente	Carlos Luz - PSD
2º Vice-presidente	Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota - PSDB
1º Secretário	José Nelto Lagares das Mercês - PL
2º Secretário	Mara Merly de Pina Naves - PMDB
3º Secretário	José Humberto Aidar - PT
4º Secretário	Sebastião Monteiro Guimarães Filho - PPR-PPB

MESA DIRETORA - BIÊNIO 1997-1998

Presidente	Helenês Cândido - PMDB
1º Vice-presidente	Paulo Rodrigues de Freitas - PSB

2º Vice-presidente	Valdi Camércio Bezerra - PT
1º Secretário	José Silveira Lima - PL
2º Secretário	Dária Alves Rodrigues - PMDB
3º Secretário	José Luciano da Fonseca - PSDB
4º Secretário	Luiz Antônio Caiado Guedes de Amorim - PFL

OBSERVAÇÃO

• O deputado Helenês Cândido assume o Governo do Estado de Goiás em 24 de novembro de 1998, permanecendo até 1º de janeiro de 1999, a fim de completar a gestão de Maguito Vilela, que se afasta para candidatar-se ao Senado da República.

COMPOSIÇÃO

01. Abdul Hamid Sebba	PL
02. Aluzair Rosa dos Santos	PPR
03. Antonino Camilo de Andrade	PL
04. Carlos Luz Elias	PSD
05. Dária Alves Rodrigues	PMDB
06. Denise Aparecida Carvalho	PC DO B
07. Doriocan José dos Santos	PP
08. Eurípedes Pereira Ferreira	PTB
09. Francisco Bento da Silva	PSD
10. Francisco Roberto Tomazinni	PMDB
11. Geovan Freitas Carvalho	PL
12. Helenês Cândido	PMDB
13. Helio Antônio de Sousa	PFL
14. Ibsen Henrique de Castro	PPR
15. João Sandes Júnior	PFL
16. José Essado Neto	PMDB
17. José Humberto Aidar	PT

18. José Lopes	PT
19. José Luciano da Fonseca	PSDB
20. José Nelto Lagares das Mercês	PL
21. José Silveira Lima	PL
22. Jossivani de Oliveira	PMDB
23. Liosmar Evaristo Mendanha	PMDB
24. Luiz Antônio Caiado Guedes de Amorim	PFL
25. Luiz José Bittencourt	PMDB
26. Luiz Teixeira Chaves	PP
27. Mara Merly de Pina Naves	PMDB
28. Mário Miguel Ghannam	PMDB
29. Nei Dias Percussor	PSDB
30. Nelci Silva Spadoni	PPR
31. Odair de Resende	PFL
32. Onaide Silva Santillo	PP
33. Paulo Rodrigues de Freitas	PSD
34. Paulo Serrano Borges	PSDB
35. Pedro Pinheiro Chaves	PMDB
36. Ricardo Yano	PSD
37. Romilton Rodrigues de Moraes	PMDB
38. Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota	PSDB
39. Sebastião Monteiro Guimarães Filho	PPR
40. Tito Coelho Cardoso	PSD
41. Valdi Camércio Bezerra	PT

OBSERVAÇÕES

- Ibsen Henrique de Castro desligou-se do PPR em 16 de fevereiro de 1995 e filiou-se ao PMDB em 21 de novembro de 1995;

- Onaide Silva Santillo desligou-se do PP e filiou-se ao PSD em 27 de setembro de 1995;

- Luiz Teixeira Chaves desligou-se do PP e filiou-se ao PSD em 18 de dezembro de 1995;
- Doriocan José dos Santos, do PP, Nelci Silva Spadoni, Aluzair Rosa dos Santos e Sebastião Monteiro Guimarães Filho, do PPR, filiaram-se ao PPB, partido criado em 14 de setembro de 1995;
- Cairo Ferreira Batista desligou-se do PSD e filiou-se ao PMDB em 13 de dezembro de 1995;
- João Sandes Júnior desligou-se do PFL em 11 de junho de 1996 e anunciou seu ingresso no PMDB;
- Carlos Luz Elias desligou-se do PSD em 11 de novembro de 1998;
- Ézio Gomes filiou-se ao PSD em 16 de junho de 1997;
- José Lopes desligou-se do PT em 2 de janeiro de 1997 e filiou-se ao PSDB em 17 de fevereiro de 1997.

SUPLENTE DA LEGISLATURA

- Roldão Ernesto de Rezende (PMDB), empossado em 1º de fevereiro de 1995, na vaga de Romilton Rodrigues de Moraes, que se afastou para assumir a Secretaria de Estado da Fazenda;
- Wagner Donizeti Villela (PMDB), empossado em 1º de fevereiro de 1995, na vaga de Pedro Pinheiro Chaves, que se afastou para assumir a Secretaria de Estado dos Transportes;
- Adib Elias Júnior (PL), empossado em 1º de fevereiro de 1995, na vaga de Antonino Camilo de Andrade, que se afastou para assumir a Secretaria de Estado do Entorno de Brasília e Nordeste goiano;
- Cairo Ferreira Batista (PSD), empossado em 18 de abril de 1995, na vaga de Ricardo Yano, que se afastou para assumir a Secretaria de Estado de Esportes e Lazer;

- Carlos Alberto Silva (PSDB), empossado em 11 de abril de 1996, na vaga de Luiz Teixeira Chaves, que requereu licença para tratar de interesse particular, no período de 1º de abril a 30 de outubro de 1996;
- Telmo de Loyola, da Coligação PPR/PFL, foi empossado em 2 de janeiro de 1997, na vaga de Nelci Spadoni, que renunciou ao seu mandato para assumir a Prefeitura de Rio Verde, efetivando-se até o final desta Legislatura, em 31 de janeiro de 1999;
- Ézio Gomes, da Coligação PPR/PFL, empossado em 2 de janeiro de 1997, na vaga de Odair Resende, que renunciou ao seu mandato para assumir a Prefeitura de Quirinópolis, efetivando-se até o final desta Legislatura;
- Cléver Marques, da Coligação PSC/PSD, empossado em 2 de janeiro de 1997, na vaga de Tito Coelho, que renunciou ao seu mandato para assumir a Prefeitura de Itapuranga, efetivando-se até o término desta Legislatura;
- Lívio Luciano Carneiro de Queiroz, da Coligação PSC/PSD, foi empossado em 2 de janeiro de 1997, em virtude da renúncia de Cairo Batista, para assumir a Prefeitura de Itumbiara, o qual ocupava vaga do deputado Ricardo Yano, que exercia, nesta data, o cargo de secretário de Estado de Esportes e Lazer. Portanto, essa vaga deveria ser preenchida pelo suplente Antônio Carlos Gonçalves Ferreira, por sua vez eleito prefeito de Petrolina de Goiás. Em 2 de abril de 1998, voltou à suplência com o retorno de seu titular, Ricardo Yano;
- Carlos Alberto Silva, da Coligação PTB/PP/PSDB, empossado em 2 de janeiro de 1997, na vaga de Luiz Teixeira, que renunciou ao seu mandato para assumir a Prefeitura de Niquelândia, efetivando-se até o término da Legislatura;
- Vanda Lúcia Dias Melo, pela Coligação PTB/PP/PSDB, empossada em 2 de janeiro de 1997, na vaga de Eurípedes Pereira, que renunciou ao seu mandato para assumir a Prefeitura de Catalão. Essa vaga deveria ser preenchida por Carlos Henrique Santillo, que renunciou ao cargo de deputado estadual;

- Eduardo Rios Cardoso, da Coligação PPR/PFL, empossado em 3 de janeiro de 1997, na vaga de Helio de Sousa, que renunciou ao seu mandato para assumir a Prefeitura de Goianésia. Essa vaga deveria ser preenchida por Anselmo Pereira da Silva Sobrinho, que optou pelo exercício do mandato de vereador e, com isso, renunciou ao cargo de deputado estadual;

- Geraldo Lemos Scarulles (PMDB), empossado em 9 de junho de 1997, na vaga de Luiz Bittencourt, que se afastou para assumir a Secretaria de Ciência e Tecnologia, voltando à suplência em 23 de dezembro de 1997, com o retorno de Romilton Moraes;

- Wagner Donizeti Villela (PMDB) voltou à suplência em 2 de abril de 1998, com o retorno de Pedro Chaves. Em 14 de abril de 1998, reassumiu o cargo e efetivou-se na vaga de Jossivani de Oliveira, que renunciou ao seu mandato para exercer o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios;

- Orlando Roriz (PP), empossado em 19 de agosto de 1998, na vaga de Onaide Santillo, que requereu licença para tratar de interesse particular, por 121 dias, e afastou-se do cargo em 18 de dezembro de 1998, com o retorno de Onaide Santillo;

- Sandoval Moreira Mariano (PPB), empossado em 5 de janeiro de 1999, na vaga de Sebastião Monteiro, que se afastou para assumir o cargo de secretário de Estado dos Transportes e Obras Públicas, e permaneceu no cargo até o final desta Legislatura;

- Roldão Ernesto de Rezende (PMDB) voltou à suplência no dia 1º de abril de 1998, com o retorno de Luiz Bittencourt. Reassumiu o cargo no dia 24 de novembro de 1998, permanecendo até o término desta Legislatura, na vaga do deputado Helenês Cândido, que assumiu o cargo de Governador do Estado de Goiás;

- Paulo Rodrigues de Freitas assumiu a presidência da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás em 24 de novembro de 1998, permanecendo nesse cargo até o término desta Legislatura;

- Luiz José Bittencourt, em 24 de maio de 1997, afastou-se da Assembleia Legislativa para assumir a Secretaria de Ciência e Tecnologia.

Reassumiu o cargo no dia 1º de abril de 1998, exercendo suas funções até o término desta Legislatura;

- Antonino Camilo de Andrade reassumiu o cargo no dia 30 de janeiro de 1998 e exerceu suas funções até o término desta Legislatura, voltando à suplência o deputado Adib Elias;

- Romilton Rodrigues de Moraes reassumiu o cargo em 23 de dezembro de 1997, permanecendo até o término desta Legislatura;

- Helenês Cândido, em 24 de novembro de 1998, assumiu o cargo de Governador do Estado, permanecendo até o dia 31 de dezembro de 1998.

5.14.

14ª LEGISLATURA, 1999-2003

(Eleitos em 4 de outubro de 1998)



Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejeta

MESA DIRETORA - BIÊNIO 1999-2000

(1º.02.1999 a 31.01.2001)

Presidente	Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejeta - PSDB
1º Vice-presidente	George Moraes Ferreira - PSD/PSDB
2º Vice-presidente	Rubens Otoni Gomide - PT
1º Secretário	Geraldo Lemos Scarulles - PMDB/PTB
2º Secretário	Rosiron Wayne de Oliveira - PST
3º Secretário	Maria Roselene Deusdará Cruvinel - PMDB/PSDB
4º Secretário	Célio Antônio da Silveira - PFL

MESA DIRETORA - BIÊNIO 2001-2002**(1º.02.2001 a 31.01.2003)**

Presidente	Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota - PSDB (até 1º de janeiro de 2003) Abdul Hamid Sebba - PL
1º Vice-presidente	Abdul Hamid Sebba - PL
2º Vice-presidente	Lamis Chedraoui Cosac - PMDB/PSDB
1º Secretário	Iram de Almeida Saraiva Júnior - PMDB
2º Secretário	Célio Antônio da Silveira - PFL
3º Secretário	João Sandes Júnior - PMDB/PPB
4º Secretário	Rogério Carlos Troncoso Chaves - PMDB

COMPOSIÇÃO

01. Abdul Hamid Sebba	PL
02. Adib Elias Júnior	PMDB
03. Afrêni Gonçalves Leite	PST
04. Agenor de Castro Curado	PL/PSL/PHS
05. Antonino Camilo de Andrade	PL
06. Antônio Ribeiro Borges	PMDB
07. Benedito Lopes Marinho	PSDB
08. Célio Antônio da Silveira	PFL
09. Denise Aparecida Carvalho	PC do B
10. George Morais Ferreira	PSD/PSDB
11. Geraldo Lemos Scarulles	PMDB/PTB
12. Gilberto Batista Naves	PMDB
13. Helder Valin Barbosa	PSD/PSDB
14. Honor Cruvinel de Oliveira	PSDB
15. Iram de Almeida Saraiva Júnior	PMDB

16. Jalles Fontoura de Siqueira	PFL
17. Jardel Sebba	PL
18. João Sandes Júnior	PMDB/PPB
19. José Essado Neto	PMDB
20. José Luciano da Fonseca	PSDB
21. José Nelto Lagares das Mercês	PMDB
22. Kennedy de Sousa Trindade	PMDB
23. Lamis Chedraoui Cosac	PMDB/PSDB
24. Lila Maria Spadoni Lemes	PPB/PFL
25. Liosmar Evaristo Mendanha	PMDB
26. Lívio Luciano Carneiro de Queiroz	PSD/PSL
27. Luiz Gonzaga Carneiro de Moura	PSDB
28. Marcelo de Araújo Melo	PMDB
29. Maria Isaura Lemos	PDT
30. Maria Roselene Deusdará Cruvinel	PMDB/PSDB
31. Nédio Leite de Assunção	PPB
32. Nelson Antônio da Silva	PMDB/PPS
33. Onaide Silva Santillo	PMDB
34. Paulo Rodrigues de Freitas	PSD
35. Rogério Carlos Troncoso Chaves	PMDB
36. Ronildo Naves de Oliveira	PSC
37. Rosiron Wayne de Oliveira	PST
38. Rubens Otoni Gomide	PT
39. Samuel Guilsimar de Almeida	PSDB
40. Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejeta	PSDB
41. Sebastião Monteiro Guimarães Filho	PPB

Nota: Os deputados que são citados com dois partidos foram eleitos pelo primeiro, filiando-se, posteriormente, ao segundo.

OBSERVAÇÕES

- Agenor de Castro Curado, em 11 de fevereiro de 1999, desligou-se do PL e filiou-se ao PSL. Em 19 de fevereiro de 2001, filiou-se ao PHS (Partido Humanista da Solidariedade);
- George Morais Ferreira desligou-se do PSD em 29 de setembro de 1999, e filiou-se ao PSDB em 30 de setembro de 1999;
- Geraldo Lemos Scarulles desligou-se do PMDB em 23 de setembro de 1999, e filiou-se ao PTB em 18 de dezembro de 1999;
- Helder Valin Barbosa desligou-se do PSD em 3 de março de 1999, e filiou-se ao PSDB em 9 de abril de 1999;
- Honor Cruvinel de Oliveira assumiu a Secretaria de Cidadania e Trabalho em 2 de fevereiro de 1999. Em 1º de janeiro de 2002, retornou às suas atividades parlamentares, voltando à suplência Júlio Lopes Carrijo;
- Jalles Fontoura de Siqueira assumiu a pasta da Secretaria da Fazenda em 2 de fevereiro de 1999. Em 1º de janeiro de 2002, retornou às suas atividades parlamentares, voltando à suplência Raquel Mendes Vieira Rodrigues;
- João Sandes Júnior desligou-se do PMDB em 18 de junho de 1999, e ingressou no PPB em 29 de junho de 1999. Afastou-se do PPB em 10 de setembro de 2000, retornando, posteriormente, ao partido;
- Lamis Chedraoui Cosac desligou-se do PMDB em 2 de março de 1999, e filiou-se ao PSDB em 28 de setembro de 1999;
- Lila Maria Spadoni Lemes desligou-se do PPB em 15 de setembro de 1999, e filiou-se ao PFL em 30 de setembro de 1999;
- Lívio Luciano Carneiro de Queiroz desligou-se do PSD em 25 de fevereiro de 1999, indo para o PSL, e retornou ao PSD em 14 de abril de 1999;
- Maria Roselene Deusdará Cruvinel desligou-se do PMDB em 2 de março de 1999, e filiou-se ao PSDB em 30 de setembro de 1999;

- Nelson Antônio da Silva desligou-se do PMDB em 23 de fevereiro de 1999, e filiou-se ao PPS em 5 de março de 1999. Requereu licença para tratamento de saúde, por 121 dias, contados a partir de 3 de outubro de 2001, tendo sido vencida em 31 de janeiro de 2002. Prorrogou-a por mais 121 dias, de 1º de fevereiro de 2002 até 1º de junho de 2002. Permaneceu em sua vaga Iso Moreira. Em 2 de junho de 2002, reassumiu suas funções voltando à suplência Iso Moreira;

- Sebastião Monteiro Guimarães Filho, em 2 de fevereiro de 1999, licenciou-se do cargo para assumir a Secretaria de Estado dos Transportes e Obras Públicas, ocupando sua vaga José Lopes. Em 12 de novembro de 1999, assumiu a Secretaria Extraordinária de Coordenação Política. Retornou às atividades parlamentares no dia 31 de maio de 2000, voltando à suplência Nilo Resende. Em 16 de outubro de 2000, afastou-se do cargo, em virtude de sua nomeação como secretário Extraordinário do Governo, retornando à Casa Júlio Carrijo. Renunciou ao cargo em 1º de janeiro de 2001, para assumir a Prefeitura de Formosa, efetivando-se o suplente Carlos Alberto;

- Célio Antônio da Silveira, em 28 de julho de 2000, afastou-se do cargo em virtude de sua nomeação para a Secretaria Extraordinária do Governo, assumindo sua vaga o suplente Nilo Resende, em 3 de agosto de 2000. Em 3 de outubro de 2000, Célio Silveira, que se exonerara do cargo de secretário Extraordinário da Governadoria do Estado, retornou às atividades parlamentares e, com isso, Júlio Carrijo voltou à suplência;

- José Luciano faleceu durante o exercício do mandato, no dia 10 de setembro de 2000, sendo substituído por Júlio Lopes Carrijo, que permaneceu no cargo até o dia 3 de outubro de 2000, em virtude do retorno de Célio Silveira. Em 16 de outubro de 2000, retornou às atividades parlamentares, devido à nomeação de Sebastião Monteiro à Secretaria de Estado Extraordinária;

- Ronildo Naves faleceu durante o exercício do mandato, no dia 20 de setembro de 2000, sendo substituído por Marcos de Moura Cardoso, que se efetivou a partir desta data;

- Antonino Andrade requereu licença para tratamento de saúde por 121 dias, a partir do dia 10 de agosto de 2000. Assumiu sua vaga Álvaro

Soares Guimarães (PL), que voltou à suplência em 11 de dezembro de 2000, com o retorno do titular. Requeriu nova licença para tratamento de saúde, por 121 dias, contados a partir de 1º de março de 2002, até 29 de junho de 2002. Reassume a sua vaga Álvaro Guimarães, que permaneceu no cargo em virtude da prorrogação da licença para tratamento de saúde de Antonino Andrade, por mais 121 dias, a partir de 1º de julho de 2002;

- Kennedy Trindade desligou-se do PMDB em 22 de fevereiro de 2001. Em julho de 2001, filiou-se ao PSB - Partido Socialista Brasileiro;

- Rosiron Wayne foi expulso do PST em abril de 2001; em 3 de maio de 2001, filiou-se ao PSC. Requeriu licença para tratamento de saúde por 125 dias, a partir de 4 de junho de 2002, ocupando sua vaga Antônio Uchoa Sobrinho (PSC), em 6 de junho de 2002. Vencida sua licença em 16 de outubro de 2002, prorrogou-a por mais 125 dias. Em virtude do término dessa Legislatura, Antônio Uchoa permaneceu no cargo até o final da mesma, em 31 de janeiro de 2003;

- Afrêni Gonçalves filiou-se ao PSDB em 21 de setembro de 2001;

- Jardel Sebba filiou-se ao PSDB em 5 de outubro de 2001;

- Paulo Rodrigues renuncia ao mandato no dia 31 de outubro de 2001, para assumir o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios, na vaga decorrente da aposentadoria do conselheiro Waldemir Xerife, assumindo sua vaga Ézio Gomes;

- Marcelo Melo assumiu a liderança do PMDB em 19 de fevereiro de 2002;

- Abdul Sebba assumiu o cargo de presidente da Assembleia Legislativa no dia 7 de janeiro de 2003 e permaneceu até 31 de janeiro de 2003, em virtude da renúncia do deputado Sebastião Tejota, para assumir o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

SUPLENTE DA LEGISLATURA

- José Lopes (PSDB), empossado em 2 de fevereiro de 1999, na vaga de Sebastião Monteiro, que se afastou para assumir o cargo de secretário de Estado dos Transportes e Obras Públicas, e foi efetivado com o falecimento de José Luciano, ocorrido em 10 de setembro de 2000;

- Carlos Alberto Silva (PSDB), empossado em 2 de fevereiro de 1999, na vaga de Honor Cruvinel de Oliveira, que se afastou para assumir a Secretaria de Cidadania e Trabalho. Efetivou-se na vaga de Sebastião Monteiro, em 2 de janeiro de 2001, que renunciou ao cargo para assumir a Prefeitura Municipal de Formosa;

- Nilo Sérgio de Resende Neto (PFL), empossado em 2 de fevereiro de 1999, na vaga de Jalles Fontoura de Siqueira, que se afastou para assumir o cargo de secretário da Fazenda. Em 31 de maio de 2000, voltou à suplência em virtude do retorno de Sebastião Monteiro. Reassumiu o mandato de parlamentar no dia 3 de agosto de 2000, em virtude da nomeação de Célio Silveira à Secretaria de Estado Extraordinário, no dia 28 de julho de 2000. Foi efetivado em 2 de janeiro de 2001, na vaga de Luiz Moura, que renunciou ao cargo para assumir a Prefeitura Municipal de Itumbiara;

- Álvaro Soares Guimarães (PL), empossado em 11 de agosto de 2000, em virtude de licença concedida a Antonino Andrade, para tratamento de saúde, por 121 dias. Voltou à suplência em 11 de dezembro de 2000, data final do período de licenciamento de Antonino Andrade. Reassume suas funções parlamentares em 12 de março de 2002, com a nova licença concedida a Antonino Andrade, a partir de 1º de março de 2002; prorrogada sua licença por mais 121 dias, a partir de 1º de julho de 2002, Álvaro Guimarães permaneceu no cargo;

- Júlio Lopes Carrijo (PPB), empossado em 13 de setembro de 2000, na vaga por falecimento de José Luciano, ocorrido no dia 10 de setembro, afastou-se do cargo no dia 3 de outubro de 2000, em virtude do retorno de Célio Silveira. Em 16 de outubro de 2000, retornou às atividades com a nomeação de Sebastião Monteiro à Secretaria de Estado Extraordinário. Voltou à suplência com o retorno de Honor Cruvinel, em 1º de janeiro de 2002;

- Marcos de Moura Cardoso (PST), empossado em 27 de setembro de 2000, na vaga por falecimento de Ronildo Naves, ocorrido em 20 de setembro de 2000, efetivou-se a partir desta data. Eleito pelo PST, ingressou ao PSB em 10 de janeiro de 2001. Em 25 de abril de 2001, retornou ao PST;
- Ernesto Vilela Rezende (PMDB), empossado no dia 2 de janeiro de 2001, na vaga de Adib Elias, que renunciou ao cargo para assumir a Prefeitura Municipal de Catalão. Efetivou-se naquela data;
- Ozair José da Silva (PMDB), empossado em 2 de janeiro de 2001, efetivando-se na vaga de José Essado, que renunciou ao cargo para assumir a Prefeitura Municipal de Inhumas;
- Raquel Mendes Vieira (PPB), empossada no dia 2 de janeiro de 2001, na vaga de Luiz Moura, que renunciou ao cargo para assumir a Prefeitura de Itumbiara. Em 1º de janeiro de 2002, voltou à suplência com o retorno de Jalles Fontoura;
- Ricardo Yano (PSL) assume, em 2 de janeiro de 2001, a vaga de George Morais, que renunciou ao cargo para assumir a Prefeitura Municipal de Trindade, efetivando-se nessa data;
- Aloísio Moreira dos Santos (PMDB), atualmente filiado ao PSDB, foi empossado em 10 de outubro de 2001, na vaga de Nelson Antônio, que requereu licença para tratamento de saúde por 121 dias, conforme a Resolução nº 1072, de 8 de outubro de 2001. Prorrogada a licença de Nelson Antônio por mais 121 dias, no período de 1º de fevereiro de 2002 até 1º de junho de 2002, permaneceu no cargo Iso Moreira;
- Ézio Gomes, eleito pela Coligação PRN/PSD, atualmente filiado ao PFL, foi empossado no cargo em 5 de novembro de 2001, na vaga deixada por Paulo Rodrigues de Freitas, que renunciou ao mandato para assumir o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios;
- Antônio Uchoa Sobrinho (PSC) foi empossado em 6 de junho de 2002, na vaga de Rosiron Wayne, que requereu licença para tratamento de saúde por 125 dias;

- José Humberto Aidar, 1º suplente pela Coligação PDT/PT/PC do B, foi empossado em 6 de janeiro de 2003, na vaga de Denise Carvalho, que se afastou para assumir a Secretaria de Ciências e Tecnologia, permanecendo no cargo até o final da legislatura, em 31 de janeiro de 2003.

5.15.

15ª LEGISLATURA, 2003-2007

(Eleitos em 4 de outubro de 2002)



Célio Antônio da Silveira



Samuel de Almeida

MESA DIRETORA - BIÊNIO 2003-2004

(1º.02.2003 a 31.01.2005)

Presidente	Célio Antônio da Silveira - PSDB
1º Vice-presidente	Jardel Sebba - PSDB
2º Vice-presidente	Daniel Augusto Goulart - PSDC/ PSDB
1º Secretário	Ozair José - PPB/ PP
2º Secretário	José Gomes da Rocha - PMDB
3º Secretário	Paulo de Siqueira Garcia - PT
4º Secretário	Magda Mofatto Hon - PMDB/ PTB

MESA DIRETORA - BIÊNIO 2005-2007

(1º.02.2005 a 31.01.2007)

Presidente	Samuel de Almeida - PSDB
1º Vice-presidente	Daniel Augusto Goulart - PSDB

2º Vice-presidente	Carla Cíntia Santillo - PSDB (01.02.04 a 31.03.06) Helder Valin Barbosa - PSDB (19.04.06 a 31.01.07)
1º Secretário	Ozair José da Silva - PP
2º Secretário	Marcelo de Araújo Melo - PSDB
3º Secretário	Abdul Hamid Sebba - PST/PL/PTN/ PSDC
4º Secretário	Mara Merly de Pina Naves - PMDB

Nota: Samuel Almeida assumiu interinamente o cargo de Governador do Estado, em virtude da viagem, em caráter oficial, do governador Alcides Rodrigues à Itália, Bélgica e ao Reino Unido, no período de 1º a 10 de dezembro de 2006, e, por conseguinte, o deputado Daniel Goulart, 1º vice-presidente, assumiu a Presidência da Casa.

COMPOSIÇÃO

01. Abdul Hamid Sebba	PST/PL/PMN
02. Afrêni Gonçalves Leite	PSDB
03. Aloísio Moreira dos Santos	PSDB
04. Carla Cíntia Santillo	PSDB
05. Célio Antônio da Silveira	PSDB
06. Daniel Augusto Goulart	PSDC/PSDB
07. Daniel Messac de Morais	PSDB
08. Ernesto Guimarães Roller	PPB/PP
09. Fábio Tokarski	PC do B
10. Fernando Netto Lorenzi	PMDB
11. Flávia Carreiro Albuquerque Morais	PSDB
12. Francisco Gomes de Abreu	PFL
13. Helder Valin Barbosa	PSDB
14. Heleandro Ferreira de Sena	PPS
15. Honor Cruvinel de Oliveira	PSDB

16. Ivan Ornelas	PT
17. Jardel Sebba	PSDB
18. José Gomes da Rocha	PMDB
29. José Nelto Lagares das Mercês	PMDB/PTB
20. Kennedy Souza Trindade	PSB/PSDB
21. Laudeni Miguel Dionízio Lemos	PSDB
22. Lívio Luciano Carneiro de Queiroz	PSD/PTN
23. Luis Cesar Bueno e Freitas	PT
24. Magda Mofatto Hon	PMDB/PTB
25. Mara Merly de Pina Naves	PMDB
26. Marcelo de Araújo Melo	PMDB
27. Marco Antônio Ferreira	PSDB
28. Maria Isaura Lemos	PDT
29. Mauro Rubem de Menezes	PT
30. Misael Pereira de Oliveira	PRP/PTB
31. Nédio Leite de Assunção	PPB/PP
32. Nilo Sérgio de Resende Neto	PFL
33. Ozair José da Silva	PPB/PP

Nota: Os deputados que são citados com dois partidos foram eleitos pelo primeiro, filiando-se, posteriormente, ao segundo.

OBSERVAÇÕES

- Abdul Hamid Sebba, tendo em vista que o partido PST, pelo qual foi eleito, foi incorporado pelo Partido Liberal, em 9 de fevereiro de 2003, passou a ser integrante da bancada do PL. Em 13 de maio de 2003, desligou-se do PL, passando a integrar o Partido de Mobilização Nacional (PMN). Em 14 de julho de 2004, desligou-se do PMN e filiou-se ao PSDC;

- Célio Antônio da Silveira foi eleito e empossado no cargo de Presidente da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa para o biênio 2003-2004, em 1º de fevereiro de 2003. Assumiu a Governadoria do Estado no período de 2 a 12 de dezembro de 2003, em virtude de viagem do

Governador e Vice-governador do Estado para o exterior. Renunciou ao cargo de Presidente da Mesa Diretora em 17 de novembro de 2004. Em 1º de janeiro de 2005, renunciou ao mandato para assumir a Prefeitura Municipal de Luziânia;

- Daniel Augusto Goulart foi eleito 2º vice-presidente da Mesa para o biênio 2003-2004. Em 16 de março de 2004, desligou-se do PSDC. Em 24 de março de 2004, filiou-se ao PSDB;

- Daniel Messac de Moraes, em 28 de fevereiro de 2003, afastou-se do cargo para assumir a Secretaria Extraordinária para Assuntos Metropolitanos da região de Goiânia, tendo Lamis Cosac ocupado sua vaga; retornou à Casa no dia 17 de fevereiro de 2004;

- Ernesto Guimarães Roller, Ozair José e Nédio Leite, em 29 de maio de 2003, passaram a ser integrantes do Partido Progressista – PP, em virtude de mudança da sigla do PPB para PP;

- Francisco Gomes de Abreu foi empossado em 1º de fevereiro de 2003, sendo que, nesta mesma data, afastou-se do cargo para assumir a Secretaria de Cidadania e Trabalho, porém retornou em 1º de janeiro de 2005;

- Honor Cruvinel de Oliveira afastou-se a partir de 18 de fevereiro de 2004, para ocupar o cargo de secretário-geral da Governadoria do Estado, cabendo a Lamis Cosac ocupar a vaga. Retornou ao cargo em 6 de janeiro de 2005;

- Walter Inácio do Nascimento, em 7 de outubro de 2004, registrou sua desfiliação ao PL e filiou-se ao PSDB, em 24 de fevereiro de 2005;

- Jardel Sebba assumiu a presidência da Mesa Diretora em 17 de novembro de 2004, em virtude da renúncia de Célio Silveira. Em 7 de dezembro de 2004, assumiu a Governadoria do Estado, em virtude de viagem do vice-governador Alcides Rodrigues, até 12 de dezembro de 2004;

- José Gomes da Rocha, em 1º de janeiro de 2005, renunciou ao mandato para assumir a Prefeitura Municipal de Itumbiara;

- Magda Mofatto Hon renunciou ao mandato para assumir a Prefeitura Municipal de Caldas Novas. Desligou-se do PSDB em 30 de junho de 2003 e filiou-se ao PTB em 16 de setembro de 2003;
- Heleandro Ferreira de Sena – Leandro Sena (líder do PPS) – afastou-se do cargo para assumir a Secretaria Extraordinária de Estado para Assuntos da Juventude, em 21 de janeiro de 2005;
- Lívio Luciano, em virtude da extinção do partido PSD, ingressou no PTN;
- Misael de Oliveira desligou-se do PRP, ingressando no PTB em 3 de outubro de 2003;
- Ernesto Roller, Nédio Leite, Ozair José, Raquel Rodrigues – devido à mudança na sigla PPB para Partido Progressista (PP), passaram a integrar a legenda do PP, em 29 de maio de 2003.

SUPLENTE DA LEGISLATURA

- Helio Antônio de Sousa (PFL), 2º suplente, eleito pela Coligação PSDB/PPB/PFL, foi empossado em 1º de fevereiro de 2003, na vaga de Chico Abreu, que se afastou para assumir o cargo de Secretário de Estado de Cidadania e Trabalho, efetivando-se no cargo em virtude da renúncia de Célio Silveira, em 1º de janeiro de 2005, para assumir o cargo de Prefeito da cidade de Luziânia. Foi líder do Governo em 2004;
- Lamis Chedraoui Cosac, 3ª suplente, eleita pela Coligação PSDB/PTB/PFL, em 28 de fevereiro de 2003, foi empossada na vaga deixada por Daniel Messac, que assumiu a Secretaria Extraordinária para Assuntos Metropolitanos da região de Goiânia, retornando em 17 de fevereiro de 2004. Permaneceu no cargo em virtude do afastamento de Honor Cruvinel, no período de 18 de abril de 2004 a 6 de janeiro de 2005, para ocupar o cargo de Secretário-geral da Governadoria do Estado. Foi efetivada em 1º de janeiro de 2005, em virtude da renúncia ao mandato de Raquel Rodrigues para assumir o cargo de Prefeita em Santa Helena de Goiás;

- Onaide Silva Santillo, 1ª suplente, eleita pelo PMDB, empossada em 3 de janeiro de 2005, em virtude da renúncia de José Gomes para assumir o cargo de Prefeito em Itumbiara;

- Paulo Cezar Martins, 2º suplente, eleito pelo PMDB, empossado em 3 de janeiro de 2005, em virtude da renúncia de Magda Mofatto para assumir o cargo de Prefeita em Caldas Novas;

- Valdair de Jesus Costa, 1º suplente, eleito pela Coligação PPS/PDT, empossado em 21 de janeiro de 2005, em virtude do afastamento de Leandro Sena para assumir o cargo de Secretário Extraordinário para Assuntos da Juventude;

- Cilene Maria de Moraes Guimarães, 1ª suplente, eleita pela Coligação Aliança Democrática (PSL/PST/PAN/PSDC/PRTB/PRP), empossada em 19 de abril de 2005, em virtude do afastamento de Misael Oliveira para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado. Retornou à suplência em 21 de dezembro de 2005, com o retorno do titular;

- Álvaro Soares Guimarães, 3º suplente, eleito pelo PL, em virtude de Rusemberg Barbosa de Almeida, e Silvânia Fernandes e Silva, 1º e 2ª suplentes, respectivamente, terem renunciado ao direito de assumir o mandato. Foi empossado em 10 de maio de 2005, na vaga de Walter Inácio, licenciado pela Resolução nº 1.181, de 5 de maio de 2005, por um período de 124 dias, a contar do dia 3 do mês de maio de 2005, prorrogado por mais 30 dias, pela Resolução nº 1.192, de 13 de setembro de 2005. Retornou à suplência com o término da licença de Walter Inácio, no dia 4 de outubro de 2005. Reassumiu o cargo em 19 de outubro de 2005, com o afastamento de Walter Inácio para ocupar o cargo de Secretário Extraordinário do Governo. Reassumiu o cargo em 19 de abril de 2006, em virtude de licença concedida pela Resolução nº 1.206, de 19 de abril de 2006, a Walter Inácio, para tratamento de saúde, por 124 dias, a partir daquela data até 20 de agosto de 2006. Permaneceu no cargo até o final da legislatura, em virtude da prorrogação da licença pelas Resoluções nº 1.209, de 15 de agosto de 2006, por mais 30 dias, e pela Resolução nº 1.210, de 10 de outubro de 2006, por mais 125 dias;

- Saulo Furtado, 4º suplente, eleito pela Coligação Tempo Novo Para Fazer Mais (PPB/PFL/PSDB), empossado em 4 de abril de 2006, nesta data filiado ao PPS, em virtude da renúncia de Carla Santillo, no dia 1º de abril de 2006, para ocupar o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

5.16.

16ª LEGISLATURA, 2007-2011

(Eleitos em 1º de outubro de 2006)



Jardel Sebba



Helder Valin Barbosa

MESA DIRETORA - BIÊNIO 2007-2008

(1º.02.2007 a 31.01.2008)

Presidente	Jardel Sebba - PSDB
1º Vice-presidente	Honor Cruvinel de Oliveira - PSDB
2º Vice-presidente	Wagner da Silva Guimarães - PMDB
1º Secretário	Ozair José da Silva - PP
2º Secretário	Cristóvão Vaz Tormin - PTB
3º Secretário	Luis Cesar Bueno e Freitas - PT
4º Secretário	Paulo Cezar Martins - PMDB

MESA DIRETORA - BIÊNIO 2009-2010

(1º.02.2009 a 31.01.2011)

Presidente	Helder Valin Barbosa - PSDB
1º Vice-presidente	Honor Cruvinel - PSDB

2º Vice-presidente	Romilton Moraes - PMDB
1º Secretário	Álvaro Guimarães - PR
2º Secretário	Frei Valdair - PTB
3º Secretário	Mauro Rubem - PT
4º Secretário	Adriete Elias - PMDB

COMPOSIÇÃO

01. Adalberto Rocha Santos Pereira Neto (Betinha Tejota)	PSB
02. Adriete Corradi Fonseca Fayad Elias	PMDB
03. Aloísio Moreira dos Santos	PSDB
04. Álvaro Soares Guimarães	PL
05. Cilene Maria de Moraes Guimarães	PL
06. Cláudio Olinto Meirelles	PL
07. Cristóvão Vaz Tormin	PTB
08. Daniel Augusto Goulart	PSDB
09. Ernesto Guimarães Roller	PP
10. Fábio Fernandes de Sousa	PSDB
11. Flávia Carreiro Albuquerque Morais	PSDB
12. Helder Valin Barbosa	PSDB
13. Helio Antônio de Sousa	PFL-DEM
14. Honor Cruvinel de Oliveira	PSDB
15. José Humberto Aidar	PT
16. Jardel Sebba	PSDB
17. José Nelto Lagares das Mercez	PMDB
18. Luiz Carlos do Carmo	PMDB
19. Luis Cesar Bueno e Freitas	PT
20. Mara Merly de Pina Naves	PMDB
21. Maria Isaura Lemos	PDT
22. Marciano Basílio de Queiroz	PTB
23. Marco Antônio Ferreira	PSDB

24. Marlúcio Pereira da Silva	PTB
25. Miguel Ângelo Silva Cunha	PMDB
26. Misael Pereira de Oliveira	PDT
27. Mauro Rubem de Menezes Jonas	PT
28. Nilo Sérgio de Resende Neto	PFL
29. Ozair José da Silva	PP
30. Paulo Cezar Martins	PMDB
31. Romilton Rodrigues de Moraes	PMDB
32. Samuel Guilsimar de Almeida	PSDB
33. Samuel Pacheco de Moura Belchior	PMDB
34. Sebastião Costa Filho	PT do B
35. Thiago Melo Peixoto da Silveira	PMDB
36. Tulio Isac Carneiro	PSDB
37. Valdair de Jesus Costa	PTB
38. Valdir Ferreira Bastos	PL
39. Vanuza Primo de Araújo Valadares	PSC
40. Wagner da Silva Guimarães	PMDB
41. Wellington Borges Valim	PT do B

OBSERVAÇÕES

- Ernesto Guimarães Roller licenciou-se em 21 de março de 2007, para assumir o cargo de Secretário de Estado de Segurança Pública;
- Flávia Morais licenciou-se em 15 de agosto de 2007, para assumir o cargo de Secretária Estadual da Cidadania.

SUPLENTE DA LEGISLATURA

- Evandro Magal Abadia Correia Silva - Evandro Magal, 1º suplente, eleito pela Coligação PP/PSDB, foi empossado na vaga de Ernesto Roller;

- Daniel Messac, 2º suplente, eleito pela Coligação PP/PSDB, foi empossado em 15 de agosto de 2007, em virtude do afastamento de Flávia Moraes, para assumir o cargo de Secretária Estadual da Cidadania;
- Júlio Sérgio de Melo, 3º suplente, eleito pela Coligação PP/PSDB, empossado em 22 de agosto de 2008, em virtude do afastamento de Daniel Messac, que, nesta data assumiu o cargo de Secretário de Estado Extraordinário;
- Laudeni Miguel Dionízio Lemes, 4ª suplente pela Coligação PP/PSDB, filiada ao PSDB, empossada em 18 de abril de 2008, em virtude do afastamento de Tulio Isac, que, nesta data, licenciou-se para assumir o cargo de Secretário de Estado Extraordinário, na área de Comunicação;
- Carlos Antônio Silva, 5º suplente pela Coligação PP/PSDB, empossado em 24 de abril de 2008, em virtude do afastamento de Laudeni Lemes, que, nesta data, licenciou-se para tratar de interesse particular, pelo prazo de 180 dias;
- Lívio Luciano Carneiro de Queiroz, 1º suplente, eleito pelo PMDB, empossado em 14 de maio de 2008, em virtude do afastamento de Thiago Peixoto, que, nesta data, licenciou-se para assumir o cargo de Secretário de Governo do município de Goiânia;
- José Essado Neto, 2º suplente, eleito pelo PMDB, empossado em 23 de junho de 2008, em virtude do afastamento de Lívio Luciano Carneiro de Queiroz, que, nesta data, licenciou-se para assumir a Secretaria de Comunicação do município de Goiânia.

5.17.

17ª LEGISLATURA, 2011-2015

(Eleitos em 3 de outubro de 2010)



Jardel Sebba

MESA DIRETORA - BIÊNIO 2011-2013

(1º.02.2011 a 31.01.2013)

Presidente	Jardel Sebba - PSDB
1º Vice-presidente	Fábio Sousa - PSDB
2º Vice-presidente	Bruno Peixoto - PMDB
1º Secretário	Valcenôr Braz - PTB
2º Secretário	Álvaro Guimarães - PR
3º Secretário	Humberto Aidar - PT
4º Secretário	Nélio Fortunato - PMDB

COMPOSIÇÃO

01. Ademir Oliveira Menezes	PR
02. Aloísio Moreira dos Santos	PSDB
03. Álvaro Soares Guimarães	PR

04. Bruno Regiany Peixoto Pimenta	PMDB
05. Carlos Antônio Sousa Costa	PSC
06. Cláudio Olinto Meirelles	PR
07. Cristóvão Vaz Tormin	PTB
08. Daniel Elias Carvalho Vilela	PMDB
09. Daniel Messac de Moraes	PSDB
10. Elias Monteiro Lima	PMN
11. Evando Magal Abadia Correia Silva	PP
12. Fábio Fernandes De Sousa	PSDB
13. Francisco Antônio De Carvalho Gedda	PTN
14. Francisco Rodrigues Vale Júnior	PMDB
15. Frederico Fonseca Nascimento	PTN
16. Helder Valin Barbosa	PSDB
17. Helio Antônio De Sousa	DEM
18. Henrique Paulista Arantes	PTB
19. Jânio Carlos Alves Freire	PSDB
20. Jardel Sebba	PSDB
21. Joaquim Alves de Castro Neto	PPS
22. José Antônio Vitti	PRTB
23. José Humberto Aidar	PT
24. José Rodrigues de Lima Neto	PDT
25. Júnio Alves Araújo	PRB
26. Karlos Márcio Vieira Cabral	PT
27. Lincoln Graziani Pereira da Rocha	PT DO B
28. Luis Cesar Bueno e Freitas	PT
29. Luiz Carlos do Carmo	PMDB
30. Maria Isaura Lemos	PDT
31. Mauro Rubem de Menezes Jonas	PT
32. Misael Pereira de Oliveira	PDT
33. Nélio Fortunato de Oliveira	PMDB
34. Nilo Sérgio de Resende Neto	DEM

35. Osmarildo Alves de Souza	PTB
36. Paulo Cezar Martins	PMDB
37. Samuel Pacheco de Moura Belchior	PMDB
38. Sônia Chaves de Freitas Carvalho Nascimento	PSDB
39. Túlio Isac Carneiro	PSDB
40. Valcenôr Braz de Queiroz	PTB
41. Wolney Wagner de Siqueira Júnior	PMDB

Nota: Os deputados que são citados com dois partidos foram eleitos pelo primeiro, filiando-se posteriormente à 2ª sigla.

OBSERVAÇÕES

- Com vistas às eleições municipais de 2012 e a criação do Partido Social Democrático (PSD), processaram-se alterações no quadro partidário da Assembleia Legislativa, em outubro de 2011: o deputado Ademir Oliveira Menezes desligou-se do PR, filiando-se ao PSD; o deputado Cristóvão Tormin desligou-se do PTB, filiando-se ao PSD; o deputado Francisco Júnior desligou-se do PMDB, filiando-se ao PSD; o deputado Frederico Nascimento desligou-se do PTN, filiando-se ao PSD; o deputado Itamar Barreto desligou-se do DEM, filiando-se ao PSD; o deputado José Vitti desligou-se do PRTB, filiando-se ao DEM, e, com isso, a legenda PRTB ficou sem representação; o deputado Lincoln Tejota desligou-se do PT do B, filiando-se ao PSD; a deputada Isaura Lemos desligou-se do PDT, filiando-se ao PC do B, e, com isso, a legenda PDT ficou sem representação.

SUPLENTE DA LEGISLATURA

- Itamar Sebastião Barreto – Itamar Barreto – DEM – 1º suplente, eleito pela coligação DEM/PSDB, foi empossado em 14 de fevereiro de 2011, na vaga do deputado Jânio Darrot, que se afastou para assumir o cargo de secretário de Estado da Região Metropolitana de Goiânia, na mesma data;

- Talles Alves Barreto – Talles Barreto – PTB – 1º suplente eleito pelo PTB, em 16 de fevereiro de 2011, foi empossado no cargo de deputado estadual, na vaga do deputado Henrique Arantes, que se afastou para assumir o cargo de secretário de Estado de Cidadania e Trabalho, na mesma data;
- Itamar Barreto, em 28 de fevereiro de 2011, em cumprimento à decisão judicial nº 11000250, oriunda do mandado de segurança nº 38857-12.2011.8.09.0000(201190388570), foi afastado do cargo, assumindo sua vaga o suplente Nédio Leite, na mesma data;
- Nédio de Assunção Leite – Nédio Leite – PSDB – 1º suplente pelo PSDB e 2º suplente pela coligação DEM/PSDB, em 28 de fevereiro de 2011, foi empossado no cargo de deputado estadual, na vaga do deputado Jânio Darrot, ora ocupada pelo suplente de deputado Itamar Barreto, em cumprimento à decisão judicial;
- Lívio Luciano Carneiro de Queiroz – Lívio Luciano – PMDB – 1º suplente pelo PMDB, em 2 de março de 2011, foi empossado no cargo de deputado estadual, na vaga do deputado Luiz Carlos do Carmo, que se afastou para assumir o cargo de secretário municipal de Infraestrutura de Goiânia, na mesma data.
- Em 4 de outubro de 2011, o deputado Nilo Sérgio de Resende Neto – DEM – reassume seu mandato, deixando a Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana. Com esse ato, o deputado Nédio de Assunção Leite – PSDB – retorna à suplência.

QUARTA PARTE

SEDES E INSTALAÇÕES DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DE GOIÁS

Ao longo de sua história, o Legislativo goiano funcionou em diferentes locais. No Império, conforme relatos, a Assembleia Legislativa Provincial foi instalada e funcionou no prédio da antiga Casa de Fundição, próximo ao Palácio Conde dos Arcos.



Na Primeira República, com a sede do Governo na Cidade de Goiás, o Poder Legislativo tinha o seu prédio na Rua da Abadia. No prédio, instalou-se, posteriormente, a Câmara de Vereadores da Cidade de Goiás.



Após 1930, o Legislativo tem um pequeno tempo de funcionamento, de abril de 1935 até o fim de 1937, período em que era construída a nova Capital. A Assembleia Legislativa permaneceu na Cidade de Goiás até maio de 1937.



*Foto da pintura de M. Cavalcanti

Quando ocorre a mudança definitiva da Capital para Goiânia, pelo Decreto nº 1.816, de 23 de março de 1937, nova sede do Poder Legislativo é construída, em tempo recorde – 45 dias. O novo edifício situa-se na Avenida Tocantins, esquina com a Rua 12. Em julho de 1937, todos os Poderes constituídos no Estado - Executivo, Legislativo e Judiciário - passaram a funcionar em Goiânia. No prédio da Assembleia, são realizadas 26 sessões ordinárias. Contudo, com o Golpe de 10 de novembro de 1937, o Poder Legislativo foi fechado pelos dispositivos do Estado Novo.

Em 1947, reaberta a Assembleia Legislativa, na nova Capital não havia sede do Poder Legislativo, embora o prédio na Avenida Tocantins com a Rua 12 tivesse sido construído para tal finalidade. Os trabalhos legislativos são iniciados no prédio do Museu Histórico, posteriormente denominado Museu Prof. Zoroastro Artiaga,



localizado na Praça Cívica, que funcionou nos primeiros momentos da Constituinte, de 22 de março a 6 de abril de 1947.

A falta de condições para um bom funcionamento faz com que, dias depois, a sede do Legislativo fosse transferida para o Palácio da Pecuária, imóvel pertencente à Sociedade Goiana de Pecuária, localizado na Avenida Goiás, permanecendo neste local de 7 de abril de 1947 até 31 de março de 1962.

A partir de 15 de abril de 1962, a Assembleia Legislativa instala-se em prédio próprio, construído na Alameda dos Buritis, recebendo o nome de Palácio dos Buritis.



Posteriormente, por projeto de lei do deputado Ary Ribeiro Valadão, a sede da Assembleia Legislativa recebe o nome de Palácio Alfredo Nasser, em homenagem ao político goiano que, tendo iniciado sua vida política como deputado estadual (1935-1937), elegeu-se posteriormente senador da República, e foi, no Regime Parlamentarista, ministro da Justiça.

CONCLUSÃO

Desde a Proclamação da República, em 1889, o Poder Legislativo, mais do que qualquer outro, reflete os diferentes momentos da política brasileira. Na Primeira República (1889-1930), o Congresso Nacional, condicionado pela “política dos Estados” e pela legislação eleitoral, e, ainda, na perspectiva da política coronelística, subordina-se à Presidência da República no apoio irrestrito às propostas deste Poder. O Poder Legislativo faz parte do jogo político das oligarquias.

Em 1930, a Revolução, expressão da crise dos anos vinte e da crítica à política do antigo regime, coloca todo o Poder Legislativo em recesso. De 1930 até 1945, o Congresso Nacional tem um funcionamento de quase três anos, iniciando em 1935 e sendo fechado pelos militares após o Golpe de 1937.

Em 1945, quando os ventos da democracia tangem os regimes autoritários que se instalam nos anos 30, novamente o Poder Legislativo tem seu funcionamento assegurado. Até o Movimento de 1964, o jogo da política brasileira passa pelo Congresso Nacional e pelas Assembleias Legislativas. Alguns analistas estabelecem um confronto entre o Congresso, conservador, porque é expressão de interesses de setores dominantes na sociedade, e a Presidência da República, eleita diretamente, em contato com as massas que se urbanizam, e caracterizada pelo populismo. Outras análises mostram um Legislativo que se torna expressão de uma sociedade que se politiza e vê aumentada sua participação política e seu discurso ideológico. Para estes analistas, o Golpe de 1964 põe a termo esse processo.

Durante o Regime Militar (1964-1984), embora o Legislativo tenha sido mantido em funcionamento, seu poder de decisão foi tolhido pelos atos institucionais emanados de um Poder Executivo forte e centralizador. A partir de 1974, o crescimento da oposição e a rearticulação do movimento social fazem crescer o debate sobre a redemocratização da sociedade brasileira. O Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas são atores principais deste processo, embora seu poder decisório continue limitado.

O processo de redemocratização ou de transição democrática, que a partir de 1984 se intensifica e tem na Constituinte de 1988 seu ponto alto, devolve ao Legislativo parte do poder que lhe é inerente, mas que a legislação autoritária lhe sonou. O Poder Legislativo - Senado, Câmara

dos Deputados e Assembleias Legislativas - é expressão deste processo de redemocratização em sua composição, em seu procedimento e nas suas ações.

Ressalte-se que uma das características que, a partir de então, vai modular o poder federal brasileiro, é o “Presidencialismo de Coalizão”. Embora o presidente continue tendo forte concentração de recursos e de poder, para governar, ele depende de uma maioria a ser definida no processo eleitoral. A exigência constitucional de eleger quem tiver maioria, 50% mais um, embora seja fator de legitimidade, faz com que seja articulada uma maioria capaz de dar sustentação ao eleito. Essa maioria tende a ser composta por um conjunto de partidos que se coligam, especialmente quando a eleição é definida em 2º turno.

Em Goiás, a trajetória do Legislativo não difere fundamentalmente do processo ocorrido no Congresso Nacional. Conforme visto anteriormente, na Primeira República, o Legislativo estadual acompanha de perto o grupo dominante, não somente como suporte, mas também se fechando a qualquer movimento de oposição ao regime.

A Assembleia Legislativa do Estado de Goiás também foi colocada em recesso em 1930, sendo reaberta somente em 1935, para a elaboração da Constituição Estadual, exigência estabelecida pela Carta Magna de 1934. A Assembleia viveu momentos difíceis no processo da mudança da Capital para Goiânia. Uma oposição aguerrida, embora limitada em número, defendendo condições melhores para a cidade de Goiás, fez com que Pedro Ludovico Teixeira, governador do Estado, usasse a força para desestabilizar a oposição e efetivar a transferência da Capital para Goiânia. Logo, o Golpe de 1937, estabelecendo o Estado Novo, silencia os deputados, fechando a Assembleia Legislativa e os partidos políticos.

Com o fim da Segunda Guerra (1939-1945), ressurge a política, com eleições, partidos e redemocratização do país. Novamente a Assembleia Legislativa foi eleita para elaborar uma nova Constituição, também exigência da Constituição Federal de 1946. Durante a 4ª República, 1945-1964, o Poder Legislativo estadual viveu momentos importantes, marcados por um debate parlamentar que girava em torno de questões regionais, desenvolvido na contraposição PSD e UDN. O clima de nacionalismo que dominou o debate nacional teve pouca repercussão em Goiás. No

governo, Mauro Borges procurou buscar apoios diversos, indo além do bloco pessedista.

Após o Golpe, em 31 de março de 1964, a política estadual foi marcada pela presença de Brasília e dos militares. Assim, os Atos Institucionais que passaram a normatizar o país logo atingiram Goiás. Deputados estaduais e outros políticos foram cassados, perseguidos e presos, fazendo parte do processo os Inquéritos Policiais Militares (IPMs). Ao mesmo tempo, setores da oposição UDN/PSP aliaram-se a militares, denunciando a presença de comunistas no governo, conseguindo, enfim, que houvesse intervenção militar em Goiás e que Mauro Borges fosse afastado em 26 de novembro de 1964. Pressionada, a Assembleia Legislativa declara vago o governo, reconhecendo a intervenção. A presença de Brasília e do Governo Federal tornam-se marcantes.

Embora Otávio Lage de Siqueira tenha sido eleito em eleições diretas, em outubro de 1966, a partir de então, todos os demais governadores do período foram eleitos indiretamente pela Assembleia Legislativa, mas com o nome sendo indicado pelo Governo Federal. Após o Pacote de Abril de 1977, também a Assembleia Legislativa passou a eleger um Senador da República, igualmente indicado por Brasília.

No processo de abertura, as eleições para governador estadual passam a ser diretas, no início dos anos 80. Em outubro de 1982, Iris Rezende Machado é eleito governador, pelo PMDB, partido que elege a maioria dos deputados estaduais e federais. Daí até o final dos anos 90, o PMDB elege os governadores e a maioria dos parlamentares goianos. A redemocratização traz a reconstitucionalização. Após a Constituinte e a Constituição de 1988, a Assembleia Legislativa elabora uma nova Constituição (1989) para Goiás. Deve-se destacar que a Constituição de 1988 decide pela criação do estado do Tocantins, formado pela divisão de Goiás.

Nas eleições de outubro de 1998, o PMDB tem seu candidato ao Governo Estadual derrotado, perdendo também a maioria na Assembleia Legislativa. O PSDB passa a ser situação no Executivo estadual, elegendo também a maior bancada no Parlamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IVROS

ABRANCHES, Sérgio H. H. de & SOARES, Gláucio A. D. As Funções do Legislativo. Brasília: UnB, 1972. Mimeo

ABRUCIO, Fernando Luiz. Os barões da federação; os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: Hucitec/DCP/USP, 1998.

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1989.

BEIGUELMAN, Paula. "O Processo Político-Partidário Brasileiro de 1945 ao Plebiscito" em MOTA, C.G. - Brasil em Perspectiva. São Paulo: DIFEL, 1971.

BORGES, Pedro Célio Alves. Bipartidarismo Autoritário: Análise Regional. Goiás 1965 - 1982. São Paulo, PUC, 1988. Dissertação.

CÂMARA, Jayme. Tempos de Mudança. Goiânia: s/Editor, 1967.

CAMPOS, F. Itami. Coronelismo em Goiás. Goiânia: Ed. Universidade Federal de Goiás, 1983.

CAMPOS, F. Itami. Coronelismo em Goiás. 2.^a Ed. Goiânia: Editora Vieira, 2003.

CAMPOS, F. Itami. Questões Agrárias: Bases Sociais da Política Goiana, 1930 - 1964. São Paulo: FFCHL/ USP, 1985. Tese.

CAMPOS, F. Itami e GOMES DE MENEZES, Maria Alice L. "Goiás: surpresa no voto" em RBEP nº 43, BH, DCP/UFMG, 1976.

CARDOSO, Fernando H. "Dos Governos Militares a Prudente - Campos Sales: a implantação do sistema oligárquico" em Boris Fausto (org) - Brasil Republicano III. vol. I, São Paulo: DIFEL, 1975: 15-50.

CHACON, Vamireh. História dos Partidos Políticos Brasileiros. Brasília: Ed. UnB, 1985

CHAUL, Nasr N. F. A Construção de Goiânia e a Transferência da Capital. Goiânia: CEGRAF-UFG, 1988.

COTTA, Maurizio. "Parlamento" em BOBBIO, Norberto et al. Dicionário de Política. 5 ed. Brasília: Ed. UnB, 1993, 877-888.

DAYRELL, Eliane Garcindo. "A Bancada do PCB na Assembléia Legislativa de Goiás, 1947-1948" em Revista do ICHL, 4(1): 23-53, Goiânia: Ed. Universidade Federal de Goiás, jan/jun, 1984.

FAUSTO, Boris. "A revolução de 1930" em MOTA, C.G. - Brasil em Perspectiva. São Paulo: DIFEL, 1971.

FLEISCHER, David V. (org). Os Partidos Políticos no Brasil. vols. I e II. Brasília: Ed. UnB, 1981.

FRANCO, Afonso Arinos de M. The Chamber of Deputies of Brazil: Historical Synthesis. Brasília: Câmara dos Deputados, 1977.

JACQUES, Paulino. O governo parlamentar e a crise brasileira. Brasília: Ed. UnB, 1982.

KINZO, Maria D'Alva Gil. Representação Política e Sistema Eleitoral no Brasil. São Paulo: Ed. Símbolo, 1980.

LAMUNIER, Bolivar e MENEGUELLO, Raquel. Partidos Políticos e Consolidação Democrática: o caso brasileiro. São Paulo: Idesp, 1986.

LAPALOMBARA, J. "Legislaturas..." em A política no interior das Nações. Brasília: Ed UnB, 1982. p. 107-178.

MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. A Assembléia Constituinte Goiana de 1935 e o mudancismo condicionado. Goiânia: Ed. UCG, 2008.

MERZEY, Michael L. "The Functions of Legislatures in the Third World" in Legislative Studies Quarterly, VIII, 4, November, 1983: 511-50.

MOREIRA, Cleumar de Oliveira. História Política de Goiás: a dinâmica do desenvolvimento, 1945 a 1964. Goiânia: Mestrado em História das Sociedades Agrárias, UFG, 2000.

MORAES, M. Augusta Sant'Anna de. História de uma Oligarquia: os Bulhões. Goiânia: Oriente, 1974.

NUNES, Rivadávia Xavier. Escorso Histórico do Poder Legislativo. Goiânia: Assembléia Legislativa, s/d.

OLIVETTI, Nino. "Processo Legislativo" em BOBBIO et al, Dicionário de Política. 5.ª Ed. Brasília: Ed. UnB, 1993, p. 996-1006.

PALACIN, Luis G. Coronelismo no Extremo Norte de Goiás. São Paulo/Goiânia: Ed. Loyola/ Ed. UFG, 1990.

PORTO, Walter Costa. O Voto no Brasil. Da colônia à Quinta República. Brasília: Gráfica do Senado, 1989.

SALDANHA, Nelson. O Que é Poder Legislativo. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SALLUM Jr, Basílio. Labirintos: dos generais à nova república. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Fabiano. O poder legislativo no presidencialismo de coalizão. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Ed.UFMG/IUPERJ, 2003,

SANTOS, Joel Rufino & Outros. História Nova do Brasil (IV). São Paulo: Brasiliense, 1964.

SILVA, Hélio. História da República Brasileira. São Paulo: Editora Três, 1975. (Diversos Volumes)

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo: Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

SOARES, Gláucio A. Dillon. Sociedade e Política no Brasil. São Paulo: DIFEL, 1973.

SOLA, Lourdes. "O Golpe de 37 e o Estado Novo" em MOTA, Carlo Guilherme. - Brasil em Perspectiva. São Paulo: DIFEL, 1971.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. "O Processo Político-Partidário na Primeira República" em MOTA, C.G. - Brasil em Perspectiva. São Paulo: DIFEL, 1971.

WEFFORT, Francisco C. O Populismo na Política Brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

JORNAIS

A Imprensa, Goiás, 1904, 1905, 1906, 1907, 1908, 1909, 1910, 1911, 1912, 1913 e 1914.

Cinco de Março, Goiânia, diversos números.

Correio Oficial, Goiás, 1899, 1911, 1912, 1913, 1915, 1916, 1917, 1918, 1919, 1920, 1921, 1922, 1923, 1924, 1925, 1926, 1927, 1928, 1929 e 1930.

Diário Oficial, Goiás/Goiânia, 1935, 1936 e 1937.

Diário da Manhã, Goiânia, diversos números.

Goyaz, 10/06/1897.

Folha de Goiás, Goiânia, diversos números.

O Democrata, Goiás, 1917, 1918, 1919, 1921, 1924, 1925 e 1927.

Goyaz, coleção de 1893.

O Popular, Goiânia, diversos números.

Semanário Oficial, Goiás, coleção de 1904, 1905, 1906, 1907, 1908 e 1909.

Voz do Povo, Goiás, diversos números.

Voz do Sul, Catalão.

OUTRAS FONTES

Constituição Política do Estado de Goiás, 1891. Goyaz: Typographia do Goyaz, 1º de junho de 1891.

Câmara dos Deputados do Estado de Goiás. Livro de Pagamento. 1892.

Câmara dos Deputados, Livros de Atas: 1893; 1896/1898.

Constituição Política com Reforma Constitucional de 13 de julho de 1898, Goyaz, Typographia d'A República, 1898.

Estado de Goiás. Câmara dos Deputados. Livro de Atas, 1891/92.

Livro de Atas do Senado Estadual.

Constituição Estadual, 1935.

Constituição Estadual, 1947.

Constituição Estadual, 1967.

Constituição Estadual, 1989.

Justiça Eleitoral. Acta Geral da Apuração das Eleições de 14/10/1934 e suplementar de 28/02/1935.

SOBRE OS AUTORES

FRANCISCO ITAMI CAMPOS, pernambucano, reside em Goiânia – Goiás desde a década de 50, onde se diplomou em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás (1967). Mestre em Ciência Política (1975) pela Universidade Federal de Minas Gerais, defendeu a dissertação “Coronelismo em Estado Periférico. Goiás na Primeira República”. Doutor em Ciência Política (1986) pela Universidade de São Paulo, defendeu a tese “Questões Agrárias, Bases Sociais da Política (Goiás, 1930-1965)”. Professor Titular aposentado da Universidade Federal de Goiás, lecionou também na Universidade Católica de Goiás (atual PUC-Goiás) e, desde 2006, é pró-reitor de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Ação Comunitária no Centro Universitário de Anápolis, UniEvangélica. Trabalha a temática de Política Brasileira, com ênfase em Política Tradicional, dedicando-se também às temáticas de Comportamento Político (Eleições e Partidos), Questões Legislativas e Políticas Públicas. É autor de artigos em revistas de circulação nacional e dos seguintes livros publicados: *Coronelismo em Goiás*; *O Legislativo em Goiás* (vols. I, II e III); *Ciência Política - Introdução à Teoria do Estado*. Colaborador de *O Popular*, escreve artigos de análise política. É sócio titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Cadeira 3.

ARÉDIO TEIXEIRA DUARTE é natural de Catalão – Goiás. Fez o curso de Direito na Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro e o curso de Administração Pública na Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (1959). Sua formação acadêmica teve continuidade nos Estados Unidos, onde, em 1970, concluiu o mestrado em Administração Pública na Syracuse University (Estado de New York), e o mestrado e doutorado em Educação na Stanford University (Califórnia), em 1981. Além de dedicar-se, nos primeiros anos de vida profissional, à advocacia, Aréδιο Teixeira Duarte exerceu o magistério em Catalão, na Universidade Católica de Goiás (atual PUC-Goiás), na Escola de Engenharia e na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, aposentando-se, nesta última instituição, em 1992. De 1983 a 1985, foi secretário da Administração e, de 1987 a 1989, secretário de Minas, Energia e Telecomunicações do Governo de Goiás. Foi também deputado estadual por dois mandatos (1987 a 1995) e diretor parlamentar da Assembleia Legislativa de Goiás, de 1995 a 1998. Além de inúmeros trabalhos, no campo da Administração e da Política, publicados em jornais e revistas do País, o autor publicou, pela editora da Universidade Federal de Goiás, o livro *Universidade e Sociedade, Superando o Descompasso*, baseado em tese de doutorado defendida na Universidade de Stanford, em 1981. Em coautoria com o Professor Francisco Itami Campos, publicou a obra *O Legislativo em Goiás*, (vols. 1, 2 e 3), através da Assembleia Legislativa. Ocupou, em 1998, o cargo de presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Goiás (Ipsago). Após sua atuação na Universidade Católica de Goiás, de 2000 a 2007, como professor dos cursos de graduação e de mestrado em Administração, o autor exerce, a partir de 2008, as funções de diretor do Fundo Municipal de Saúde da Prefeitura de Goiânia, ao lado do magistério e da coordenação do curso de Administração na Faculdade Lions, em Goiânia, com vínculo nesta instituição desde o ano de 2002.

